



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**DAS REMOÇÕES AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS:  
UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO  
BAIRRO CIDADE NOVA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR**

**FERNANDA SOBRAL ROCHA**

Foz do Iguaçu  
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**DAS REMOÇÕES AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS:  
UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO  
BAIRRO CIDADE NOVA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR**

**FERNANDA SOBRAL ROCHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto

Foz do Iguaçu

2019

FERNANDA SOBRAL ROCHA

**DAS REMOÇÕES AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS:  
UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA  
DO BAIRRO CIDADE NOVA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto  
UNILA

Prof. Dr. Roberto França da Silva Júnior  
UNILA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zelimar Soares Bidarra  
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 29 de março de 2019.

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

R672d

Rocha, Fernanda Sobral.

Das remoções aos conjuntos habitacionais: uma análise da percepção das mulheres chefes de família do bairro Cidade Nova no município de Foz do Iguaçu - PR / Fernanda Sobral Rocha. - Foz do Iguaçu - PR, 2019. 132 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu-PR, 2019.

Orientador: Exzolvildres Queiroz Neto.

1. Política habitacional - Foz do Iguaçu(PR). 2. Políticas públicas - Mulheres. 3. Espaço urbano - Ocupação. I. Queiroz Neto, Exzolvildres. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 316.334.54-055.2(816.2)

Dedico este trabalho a todas as mulheres e em especial as mulheres do bairro Cidade Nova, que se dispuseram a compartilhar suas histórias de vida.

## AGRADECIMENTOS

Ocorreram várias dificuldades no decorrer da pesquisa. Creio que muitos passam pelos mesmos dilemas. No entanto, o apoio de algumas pessoas me levou ao término desta pesquisa com otimismo, por este motivo, dedico algumas palavras aos que me acompanharam neste percurso.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador professor Dr. Exzolvildres Queiroz Neto, não só pela constante orientação neste trabalho, mas, sobretudo pela motivação, solidariedade e apoio ao dividir conhecimentos, bibliografias e ter me apresentado uma nova forma de analisar o território.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em especial a todos os professores do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento que colaboraram com a minha formação. Principalmente, aos professores da banca de qualificação o professor Dr. Roberto França da Silva Júnior e a professora Dr.<sup>a</sup> Patrícia Zandonade pelas importantes contribuições para o término do trabalho.

Este trabalho deve-se muito ao professor Dr. Gilson Batista de Oliveira, coordenador do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD), que tem grandes qualidades e constante estímulo para o trabalho e rigor metodológico.

Aos colegas do mestrado, da turma 2016, 2017 e 2018, pela convivência, companheirismo e lições de vida, fontes constantes de inspiração e de alegria.

A minha querida companheira Cátia, mulher extraordinária dotada de extrema sabedoria, por toda paciência e carinho, tendo permanecido ao meu lado nas horas mais difíceis.

Aos colegas da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que no dia-a-dia me apoiaram e incentivaram na busca por conhecimento.

Agradeço as mulheres entrevistadas que constituem a substância desta pesquisa. Sem a disponibilidade destas pessoas, se expondo na narrativa de suas histórias, não teria sido possível.

E a todos que de forma ou de outra contribuíram para construção deste trabalho, tornando meu caminho mais agradável.

O bairro onde moro é um mundo de luzes e cores. Luzes de alegria e cores de amizades. Há ruas asfaltadas e ruas sem asfalto, mas eu sonho muito alto dá para vê o céu de perto, dá para ver as estrelas, dá para vê a lua que refletem em minha rua. A dignidade de um povo esperando um ano novo. Meu bairro é poesia é um canto onde vivo em descanso. Nele existe um lar onde vivo a morar (Cida Melo, moradora do bairro Cidade Nova).

## RESUMO

Esta pesquisa se propõe a dialogar com as mulheres chefes de família do conjunto habitacional Cidade Nova, buscando analisar sua percepção sobre as remoções promovidas pelo programa habitacional voltado à população de baixa renda, executado pelo do FOZHABITA, além de uma reflexão sobre a participação das mulheres no ciclo das políticas públicas. A temática a ser apresentada e dialogada neste estudo, está relacionada à política habitacional, tendo eixo norteador o espaço urbano e o território usado. A análise demonstra, entre outras questões, a segregação e os aglomerados de exclusão. Além disso, muitos estudos têm comprovado a desigualdade entre mulheres e homens – social, político e econômico – que predominam numa sociedade capitalista, hierarquizada e patriarcal. Para análise dos dados, empreendeu-se no método de análise de conteúdo a partir das entrevistas com as mulheres. Desta análise, surgiram 5 subcategorias: 1) a interrupção da relação de vizinhança; 2) a violência; 3) a ausência de políticas públicas; 4) a localização 5) a participação das mulheres no ciclo da política pública, e uma categoria central: a memória das mulheres. Os resultados deste estudo nos apresentou que as mulheres recordaram suas vivências no Cidade Nova; assim como se percebeu através das categorias as consequências das remoções mal planejadas do programa habitacional executado pelo FOZHABITA; também foi evidenciado que a participação das mulheres nas políticas públicas é importante, mas ainda tem muito que percorrer.

**Palavras-chave:** Território usado. Política habitacional. Remoções. Mulher.



## ABSTRACT

This research proposes to dialogue with female heads of families in the Cidade Nova neighborhood, seeking to analyze their perception of the removals promoted by the housing program aimed at the low income population, executed by FOZHABITA, as well as a reflection on the participation of women in cycle of public policies. The theme to be presented and discussed in this study is related to the housing policy, having as its guiding axis the urban space and the territory used. The analysis demonstrates, among other issues, segregation and clusters of exclusion. Moreover, many studies have proven the inequality between women and men - social, political and economic - that predominate in a capitalist, hierarchical and patriarchal society. To analyze the data, the content analysis method was carried out based on interviews with women. From this analysis, 5 subcategories appeared: 1) disruption of the neighborhood relation; 2) violence; 3) absence of public policies; 4) the location 5) women's participation in the public policy cycle, and a central category: Women's memory. The results of this study showed us that the women remembered their experiences in the Cidade Nova neighborhood; as well as the consequences of the poorly planned removal of the housing program implemented by FOZHABITA through the categories; it has also been shown that women's participation in public policies is important, but there is still a lot to go through.

**Key words:** Territory. Power. Housing policy. Removals. Woman.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa da divisão das regiões geográficas de Foz do Iguaçu .....	49
<b>Figura 2</b> – O Ciclo das Políticas Públicas .....	51
<b>Figura 3</b> – Antes e depois do bairro Cidade Nova entre 1997-2000 .....	54
<b>Figura 4</b> – Vista aérea do bairro Cidade Nova em 2018 .....	57
<b>Figura 5</b> – Das técnicas de coleta de dados .....	59
<b>Figura 6</b> – Livro de pano “O peso das remoções urbanas” .....	79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNI	Cidade Nova Informa
COHAFOZ	Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
FOZHABITA	Instituto de Habitação da cidade de Foz do Iguaçu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PDDIS	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável
PMCMV	Programa minha casa minha vida
PNDU	Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 O ESPAÇO URBANO E A MULHER: UMA APROXIMAÇÃO</b> .....	<b>16</b>
2.1 O ESPAÇO URBANO E O TERRITÓRIO USADO .....	17
2.2 O TRÂNSITO DA MULHER NO TERRITÓRIO .....	28
<b>3 A URBANIZAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU</b> .....	<b>37</b>
3.1 SITUANDO FOZ DO IGUAÇU NO TERRITÓRIO.....	38
3.2 A POLÍTICA HABITACIONAL EM FOZ DO IGUAÇU – SURGE O FOZHABITA.....	45
3.2.1 Entre as remoções e o Conjunto habitacional Cidade Nova.....	52
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>59</b>
4.1 AS ENTREVISTAS .....	60
4.2 A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	61
<b>5 A VOZ DAS MULHERES</b> .....	<b>63</b>
5.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS .....	63
5.1.1 A interrupção da relação de vizinhança .....	64
5.1.2 A violência.....	66
5.1.3 A ausência de serviços públicos .....	68
5.1.4 A localização .....	71
5.1.5 A participação das mulheres no ciclo das políticas públicas .....	73
5.1.6 A memória das mulheres .....	76
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>81</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>84</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>92</b>
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA .....	93
APÊNDICE B – AS ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA .....	94
<b>ANEXO</b> .....	<b>113</b>
ANEXO A - PROJETO CIDADE NOVA .....	114

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos principais dilemas sobre o espaço urbano é a questão da moradia que afeta quase sempre a classe pobre e “desde meados do século XX, está presente em todas as agendas de governo. Inúmeras ações de âmbito nacional já foram implementadas para tentar solucionar tal problema, mas a demanda por moradia ainda não foi efetivamente suprida” (GOMES, 2013, p. 265).

Diante da demanda por moradia, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, implementou em 2001 o Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu (FOZHABITA), entidade autárquica do Município de Foz do Iguaçu com personalidade jurídica própria, que em seu art. 2º tem por “finalidade de planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos à habitação popular, também executando programas de desfavelamento e outros programas habitacionais voltados à população de baixa renda, observando o planejamento urbano municipal” (FOZ DO IGUAÇU, 2001).

Os programas habitacionais voltados à população de baixa renda executados pelo FOZHABITA atuam na construção de conjuntos habitacionais para as famílias pobres que vivem de aluguel ou removem ocupações que vivem em barrancas de rios, invasões e favelas.

Um dos primeiros conjuntos habitacionais construídos para esta finalidade foi o Cidade Nova, localizado na região norte da cidade de Foz do Iguaçu, que removeu as comunidades do Bambu, do Monsenhor Guilherme e da Marinha, além das famílias inscritas no programa que viviam de aluguel.

A primeira etapa do conjunto habitacional Cidade Nova teve início em janeiro de 1998 e o assentamento das famílias ocorreu no fim do mesmo ano. A segunda etapa iniciou ainda em 1998, porém o assentamento ocorreu em 1999. Somente em 2002 iniciaram às construções das escolas (municipal e estadual), creche, posto de saúde e infraestrutura. Apesar do ponto positivo da conquista da casa para as famílias, devem-se apresentar os efeitos das remoções. Pois empurrar a população de baixa renda para lugares abandonados piora a situação das famílias.

Segundo Maricato (2017) 30 % das famílias das regiões metropolitanas são chefiadas por mulheres, muitas vezes deixam seus filhos abandonados nas periferias por conta do trabalho, passam uma grande parte do tempo nos transportes públicos por conta da distância ocasionando stress e depressão. Quanto à mulher chefe de família, “indica uma problemática ainda mais drástica, porque coloca sobre os ombros da mulher

sozinha o ônus de sustentar uma família em todos os sentidos” (DEMO, 2005, p. 71).

Deste modo, optou-se por estudar sobre a mulher “chefe de família”, pois são as “mulheres responsáveis por domicílios, chamados por vezes de lares matrifocais, para designar que se trata de domicílios dirigidos e mantidos por mulheres sem companheiros dentro da mesma casa, ou, havendo estes, é ela quem sustenta o lar” (DEMO, 2005, p. 88).

Portanto, segue a seguinte questão: “Qual a percepção das mulheres chefes de família sobre as remoções promovidas pelos programas de desfavelamento e outras programas habitacionais voltados à população de baixa renda, executado por meio do FOZHABITA, no território de Foz do Iguaçu?”. Tendo em vista que:

As mulheres são sensíveis aos lugares abandonados (por questões de segurança que muitas vezes significam uma ameaça maior a elas do que aos homens); à necessidade de lazer para seus filhos; ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço dentro do espaço coletivo (SANTORO, 2008, p. 3).

A análise é importante para apresentar os efeitos das remoções e entender a relevância da participação popular no ciclo da política pública, incluindo principalmente a mulher no planejamento da cidade, como agente transformador do espaço.

Portanto, o objetivo geral é analisar a percepção das mulheres sobre as remoções. Além dos objetivos específicos em: refletir sobre a participação das mulheres no ciclo das políticas públicas; e pesquisar sobre as transformações do conjunto habitacional Cidade Nova.

Para atingir os objetivos propostos, o método de pesquisa a ser utilizado é o qualitativo do tipo exploratório, em busca de descobrir ideias e pensamentos ao mesmo tempo explorar um determinado problema, de modo a fornecer informações. A abordagem qualitativa nos permite trabalhar “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Para realização deste estudo qualitativo, optou-se por técnicas de coletas mencionadas por Marconi e Lakatos (2003), “para obtenção de dados podem ser utilizados três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 159).

Na pesquisa bibliográfica utilizou-se de vídeos, artigos e livros, com a

intenção de abordar conceitos que servirão como premissas para sustentar os próximos capítulos. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 158), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Para auxiliar nestes conceitos a pesquisa documental utilizou-se de arquivos públicos, como leis, decretos e relatórios, entre eles dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES) para a coleta de dados censitários da população de Foz do Iguaçu.

Após a análise das fontes bibliográfica e documentais, o próximo passo foi o contato direto, ou seja, as entrevistas. Procedimento realizado “com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 159).

Para efeito, a entrevista é “um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 195). Para tanto foram realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas, seguindo um roteiro estabelecido, possibilitando a flexibilidade.

As entrevistas com as mulheres tiveram um forte peso, pois foram ouvidas suas vozes, onde expressaram suas opiniões e sentimentos a respeito de suas necessidades e satisfação provinda da moradia recebida pelo FOZHABITA para suas vidas. A entrevista é “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 109).

O que se pretende através da entrevista é analisar a memória<sup>1</sup> das mulheres sobre o lugar, no sentido de pesquisar a transformação do bairro e concomitante verificar sua participação nas políticas públicas.

Após organizar o material coletado, o passo seguinte foi analisar os dados. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 167) “Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa”, Para a análise utilizou-se o conteúdo das entrevistas, ou seja, as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas

---

<sup>1</sup> Memória, como sabemos, é uma categoria biológica/psicológica que diz respeito a capacidade de armazenagem e conservação de informações. (ABREU, 1998, p. 82).

através da técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977) análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Assim os textos das entrevistas foram analisados por meio da categorização elaborada por Bardin (1977), que consiste na classificação de elementos em comum, o cotidiano na nossa vida. A opção pela análise categorial se certifica no fato de que é uma alternativa para “estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (BARDIN, 1977, p. 106). As entrevistas forneceram elementos informativos e reflexivos, que serviram para uma análise sistêmica de conteúdo que deram suporte para analisar os efeitos das remoções.

Para tanto, a organização da dissertação está estruturada da seguinte forma. O capítulo inicial apresenta discussões de território e políticas públicas acerca do papel do Estado e das relações de poder. Além, disso é apresentado também a desterritorialização através da qual se configura a pobreza e os aglomerados de exclusão. Na segunda parte da discussão, são apresentados os caminhos percorridos pela mulher, pois embora seja indiscutível que as mulheres vêm conquistando direitos e ocupando espaços, na realidade ainda existe uma profunda desigualdade entre mulheres e homens.

Na terceira parte da dissertação, apresenta uma breve análise das transformações do território de Foz do Iguaçu e a criação de uma política habitacional para organização e prestação de serviços para a população de baixa renda. O propósito deste capítulo é de apresentar o conjunto habitacional Cidade Nova entre os anos de 1998 a 2018.

O quarto capítulo expõe uma análise minuciosa do procedimento metodológico que permeia os contatos diretos, ou seja, as entrevistas. O quinto capítulo apresenta o resultado da análise, as vozes das mulheres sobre as remoções promovidas pelo programa habitacional voltado à população de baixa renda, executado por meio do FOZHABITA. Por fim, as considerações finais apontam os principais resultados e sugestões de trabalhos futuros com a finalidade de impulsionar a continuidade da pesquisa desenvolvida.



## 2 O ESPAÇO URBANO E A MULHER: UMA APROXIMAÇÃO

A ocupação do espaço urbano decorre do planejamento do território pelo desenvolvimento do capitalismo, que propõe separar o rico do pobre, qual age como um gestor segregador. “A apropriação dos lugares mais modernizados e valorizados pela especulação do capital tornou-se privilégio de uma minoria, fazendo com que o acesso a esses se tornasse cada vez mais difícil, pois as ações do Estado não favoreciam a inclusão social” (GOMES, 2013, p. 269). Ou seja, as causas estão diretamente relacionadas à especulação imobiliária do uso do solo e interesse do gestor.

De acordo com Rolnik (2015) o processo de financeirização da moradia transforma a casa em mercadoria, tal modelo atrela conflitos urbanos que emergem em várias regiões. De fato, a qualidade da vida urbana virou uma mercadoria, a autora explica que “a mercantilização da moradia, bem como o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo” (ROLNIK, 2015, p. 32).

A crença de que os mercados poderiam regular a alocação da moradia, combinada com o desenvolvimento de produtos financeiros experimentais e “criativos”, levou ao abandono de políticas públicas em que a habitação é considerada um bem social, parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles com menos recursos – ou seja, um meio de distribuição de riqueza. Na nova economia política centrada na habitação como um meio de acesso à riqueza, a casa transforma-se de bem de uso em capital fixo – cujo valor é a expectativa de gerar mais-valor no futuro, o que depende do ritmo do aumento do preço dos imóveis no mercado (ROLNIK, 2015, p. 32-33).

Lefbvre (2001) sustenta que a classe operária é a única capaz de transformar o espaço urbano e por fim na segregação socioespacial. Ressalva que, “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFBVRE, 2001, p. 117-118).

O direito á cidade é ter acesso aos recursos urbanos, é ter direito de transformar a cidade. Além de que, é um direito coletivo, já que para reestruturar o processo de urbanização é preciso do poder do povo. Entretanto, sob uma perspectiva associada ao poder público, muitas vezes as decisões das políticas públicas se restringem nas mãos de um pequeno grupo elitista e que decidem de acordo com seus interesses, ou seja, o indivíduo pobre acaba sendo um simples coadjuvante no processo.

Um dos grandes méritos deste trabalho é estar ancorado na questão da

mulher. Parte-se do pressuposto da “relevância da mulher como fator de desenvolvimento social: a mulher educada e profissional preparada acumula benefícios em série [...], que residiria nela alguma espécie de chave para o desenvolvimento” (DEMO, 2005, p. 72).

A perspectiva da mulher no planejamento territorial, seja no espaço urbano ou no espaço familiar, é o elemento chave para repensar a superação da participação democrática e da luta pelos direitos, “esse olhar sobre o gênero significaria uma nova sensibilidade urbana que busca incorporar enfoques metodológicos e as vozes dos coletivos antes excluídos” (SANTORO, 2008, p. 2).

## 2.1 O ESPAÇO URBANO E O TERRITÓRIO USADO

O território está, geograficamente, associado à ideia de espaço e poder e alguns pensadores, tais como Darcy Azambuja (2005), Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2016; 2007; 2004), Milton Santos (2006; 2007; 2009; 2014) e Roberto Lobato Corrêa (2004) debruçaram-se em tais conceitos. Segundo Haesbaert (2016) o conceito de território também é amplamente utilizado em áreas como a Ciência Política e Antropologia para referir-se a Estado e a relação às sociedades tradicionais.

Alguns autores identificam o território como sendo uma área delimitada por fronteiras e gerenciada pelo Estado onde exerce sua soberania. “O próprio Howard afirma que não poderiam existir territórios sem algum tipo de limite (ou fronteira)” (HAESBAERT, 2016, p. 45). Cabe frisar que o território é essencial à existência do Estado, ou seja, “sem território não pode haver Estado” (AZAMBUJA, 2005, p. 38).

O Estado é uma sociedade organizada sob à forma de governantes e governados, com território delimitado e dispendo de poder próprio para promover o bem de seus membros, isto é, o bem público. Para atingir seu objetivo, o Estado estabelece e impõe normas e regras que orientam sua ação e disciplinam as atividades dos indivíduos e grupos que o compõem. Do exame dessa noção decorre logo a existência de três elementos essenciais do Estado: população, território e poder. (AZAMBUJA, 2005, p. 27).

O poder político do Estado obriga “os indivíduos a fazer ou não fazer alguma coisa, e seu objetivo deve ser o bem público” (AZAMBUJA, 2005, p. 47). Seu objetivo satisfaz as necessidades dos indivíduos, assegurando condições para o bem público. “O Estado deve assegurar a ordem e promover o progresso, o que ele deve fazer para a realização do bem público é o que se denomina a competência” (AZAMBUJA, 2005, p. 119).

Destaca-se que, para Santos (2006), a noção de espaço geográfico “deve

ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido” (SANTOS, 2006, p. 56). O espaço é proveniente das relações de objeto e ação, duas condições distintas, porém correlatas.

Segundo o Sistema Único de Assistência Social o “território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intra-urbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais” (SUAS, 2008, p. 53). Assim, a perspectiva territorial agregada pelo SUAS representa que:

Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. É também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da *questão social* e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento (SUAS, 2008, p. 53).

Nesse sentido, cabe ponderar que o território não é uma superfície morta que acomoda uma intervenção do Estado, existe vida e são as ações de uso entre os atores, sociedade e Estado, que o produzem. Com esse posicionamento, as ações do Estado devem ser planejadas territorialmente de modo a superar a fragmentação, exclusão e a pobreza presentes no território. Nesse contexto, resulta tratar o território como o “chão da política pública” (Koga, 2003):

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais (KOGA, 2003, p. 33).

A partir desse ponto, podem-se compreender os jogos de interesse no qual constrói diferentes espaços. Como bem assinalado Corrêa (2004), o espaço urbano é produzido por diversos agentes sociais, que inclui ações como “densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (CORRÊA, 2004, p. 11).

O Estado é um dos agentes que produz o espaço urbano capitalista, organiza o território por meio de seu poder de regulação. E lhe cabe o papel de “elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras normas do zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao

espaço urbano” (CORRÊA, 2004, p. 24). Convém observar que:

Sendo a cidade uma imensa concentração de gente exercendo as mais diferentes atividades, é lógico que o solo urbano seja disputado por inúmeros usos. Essa disputa se pauta pelas regras do jogo capitalista, que fundamentado na propriedade privada do solo, a qual – por isso e só por isso – proporciona renda e, em consequência, é assemelhada ao capital (SINGER, 2017 p. 29)

Segundo Maricato (2017), numa sociedade capitalista, por não existir uma democratização ao acesso à terra urbana, existe a segregação do espaço físico, significa que a terra urbanizada tem um valor diferenciado dependendo da localização. Há uma disputa muito forte na sociedade pelas localizações urbanas, ou seja, em geral em um determinado local tem uma concentração do emprego, as facilidades de transportes, os melhores equipamentos, infraestrutura (água, esgoto, iluminação pública), educação, saúde e comércio. São essas áreas disputadas pelo mercado que expulsa a população mais pobre dessas melhores localizações.

Dando sequência a essa discussão, Bourdieu (2008) aponta em seu livro *A miséria do Mundo* que o território resulta em “efeitos de lugar”, devido às disputas de classes pelo espaço, pois “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (BOURDIEU, 2008, p.160).

Esse conjunto de ideias reforça a situação de distâncias sociais e físicas entre os indivíduos, ou seja, há uma separação hierárquica de localização. O poder vincula-se a riqueza e exclui a pobreza, gerando a fragmentação do espaço urbano e provocando o isolamento da população mais pobre. Assim, “esses lugares abandonados, que se definem, fundamentalmente, por uma *ausência* - essencialmente a do Estado, e de tudo o que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc” (BOURDIEU, 2008, p. 159).

Isso equivale a dizer que existe uma fronteira invisível entre os lugares, a própria arquitetura das ruas e das casas separam as classes sociais. Tal relação de vizinhança reproduz a pobreza na medida em que esses grupos mais vulneráveis não experimentam situações de conquista e não desfrutam de espaços de lazer, mas sofrem por sentir as privações sociais e territoriais.

A capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo)

para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem frequentados (A posse de capital assegura, além disso, a quase-ubiquidade que torna possível o domínio econômico e simbólico dos meios de transporte e de comunicação e que é muitas vezes reduplicada pelo efeito da delegação, poder de existir e agir à distância através de um preposto). (BOURDIEU, 2008, p. 163-164)

Na realidade, “as áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas facções” (CORRÊA, 2004, p. 9). O território é usado e a segregação traz inúmeros problemas. E “é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características” (MARICATO, 2013, p. 51).

Essas noções sustentam a estrutura do espaço urbano, a apropriação desigual do espaço deve-se ao maior ou menor poder de capital. Além do mais, uma grande parcela da população de baixa renda, desprovida de recursos, não consegue entrar na legalidade porque ela não faz parte do mercado. De um lado, observa-se riqueza, por outro lado se vê o abandono.

O espaço urbano passou a ser visto como algo a ser dividido, repartido, vendido pelo valor mais alto, com isso parte da sociedade é excluída e marginalizada. “O espaço habitado deixa entrever claramente que atingimos uma situação-limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível” (SANTOS, 2014, p. 48).

Infelizmente, nesses casos, o Estado para minimizar os conflitos implementa programas habitacionais para retirar a população pobre do centro da cidade para favorecer os interesses do mercado imobiliário. Acontece que as localizações periféricas são distantes, de difícil acesso aos recursos e de pouca infraestrutura. Neste caso, a localidade de moradia influencia a relação social e das oportunidades, seja no mercado de trabalho, seja aos acessos aos espaços públicos.

Trata-se de uma separação das diferentes classes sociais e de espaço, a própria política gera nestes casos uma segregação. Essa perspectiva ampla de habitação permite enxergar o problema das políticas no sentido de alimentar essa estrutura.

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de

diferenciação social e de separação. Essas regras variam culturalmente e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. (CALDEIRA, 2000, p 211).

Segundo Lefebvre (2001) a segregação ocorre de 3 formas “ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano” (LEFEBVRE, 2001, p. 97).

Para Lefebvre (2001) a segregação espontânea é resultado do preço da terra, de quanto a pessoa pode pagar por um determinado solo, já a segregação voluntária é o resultado do querer distanciar, por exemplo as residências em condomínios fechados, e a segregação programada é resultado da ação do Estado, do planejamento dos conjuntos habitacionais de baixa renda distantes e isolados.

Cabe trazer a análise realizada por Araújo (2012), na medida em que o autor se apoia no legado de Lefebvre para explicar sobre a cidade e o urbano e enfatiza que “o que impera na cidade industrial é a segregação socioespacial que nega tanto a cidade, porque lhe torna produto ao invés de obra, quanto o urbano, cujo conteúdo reside no valor de uso e na apropriação de tempo e espaço” (ARAÚJO, 2012, p. 138).

Esse pensar requer a reflexão sobre a cidade atual e repensar a política pública aos menos favorecidos. Implica uma perspectiva do espaço urbano na elaboração e execução das políticas com todos os atores envolvidos.

Outra análise, também centrada no território, mas baseada como sendo um espaço apropriado a partir de uma relação de poder é feita por Raffestin (1993). O autor parte da ideia de que “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território” (RAFFESTIN, 1993, p. 143) e continua explicando que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Raffestin (1993) expõe que os termos espaço e território são diferentes, porém um tem relação com o outro. Em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, parte da premissa de compreender as relações de Poder, bem como compreender o território, ou seja, relações de poder que formam o território e a sociedade.

O território se forma quando as pessoas se fixam em um determinado espaço apropriando-se dele e provocando uma ação, seja individualmente, ou seja, um conjunto de indivíduos, como, por exemplo, os movimentos sociais. Neste sentido o Estado surge para desempenhar o controle do território, garantindo a segurança e o bem-estar.

Como bem assegura Raffestin (1993, p. 7-8) “o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço”. Diante dos fatos, o autor considera que as relações marcadas pelo poder territorial devem ser compreendidas não somente centradas no Estado, mas pelo povo que se fixou no espaço.

Haesbaert (2007a) segue também a mesma linha de pensamento onde analisa o território relacionado ao poder e considera ainda que o poder além de apropriação é de dominação. Afirma que o:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2007a, p. 20-21)

De fato, a vantagem do poder é a dominação da população e do território, tal entendimento leva a refletir que as desigualdades sociais se estruturam com base no poder e atinge tanto pessoas quanto aos territórios. Por certo, o território carregado de poder exerce a exclusão, “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos.” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Uma questão também relacionada ao território é a territorialidade, que considera o instinto do homem de apropriar-se de um território e assim defender e ordenar, que permite constituir uma identidade. De acordo com Raffestin (1993, p. 158), “a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”, nesse contexto:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2004, p. 3).

A discussão do território gerada a partir do conceito de espaço determina

relações poder, controle e apropriação, significa entender as relações entre o espaço e o poder desenvolvido pelo Estado e pelas classes dominantes. Assim a territorialidade, “como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, citado por HAESBAERT, 2004, p. 3).

Ao compreender tais práticas, propõe-se o termo des-territorialização, a fim de entender o enfraquecimento do espaço na vida social. “O desaparecimento dos territórios, constitui, podemos afirmar, um dos mais relevantes na última década e promoveu uma espécie de diálogo oculto entre a geografia e as demais ciências sociais” (HAESBAERT, 2007b, p. 43).

A desterritorialização abordada por Haesbaert (2016), explica que os territórios estão sendo destruídos ou questões de exclusão. Porém a definição depende da concepção de que o território está inserido. Assim, para Haesbaert (2016) “a imbricação entre exclusão social e desterritorialização parte do pressuposto de que ambas as noções incorporam sempre um caráter social multidimensional, dinâmico e que deve ser geográfica e historicamente contextualizado” (HAESBAERT, 2016, p. 313).

Com base em alguns conceitos a “desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais [...] Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas” (HAESBAERT, 2016, p. 35).

A desterritorialização, segundo Haesbaert (2016, p. 311) “é focalizada a partir das mais diferentes dimensões, do econômico ao político, do cultural ao geográfico propriamente dito”, porém o autor informa que a dimensão social não é abordada e que tal perspectiva deveria ser priorizada.

O autor, ao tratar a desterritorialização a partir da dimensão geográfica, destaca o termo “aglomerados de exclusão” a fim de explicar o amontoado de pessoas em um determinado território precário e desprovidos de recursos.

Percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como “recurso”, inerente à nossa reprodução social. Com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras, “desterritorialização”. (HAESBAERT, 2016, p. 315)

Entender o caráter da desterritorialização em seu sentido mais estrito



seria a “desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade” (HAESBAERT, 2016, p. 315).

Motivado pelos problemas nacionais e mundiais da atualidade, em 2001, Boaventura de Souza Santos apresenta no Seminário: *Estudos Territoriais de desigualdades sociais* “o binômio territorialização e desterritorialização”. Explica que “A globalização neoliberal avança muito para o lado da desterritorialização, de modo especial no que se refere a relações sociais” (SANTOS, 2001, p. 3).

Para Boaventura (2001), a democracia é boicotada pela eliminação de políticas redistributivas<sup>2</sup> e sem redistribuição, tem uma “democracia de baixa intensidade, o que se traduz num Estado fraco. E o Estado fraco é o Estado ideal para o capitalismo” (SANTOS, 2001, p. 4). Pois as políticas redistributivas são as únicas capazes de diminuir as desigualdades. Um Estado fraco é um Estado sem interesse social e ausente em suas ações, onde não é capaz de combater a desigualdade e a pobreza.

Ao examinar a desterritorialização, Haesbaert (2016) discute na sequência polêmicas sobre pobreza e privação. A noção de pobreza do ponto de vista epistemológico, a palavra vem do latim pauper, radicado em paucus (pouco) e pode ser conceituada quem produz pouco, “a pobreza e seus sinônimos e correlatos (exclusão, marginalidade, vulnerabilidade, desigualdade, precarização) são uma condição que afeta todos os processos sociais, econômicos e políticos” (CATTANI, 2007, p. 213-214).

Para Sen (2000, p. 109), “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza”. Codes (2008), ao apresentar as principais concepções sobre a pobreza também traz a ideia de “privação de capacidades” apontada por Sen (2000).

Estes autores referem-se a “privação de capacidades” não apenas os baixos rendimentos, mas a uma noção de privação de potencialidades e de liberdade, ou seja, “a disponibilidade de um bem, em um dado espaço, não garante que certos grupos de indivíduos tenham capacidade de adquiri-los por meio de mecanismos como a produção própria, a criação de empregos” (CODES, 2008, p. 20).

Por isso, Boaventura explica que no passado o trabalho era uma forma de

---

<sup>2</sup> É por meio das políticas redistributivas que se alocam bens ou serviços a segmentos específicos da sociedade mediante recursos que são extraídos de outros grupos específicos. (BRANCALEON et al. 2015, p. 3)

cidadania, “hoje, cada vez mais, o trabalho não dá acesso à cidadania, porque há cada vez mais milhões e milhões de pessoas a trabalhar sem nenhum direito, sem estabilidade, sem direitos, sem sair da pobreza” (SANTOS, 2001, p. 6). Assim, “a falta de cidadania é a pobreza mais aguda” (DEMO, 2005, p. 96).

Codes (2008) apresenta uma nova abordagem para entender a pobreza, a multidimensionalidade, o autor segue do princípio da ausência de não apenas um elemento como, por exemplo, a renda, mas de uma série de ausências “como saúde, educação, habitação, direitos econômicos e sociais, igualdade entre os sexos, participação econômica e política, liberdades políticas etc” (CODES, 2008, p. 24-25).

Leguizamón (2007) destaca “as teorizações sobre a produção da pobreza urbana”, informa que a pobreza urbana está vinculada a falta de emprego das pessoas, pois a partir da industrialização as pessoas migraram do campo para as cidades, somando a isso a carência de políticas habitacionais, ou seja, o Estado não atende aos serviços básicos, conseqüentemente a população migra para favelas e terrenos clandestinos ocasionando a aglomeração humana e exclusão. De acordo com Haesbaert (2016) a noção de aglomerados de exclusão é uma espécie de “amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão” (HAESBAERT, 1997, citado por HAESBAERT, 2016, 314).

A partir do processo de industrialização, a população deslocou-se da área rural para área urbana provocando a transformação do espaço, moldado conforme os interesses das classes sociais. Deste modo a violência social “ganha expressão significativa, coincidindo com o primeiro impacto recessivo das décadas perdidas, o que levou o país a mergulhar no desemprego” (MARICATO, 2013, p 31).

Segundo Maricato (2013, p. 40) o “processo de urbanização no Brasil apresenta [...] a reprodução de novos e antigos males, nos indicadores de violência, pobreza, predação urbana e ambiental, poluição do ar e da água, epidemias etc”. O crescimento urbano demandou moradias e serviços públicos, porém a realidade foi outra e a sobrevivência da massa pobre tornou-se debilitada.

As reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. (MARICATO, 2013, p. 17)

Nesse cenário de pobreza, violência, privação e exclusão do território um

“inconveniente provém do fato de que atualmente dá-se muito mais atenção ao fenômeno das favelas do que mesmo à situação da pobreza como um todo” (SANTOS, 2009, p.16).

A concepção de território evidencia questões como espaço das relações, dos sentidos, do sentimento de pertença e, portanto, da cultura, podemos afirmar que as favelas são verdadeiros territórios e, como tais expressam relações de poder e as políticas sociais adotadas pelo Estado (PESCAROLO, 2017, p. 70).

A urbanização maciça não aboliu a pobreza, “pelo contrário, nas condições atuais, a urbanização facilita o processo capitalista que agrava as desigualdades” (SANTOS, 2007, p. 194).

Questões de exclusão relacionadas às desigualdades sociais constituem um problema presente no cotidiano das pessoas pobres, “neste contexto, as políticas sociais urbanas e a gestão das cidades constituem temas de importância fundamental para a superação da pobreza e para o desenvolvimento” (CATTANI, DÍAS, 2005, p. 86).

Santos (2007, p. 193) explica que “a carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres, os que estão bem abaixo na escala dos salários, e os que estão sem emprego”. Portanto a importância da busca por mecanismos dentro da sociedade, criando políticas públicas para atuar diretamente nos problemas relacionados à pobreza.

A pobreza não é inevitável. É resultado de políticas que retratam a distribuição desigual da renda e do poder. Essa realidade só poderá ser mudada com escolhas corretas de políticas públicas e uma gestão participativa. “É, portanto, nesse nível que se podem encontrar explicações válidas. É necessário voltar-se para as raízes do mal, para fazer uma análise correta e estar em condições de fornecer soluções adequadas” (SANTOS, 2009, p. 31-32).

A fim de que uma teoria da pobreza sirva como paradigma aos estudos urbanos, ao planejamento econômico e regional, e, acima de tudo, ao planejamento do emprego, ela deve definir a relação entre a economia da pobreza e a economia moderna, assim como a relação entre a população pobre e a economia pobre (SANTOS, 2009, p.44).

Na verdade, para vencer a pobreza o Estado deve criar instrumentos para o fim da exploração capitalista do indivíduo pelo indivíduo e conseguir a igualdade para assim o cidadão desenvolver suas capacidades e potencialidades.

De fato, o sistema político-econômico vigente contempla uma determinada classe social gerando riquezas, conseqüentemente, intensifica a desigualdade social e territorial, a partir do qual resulta no empobrecimento dos pobres,

face mais perversa. O que percebe é que existe uma crise do sistema capitalista que “afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106). Ou seja, à crise política em geral, desregula todo o sistema, até no que se refere à urbanização.

Dos mais diversos horizontes teóricos e políticos recolhem-se diagnósticos que apontam para a existência de uma “crise urbana”. Esclarecer de que crise se está falando está longe de ser, hoje, uma questão puramente conceitual de interesse meramente acadêmico e teórico. Na verdade, é o diagnóstico da crise que legitima e autoriza as políticas, planos, programas e projetos a serem implementados (PNDU, 2004, p 29).

A crise urbana afeta a população vulnerável, intensifica a pobreza e aumenta a segregação socioespacial, inclusive em áreas ilegais. É preciso com certeza da criação de políticas que garantam uma solução para a desigualdade social. Certamente, “para o pensamento dominante nos anos 90, a crise tem como fundamento a excessiva e inadequada intervenção estatal, que inibiria o pleno funcionamento das leis de mercado e a alocação ótima dos recursos urbanos” (PNDU, 2004, p 29).

Por sua vez, em grande parte, no decorrer do processo compõe a conhecida relação de poder, onde diversos atores dominantes, com diferentes interesses celebram as estratégias e ações por lutas de direitos. A disputa de poder garante um pedaço da fatia. Ou seja, a participação política da sociedade não é desejável e sim de um grupo minoritário, a elite.

O ponto de partida para discutir as políticas públicas em um determinado território é entender o papel do Estado como regulador do processo. Esse reconhecimento está nas explicações sobre a natureza e os processos das políticas públicas.

Os significados de políticas públicas e de território, ambos ligados ao Estado, admitem reconhecer como verdadeiro o pressuposto da inseparabilidade. Esse reconhecimento vem por meio das noções de público e coletivo que justificam a ação do Estado produzir políticas públicas para cidadãos que compartilham a vida. Vem também por meio das noções de povo e soberania, as quais, conforme o foco jurídico, justificam a ação do Estado sobre o território, cuja finalidade é o bem comum de um povo situado em um determinado território (STEINBERGER, 2013, p 61).

Essas noções sustentam a trilogia relacional (território, Estado e políticas públicas) mencionada por Steinberger (2013), e auxiliam para entender que o território não é somente uma propriedade do Estado mais de toda a sociedade que age a partir de um poder. Desta forma, a participação política da sociedade é importante para o processo da política pública, “quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para

fazê-lo. Os resultados humanos obtidos no processo de participação fornecem uma importante justificativa para um sistema participativo” (PATEMAN, 1992, p. 39).

A abordagem do espaço urbano sobre o modo de produção capitalista estabelece que o solo seja de usado de forma fragmentada. Este conjunto de usos da terra urbana assume uma dimensão simbólica, ou seja, “o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 2004, p. 9).

[...] as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Desta forma, o espaço urbano é o efeito das relações da sociedade capitalista, o uso do solo define o espaço urbano e implica que cada indivíduo não vivencie a cidade em sua totalidade, estabelecendo uma fronteira invisível que limita aos lugares que não são do seu dia-a-dia.

A relação entre território, Estado e políticas públicas foi necessária para refletir sobre o espaço urbano. Para tanto, ainda se faz essencial, analisar uma parcela da população vulnerável, que é a mulher, para assim discutir a participação da mulher nos espaços públicos e nas políticas públicas como agente que produz no espaço da cidade.

## 2.2 O TRÂNSITO DA MULHER NO TERRITÓRIO

De modo geral, a participação popular na tomada de decisão é extremamente importante para que o Estado implemente políticas públicas levando em consideração o social. Ora, nestas circunstâncias, as políticas públicas devem criar estratégias de combate à pobreza e para as dificuldades provindas da crise do capitalismo que impactam a população vulnerável.

Embora sejam “as populações vulneráveis: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros e índios” (PNDU, 2004, p. 7), a preocupação central da pesquisa consiste na questão da mulher cidadã.

A base de uma política urbana com participação popular está no reconhecimento de que a participação nas políticas públicas é um direito dos cidadãos e de que o caminho para o enfrentamento da crise urbana está diretamente vinculado à

articulação e a integração de esforços e recursos nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal, com participação dos diferentes segmentos da sociedade (PNDU, 2004, p. 75).

A importância da presença das mulheres em espaços de poder e de decisão é fundamental para garantir direitos que até pouco tempo não lhe eram garantidos, eliminando a desigualdade entre mulheres e homens, além da exclusão social, “em termos de representatividade política, não tem aumentado a participação de mulheres como representantes: são poucas conselheiras, vereadoras, deputadas, senadoras líderes de movimentos sociais, entre outros” (SANTORO, 2008, p. 5).

A relevância é constatar o alcance das mulheres no debate do território. Porém, mesmo com um aumento significativo da população feminina existe um atraso na política brasileira. Segundo o IBGE (2018) em 2017, o Brasil ocupava a 152ª posição entre os 190 países que informaram à Inter-Parliamentary Union o percentual de assentos em suas câmaras baixas (câmara de deputados) ou parlamento unicameral ocupados por mulheres parlamentares em exercício.

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

O que cabe ainda destacar é que Saffioti (2015) mostra que o poder envolve o “macho, branco e, de preferência heterossexual” (SAFFIOTI, 2015, p. 33) e estabelece que “o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. O processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico” (SAFFIOTI, 1997, citada por SAFFIOTI, 2015, p. 76).

Assim, as relações de gênero são hierarquizadas e simbólicas, ou seja, historicamente o homem exerce poder sobre a mulher, pois o sistema capitalista patriarcal<sup>3</sup> aprofunda a desigualdade de gênero. Seguindo este raciocínio “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2015, p. 57).

O sistema-mundo capitalista/moderno/colonial, também foi adjetivado como

---

<sup>3</sup> O patriarcado é compreendido como categoria explicativa dos processos de dominação-exploração das mulheres e, além de referir-se à sua forma de objetivação em âmbito familiar, também é considerado mecanismo inerente aos processos de (re)produção social e cultural, que sustentam a dominação masculina sobre a feminina (MIRALES, 2013, p. 16).

patriarcal; o qual teria usado de diferentes colonialidades, do poder, do saber, do ser, da natureza e do gênero, para exercer domínio sobre corpos e mentes não apenas na América colonial, mas na América Latina pós-colonial, séculos XIX a XXI (LEDEZMA; GUANAES, 2016, p. 22).

Efetivamente o poder “tem duas facetas: a da potência e da impotência. As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetram violência, estão sob o efeito da impotência” (SAFFIOTI, 2015, p. 54).

Para fins analítico, o pré-capitalismo usou de sua astúcia para incluir a mulher no mercado de trabalho, embora “jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem” (SAFFIOTI, 2013, p. 64), mesmo que as condições sejam desfavoráveis à mulher, ou melhor, “as desvantagens sociais de que gozam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta” (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Na esteira do sistema capitalista, exploratório e excludente, permite que “as mulheres brasileiras em comparação com os homens, em média, ainda são mais pobres, recebem menores salários e abraçam maiores responsabilidades familiares domésticas” (PINSKY; PEDRO, 2017, p. 111). De acordo com o IBGE (2018) “em relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres seguem recebendo, em média, cerca de  $\frac{3}{4}$  do que os homens recebem. Em 2016, enquanto o rendimento médio mensal dos homens era de R\$2.306, o das mulheres era de R\$1.764”.

Além de que o grande peso da mulher é a dupla jornada, que consiste em atividades da casa e a jornada de trabalho, já que “o trabalho doméstico não é considerado trabalho, pelo menos não como é considerado o trabalho no mercado, daí procede a “dupla jornada” feminina” (DEMO, 2005, p. 2). Contudo, as “creches e restaurantes populares, além da multiplicação dos eletrodomésticos, têm facilitado à vida das donas de casa” (PINSKY; PEDRO, 2017, p. 121).

Nota-se que, a pobreza incide sobre a mulher, “por obra de uma história machista multimilenar e também por obra do capitalismo” (DEMO, 2005, p. 90). Portanto, ao se pensar em lares chefiados por mulheres na maioria das vezes são associados à pobreza e conseqüentemente em trabalhos menos remunerados, “ocorre ainda que mais de 90% dos trabalhadores domésticos são mulheres, indicando frontal estigmatização feminina, no sentido clássico de redução da mulher a dona-de-casa, mãe e esposa”. (DEMO, 2005, p. 73).

A libertação da mulher, atualmente, não conste em livrá-la da necessidade de se empenhar no trabalho remunerado, mas antes em libertá-la da necessidade de carregar sozinha, ou apenas com o auxílio de outras mulheres da família, todo o fardo do trabalho doméstico, fardo particularmente pesado quando a casa não dispõe de certas facilidades, como água encanada, aparelhos eletrodoméstico ou fácil acesso às fontes de abastecimento. (SINGER, 2017, p. 48)

Para tanto, a mulher empregada doméstica é “produto da necessidade de outras mulheres de trabalhar fora, [...] esse contrato reflete a condição capitalista ostensiva, resultando que, para que uma trabalhe fora, outra a precise substituir” (DEMO, 2005, p. 2). Entre tais estruturas do capitalismo percebe-se uma contradição, já que em parte a mulher para trabalhar fora necessita de outra mulher para o trabalho doméstico.

Em meados do séc. XIX o feminismo<sup>4</sup> “se desenvolve como movimento de emancipação, tendente a obter a igualdade jurídica (voto, instrução, profissões liberais), estendendo-se da Inglaterra a todos os outros países europeus” (BOBBIO et al, 1998, p. 488).

Vários foram os movimentos sociais com a finalidade de melhorias, pois o capitalismo ao atingir a população mais vulnerável estabelece injustiças. O movimento feminista luta até hoje pelas desigualdades, “as mulheres que trabalham são genericamente consideradas como trabalhadoras “secundárias”, isto é, supõe-se que seus ganhos apenas suplementam a receita doméstica, cuja parte principal é proporcionada pelo pai ou marido” (SINGER, 2017, p. 47).

Se paga as mulheres salários bem menores que aos homens, mesmo quando o trabalho feito pelas mulheres não é inferior, nem em quantidade nem em qualidade, ao realizado pelos homens. Nas oportunidades de promoção, os homens são quase sempre favorecidos, em detrimento das mulheres. Na seleção de candidatas a empregos mais bem pagos, é comum a discriminação contra as mulheres, sobretudo as casadas (SINGER, 2017, p. 47-48).

Sobretudo, “a situação da mulher contrastava com os princípios de uma sociedade que se proclamava liberal; por outro lado, o desenvolvimento industrial, que reclamava a participação das mulheres” (BOBBIO et al, 1998, p. 488).

Em termos legislativos, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 em seu art 5º declara que todos são iguais perante a lei e complementa que todos tem o “direito à

---

<sup>4</sup> Este termo indica-se um movimento e um conjunto de teorias que têm em vista a libertação da mulher. Esse movimento nasceu nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 60, e se desenvolveu rapidamente por todos os países industrialmente avançados, entre os anos 1968 e 1977. [...] Em seu significado mais amplo, o Feminismo, como denúncia da opressão da mulher, como recusa do conceito de desigualdade natural e, portanto, de inferioridade, como visão conflituosa da relação entre os sexos e como reivindicação de igualdade, revelou-se, no decorrer dos tempos, de formas variadas, todas elas estreitamente dependentes da sociedade onde tiveram origem e da condição histórica das mulheres (BOBBIO et al, 1998, p. 486).



vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988). Assim, Constituição Federal assegurou a igualdade entre mulheres e homens, onde ficam estabelecidos os direitos e deveres igualitários.

O mesmo ocorre no mercado de trabalho, “ficou proibida qualquer diferença salarial baseada no gênero” (PINSKY; PEDRO, 2017, p. 112). Porém, ainda os homens ocupam os empregos melhor remunerados e em caso de competitividade o homem leva sempre a vantagem.

A lei ainda prevê medidas protetivas, já que muitas das vezes a violência contra a mulher é praticada na própria casa, “as formas de violência podem ser físicas, psicológicas, sexuais, morais, sociais e patrimoniais, constituem-se como fenômenos históricos e a caracterização de suas expressões apresenta relação com a consciência social e o conhecimento” (MIRALES, 2013, p. 23).

Com relação acadêmica, “nas universidades, vários núcleos de pesquisa discutiam o “problema da mulher”, e o conceito de “gênero” [...] começava a ganhar adeptos, embora alguns dissessem se tratar de moda acadêmica passageira” (PINSKY; PEDRO, 2017, p. 118).

Há muito no que avançar, os “balanços mostram que um grande obstáculo à plena cidadania das mulheres é a persistência da violência contra elas praticada [...]” (PINSKY; PEDRO, 2017, p. 115). Além de violência física, muitas ainda sofrem ameaças ou são mantidas presas em casa, “a violência psicológica ou emocional [...] pode levar a variadas consequências, como ao adoecimento físico e mental” (MIRALES, 2013, p. 23).

Não há dúvidas que as mulheres conquistaram espaços que até pouco tempo eram destinados somente para homens. De todo modo, “a figura da “mulher politizada” em sentido mais amplo, comprometida com as causas de seu tempo – cidadania, ecologia, saúde, educação... – já não causa estranheza [...]” (PINSKY; PEDRO, 2017, p. 118).

Diferente do que propagavam correntes feministas antigamente, as mulheres hoje já não se consideram apenas vítimas. Querem ser protagonistas. Pretendem transformar a sociedade “empoderando” (palavra da moda) as mulheres, desde meninas, e combatendo o machismo em todas as suas manifestações, contando inclusive com o apoio dos homens, seus aliados. Não há mais um único modo de ser feminista e de apresentar como tal (nas roupas, nas linguagens, nas posturas) – é importante ter liberdade de expressão (PINSKY; PEDRO, 2017, p. 119-120).

É evidente que as mulheres mais preparadas para o mercado de trabalho garantem maiores possibilidades, isto é, a educação foi o diferencial na emancipação

feminina, “os índices de analfabetismo entre os homens superam os das mulheres no início dos anos 1990” (PINSKY; PEDRO, 2017, p. 120). Segundo IBGE (2018):

Como resultado dessa trajetória escolar desigual, relacionada a papéis de gênero e entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, as mulheres atingem em média um nível de instrução superior ao dos homens. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível “Superior completo”, especialmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens.

Essas trajetórias ajudam a entender as condições em que as mulheres foram controladas e dominadas por todo esse tempo, “o patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que forma um círculo vicioso [...] não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa de poder, que comporta, necessariamente, controle e medo” (SAFFIOTI, 2015, p. 129). Desta forma, o patriarcado molda-se aos interesses da classe dominante.

Entretanto, “com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis no mundo econômico” (SAFFIOTI, 2013, p. 256).

Em outros termos, a evolução da condição da mulher no sistema capitalista rompe o isolamento da mulher versus casa e a vida da mulher ganha nova postura no mundo, ou seja, a mulher versus sociedade se aproxima de uma vida mais igualitária. Segundo Saffioti (2013):

O alargamento dos horizontes culturais da mulher urbana, a limitação da natalidade, o recurso crescente ao processo legal da separação conjugal constituem dados reveladores de que a posição social da mulher vem sofrendo uma redefinição constante pelo menos nos centros dinâmicos da vida social brasileira (SAFFIOTI, 2013, p. 257).

Portanto, a mulher submissa, restrita a participação social já não se enquadra mais. Assim, os domicílios chefiados por mulheres estão crescendo. Segundo notícia publicada no Jornal Valor Econômico (2017) o número de lares brasileiros chefiados por mulheres saltou de 23% para 40% entre 1995 e 2015, segundo informações da pesquisa retrato das desigualdades de gênero e raça:

Em 34% das famílias chefiadas por mulheres, há também a presença de um cônjuge. Ainda assim, a equipe do Ipea afirma em nota que “é elevado o patamar de famílias em que as mulheres não têm cônjuges”, o que aumenta “o risco de vulnerabilidade social, já que a renda média das mulheres, especialmente a das mulheres negras, continua bastante inferior não só à dos homens, como à das

mulheres brancas” (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2017).

É verdade que a mulher chefe de família economicamente dependente é capaz de manter sua família. Mas é verdade também que, boa parte desses domicílios chefiados por mulheres são pobres. Segundo Demo (2005) as mulheres pobres “padecem tanto de exclusão material, quanto da exclusão política” (DEMO, 2005, p. 175).

Convém, ainda, ressaltar que existe uma parcela dos domicílios chefiados por mulheres não pobres. Com efeito, “resultante de separações conjugais ou de “produções independentes” de mulheres já emancipadas, o que não precisaria colocar maiores questões sociais” (DEMO, 2005, p. 152).

O aumento deste grupo se deve aos direitos humanos atrelado ao mercado de trabalho. Essa tendência ressalta que as mulheres chefes de família “se associem e se sindicalizem, para que possam travar o bom combate” (DEMO, 2005, p 180).

Esperar que o sistema capitalista resolva a problemática é enganar-se, o certo é seguir em frente e expor suas potencialidades dentro do sistema. É preciso que as mulheres sejam capazes de tomar suas próprias decisões.

Nenhuma política social poderia ser relevante, se não implicasse o desenvolvimento de sua cidadania. Há muita esperança aí, pois se trata de mulheres guerreiras, capazes de enfrentar tudo para preservar suas expectativas. Entretanto, ao lado da “mulher forte”, vai se desenhando, aos poucos, a “mulher inteligente”, à medida que ultrapassa o homem em escolaridade (DEMO, 2005, p. 180-181).

Esse conjunto de reflexões acerca da questão da mulher não está completo sem citar as perspectivas que discutem a mulher no planejamento do espaço e a luta para seu envolvimento nas tomadas de decisões.

A mulher acaba moldando seus comportamentos a partir de imposições de um espaço produzido pelos homens e para os homens, dessa forma, é importante que o planejamento urbano e os projetos de espaços públicos reconheçam essa segregação de gênero e, sempre que possível norteiem suas decisões de projeto sob a perspectiva feminina tendo como objetivo o acesso de mulheres à cidade (RODRIGUES, 2017, p. 7).

Nas estatísticas a mulher corresponde a mais da metade da população brasileira, portanto também é em maior número nas urnas. Contudo, é minoria na participação da política e nos espaços, o que acarreta um problema nas políticas públicas voltadas para a mulher. Talvez pelo fato de que, muitas delas chefe de família, domésticas e profissionais acabam que não dando conta do seu papel na política pelo acúmulo de

atividades.

A formulação de uma política surge a partir de um problema e a partir disso a inserção na agenda governamental, para tanto a participação da mulher na tomada de decisão de políticas públicas que pensem na mulher é de suma importância, já que a mulher usa o espaço diferente que o homem, por exemplo, a mulher utiliza mais os serviços públicos, pois é ela que leva o filho na creche/escola, posto de saúde e nas praças. Desta forma, socializa com outras mulheres, discutindo problemas do bairro.

Essa constatação propicia uma reflexão sobre os discursos das políticas públicas e a noção de participação popular. O planejamento da política envolve a mobilização dos atores que apresentam o problema da coletividade e é desse pressuposto que a mulher se torna protagonista das políticas públicas pensadas na mulher.

Reconhecer a relação do social e o cultural das mulheres no espaço é reconhecer que a mulher hoje ocupa um lugar que não é mais exclusivo dos homens, a garantia de direitos às mulheres é relevante para sua autonomia e desenvolvimento. “A ampliação de espaços para a participação da mulher gera um impacto positivo imediato na qualidade de vida de todos na elaboração de políticas públicas que respeitem as diversidades culturais da nossa população” (NOLASCO, s. d., p. 19).

Para Sassen (2000, citado por SANTORO, 2008, p. 4) “as mulheres estão emergindo como um ator chave na transformação das cidades, naquelas onde há uma grande e evidente transição demográfica, onde a maioria dos trabalhadores que vivem e moram na cidade são mulheres”.

De fato, tal entendimento traz algumas reflexões sobre o processo participativo, e a partir dessa construção analisar a importância dos espaços públicos construído pela comunidade, principalmente do bairro, pois de certa maneira podem gerar uma maior integração do morador na comunidade e o sentimento de pertença do espaço em que vivem, já que viabilidade de um grupo contribui para melhoramento da vida de todos no bairro. Desconstruir a desigualdade é a participação popular das mulheres e dos homens nos espaços de poder. A construção da democracia em seu sentido mais estrito é garantir a mulher o acesso aos espaços de poder para assegurar as tomadas de decisão nas políticas públicas.

Segundo o relatório do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Secretaria-Geral da Presidência da República a interação entre mulheres e homens “produz solidariedade e identidades comuns, agregando grupos sociais que

passam a agir como sujeitos políticos, com perspectivas e construções próprias, reivindicando reconhecimento, direitos, redistribuição de renda e de poder” (MPOG; SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA, s.d., p. 9).

Essas questões são importantes para discutir a importância da participação de grupos de mulheres em todas as etapas do desenvolvimento das políticas públicas e na elaboração de novas leis para que seja levada em conta as suas necessidades, pois “pensar a desigualdade de gênero no território em um plano vai além de escrever princípios e diretrizes, ou determinar onde estarão equipamentos, mas também, por exemplo, entender o olhar diferenciado das mulheres sobre o espaço” (SANTORO, 2008, p. 2-3).

Portanto, implementar políticas públicas de qualidade, requer antes de tudo a participação política da população no planejamento da política. Silva (2003) explica que “para que um projeto de gestão seja bem sucedido é fundamental o conhecimento das condições de vida da população e do meio físico, pensar de forma integrada os problemas setoriais da cidade” (SILVA, 2003, p. 34).

A problemática se torna mais evidente quando direcionamos a participação da mulher nas decisões sobre o território, pois a partir de um sistema capitalista patriarcal, excludente, machista e desigual, oprime e dificulta qualquer aproximação na produção do espaço urbano, porém “essas transformações contém possibilidades, mesmo que limitadas, para a autonomia e empoderamento das mulheres, e não apenas para as mulheres profissionais” (SANTORO, 2008, p. 4).

Na realidade, a “participação política”<sup>5</sup> da mulher “é capaz não só de mudar determinada realidade como de redesenhar as bases da própria estrutura do poder político” (NOLASCO, s.d., p. 19). Para que uma política pública seja pensada de forma igualitária entre mulheres e homens é preciso que as mulheres também estejam presentes na luta por seus direitos de cidadania de forma a conquistar seus espaços.

---

<sup>5</sup> Na terminologia corrente da ciência política, a expressão participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. (BOBBIO et al. 1998, p. 888).

### 3. A URBANIZAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

Tanto quanto analisar a nível global a organização e a gestão do território é importante também investigar a nível local – cidade e bairro – a fim de entender como se dá à relação do indivíduo com o espaço e as distintas abordagens em relação à cidade.

A cidade pode ser objeto de diversas abordagens: pode ser lida como um discurso (como querem os semiólogos e semióticos), pode ser abordada pela estética - ambiente de alienação e dominação por meio da arquitetura e urbanismo do espetáculo; como manifestação de práticas culturais e artísticas mercadológicas ou rebeldes; como legado histórico; como palco de conflitos sociais; como espaço de reprodução do capital e da força de trabalho, entre outras (MARICATO, 2015, p. 19).

Afinal, a cidade pode ser estudada como aglomeração de bairros, de história de vida de cada indivíduo da comunidade, pois “o bairro pode ter significados diferentes para cada um de seus habitantes. Para uma parte dos moradores pode ser o lugar de vida, do cotidiano; para outra parte, pode ser o lugar de moradia; e ainda pode haver aqueles que não se identificam com o bairro” (RIBEIRO, 2011, p. 56).

É necessário considerar também as mudanças que ocorrem em um determinado território, muitas das vezes transformam totalmente a paisagem local em um curto espaço de tempo. O município de Foz do Iguaçu, por exemplo, é uma cidade de transformações. Até cerca de 1974 as construções ainda eram atrasadas e rústicas. Porém, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a criação da Zona Franca de Ciudad Del Este a população aumentou drasticamente: em 1970 eram cerca de 34 mil habitantes, em 1980 já eram aproximadamente 136.000 pessoas vivendo na cidade, ocasionando um aumento na construção civil.

Este capítulo traz uma breve análise das transformações no território de Foz do Iguaçu. Para tanto, tornou-se importante apresentar o marco histórico da cidade e ao mesmo tempo informações populacionais, apresentando dados da população censitária (urbana e rural, gênero, faixa etária). Além disso, tornou-se importante apresentar o surgimento do FOZHABITA para enfim analisar as transformações do conjunto habitacional Cidade Nova.

### 3.1. SITUANDO FOZ DO IGUAÇU NO TERRITÓRIO

A região que ocupa atualmente o município de Foz do Iguaçu foi descoberta em 1542, por uma expedição espanhola comandada por Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. Contudo, somente em 1881, Vila Iguassu recebeu seus primeiros habitantes: o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel González. Em seguida, os irmãos Goycochéa, cujo objetivo era a exploração da erva-mate.

No ano de 1889 o Tenente Antonio Batista Da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito fundaram a Colônia Militar, com o intuito de distribuir terrenos a interessados, “na época, a ideia de colônia estava relacionada com a atração e organização de pessoas (principalmente imigrantes), para o cultivo da terra e povoamento local” (SILVA, 2014, p. 31).

Em 09 de abril de 1910, a Colônia Militar passou à condição de distrito do município de Guarapuava. De acordo com a Lei nº. 1.383 de 14 de março de 1914 instituiu a criação do município do Iguassú. A data de sua emancipação foi em 10 de junho de 1914, tendo como primeiro prefeito Jorge Schimmelpfeng. Após quatro anos passou a se chamar Foz do Iguaçu e em 1920 ocorreu à abertura da estrada ligando à Curitiba, porém muito precária.

Todavia, em 1943, no governo Getúlio Vargas foi criado o município Território Federal do Iguassú pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, com o argumento de preservar as fronteiras brasileiras. De acordo com o parágrafo 5º de seu artigo 1º:

Art. 1º São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. (Vide Decreto nº 6.550, de 1944).

§ 5º O Território do Iguassú terá os seguintes limites:

- ao Norte, Noroeste, Leste e Sueste, o rio Ivaí desde à sua foz no Paraná até à confluência do rio Tapiracuí, subindo por este até à foz do arroio Saltinho e por este até às suas cabeceiras, daí numa linha reta e seca até às nascentes de rio D'Areia descendo por este até sua foz no rio Pequiri, subindo por este até à foz do rio Cascudo e subindo por este até às suas nascentes e daí, por uma linha reta e seca até às cabeceiras do rio Guaraní, descende por este até a sua confluência no rio Iguassú, sobe por este até à foz do rio Butiá, sobe pelo rio Butiá até às suas nascentes, de onde segue em linha reta até as cabeceiras do lageado Rancho Grande, descendo por este até a sua foz no rio Chopi, descendo até à foz do rio das Lontras e subindo por este até às suas nascentes no morro da Balisa, no divisor de águas, entre os rios Uruguai e Iguassú, pelo qual divisor prossegue até encontrar as nascentes do lageado Santa Rosa, descendo por este até à sua foz no Chapecó, ainda subindo por este até à foz do lageado Norte, pelo qual sobe até às suas nascentes e daí as cabeceiras do lageado Tigre e por este abaixo até

sua foz no rio Chapacózinho, descendo por êste até à foz do lageado Paulo e subindo pelo lageado Paulo às sua cabeceiras, daí em linha reta às cabeceiras do lageado Torto, por êste até à confluência no rio Ressaca, descendo por êste até à foz no Iraní e descendo por este até sua foz no rio Uruguai;

- ao Sul o rio Uruguai, da foz do rio Iraní até a foz do rio Paperiguassú, nos limites com a República Argentina;

- a Sudoeste, Oeste e Noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai.

Como afirma o texto do Decreto, o território Federal do Iguassú era formado por áreas do oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina, com o objetivo de criar o processo conhecido como “marcha para o oeste”, estratégia do governo em povoar o interior do Brasil, bem como garantir a segurança nacional devido aos conflitos da segunda guerra mundial.

As condições de segurança do território – um aspecto de disputa de poder – foram, por sua vez, para garantir o território nacional em locais de conflitos e disputas com países vizinhos, onde ocorriam interesses pela região. Entretanto, o decreto-lei foi extinto três anos mais tarde.

O fato é que, essas discussões de poder e conflitos territoriais se organizam como um componente do uso do território e das resistências territoriais. Segundo Raffestin “é admissível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação” (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Contudo, “a população reage, resiste [...]. Oposição, resistência e revolta são os termos que ressaltam as etapas da retomada de um poder do qual frequentemente a população é desapropriada pelas organizações” (RAFFESTIN, 1993, p. 80).

Em resumo, o Plano Municipal de Saúde – 2010/2013 da Secretaria Municipal da Saúde do município de Foz do Iguaçu, descreve os 4 ciclos distintos de desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu:

**1º Ciclo (1870 a 1970): Extração da madeira e cultivo da erva-mate.**

Neste período, ocorre a chegada dos primeiros desbravadores, predominando a presença de paraguaios, argentinos e indígenas. Este ciclo caracteriza-se pela exploração de grandes propriedades de forma predatória, com o deslocamento sazonal de trabalhadores exclusivamente para o corte da madeira e extração da erva mate.

**2º Ciclo (1970 a 1980): Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu**

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi iniciada em 1974 e afetou diretamente os municípios vizinhos à obra, inundando terras férteis e produtivas, interrompendo vias de comunicação entre eles e deslocando a população local.

**3º Ciclo (1980 a 1995): Exportação e turismo de compras**

Coincidindo com o término das obras e início de operação de Itaipu, intensificou-se o comércio de exportação e o turismo de compras com o Paraguai. Estes fatores consolidaram-se em função de uma conjuntura de crises e transformações



socioeconômicas que atingiram o Brasil.

**4º Ciclo (1995 a 2003): Abertura de mercados - Globalização**

Com a consolidação do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul tem início no Brasil o processo de abertura do mercado econômico. Ao romper com o ciclo anterior de uma economia mais protecionista, acentua o agravamento da situação econômica e das políticas sociais do município, pois fez desaparecer grande parte do setor exportador, reduzindo significativamente o turismo de compras e a ocupação de estabelecimentos hoteleiros não classificados.

Esses 4 ciclos foram importantes para a economia de Foz do Iguaçu, para o crescimento da população e para o desenvolvimento da cidade. O 4º ciclo ainda perdura até hoje com base no turismo, comércio e eventos. Sendo que o 2º e o 3º ciclo promoveram o turismo e ampliaram a rede hoteleira da cidade. Os ciclos supracitados promoveram a migração para o oeste do Paraná e determinaram o aumento da população, conforme tabela 1.

TABELA 1 – Número de Habitantes em Função dos Ciclos Econômicos

<b>Nº DE HABITANTES EM FUNÇÃO DOS CICLOS ECONÔMICOS</b>		
<b>PERÍODO</b>	<b>CICLO ECONÔMICO</b>	<b>ACRÉSCIMO DE HABITANTES</b>
1870-1970	Extração da madeira e cultivo da erva mate	3.400
1970-1980	Construção da Hidrelétrica de Itaipu	102.000
1980-1995	Exportação e turismo de compras	74.000
1995-2003	Abertura de mercados, turismo de compras e eventos	84.000
2003-2016	Turismo de lazer e eventos, logística e polo universitário	206.000

FONTE: PDDIS, 2016, p. 84.

Podemos acrescentar ainda, outro ciclo importante para a cidade nos dias atuais que seria a expansão do ensino superior. Segundo o jornal Gazeta do povo (2010) “depois de quase uma década de estagnação, a construção civil vive um surto de crescimento em Foz do Iguaçu, no extremo Oeste do estado” devido à expansão universitária.

Os efeitos trazidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e os rastros do comércio informal a população trilhou pela sede de conhecimento e o setor da expansão universitária cresceu, “em 1990, a cidade contava com 1.720 estudantes universitários [...] no ano de 2014, Foz do Iguaçu reunia cerca de 16 mil universitários e

dez instituições de Ensino Superior” (PARO, 2016, p. 171).

O polo universitário cresceu, além de uma Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ganhou também um Instituto Federal do Paraná (IFPR) e uma Universidade Federal: a Universidade Federal da Integração Latino-America (UNILA), com uma proposta de receber alunos de todo o Brasil e da América Latina e Caribe.

De acordo com Paro (2016), a UNILA “movimentou o mercado imobiliário e mexeu com a cidade. No entanto, o mais importante é o resultado da convivência entre pessoas de diferentes culturas e a quebra de preconceitos” (PARO, 2016, p. 175).

Cumprir destacar que, além das universidades de Foz do Iguaçu, milhares de pessoas de várias partes do Brasil vieram morar em Foz do Iguaçu para cursar Medicina no Paraguai, em uma das universidades de Ciudad del Este e que também movimentam o mercado imobiliário.

Conforme Paro (2016), “a construção da Itaipu (1974-1984) causou um impacto sem precedentes em Foz do Iguaçu e significou uma quebra de paradigmas em relação aos ciclos econômicos anteriores da cidade, o da erva-mate e da madeira” (PARO, 2016, p. 77).

O aumento vertiginoso da população da região do Iguassu (aproximadamente 45 mil pessoas na Argentina Brasil e Paraguai em 1950) para a região da Tríplice Fronteira (aproximadamente 700 mil pessoas no mesmo espaço após 50 anos), exige mais que uma explicação linear. Além das obras de infraestrutura já analisadas, a construção da usina de Itaipu e a criação da Zona Franca de Ciudad del Este são dois fatores importantes principalmente por sua capacidade de atração de pessoas e mercadorias para a região. (SILVA, 2014, p. 67)

Não apenas impactou Foz do Iguaçu, mas toda a região da Tríplice Fronteira - Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad del Este - “a partir da segunda metade do século 20, em um curto período de tempo, toda região que compreende o oeste do Paraná, leste do Paraguai e nordeste da Argentina sofreu profundas modificações” (SILVA, 2014, pg. 57).

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu alterou drasticamente a forma de trabalho e de moradia da região, ou seja, empregou milhares de trabalhadores, “esta foi a principal razão pela qual a cidade de Foz do Iguaçu iniciou a década de 1950 com aproximadamente 17 mil habitantes, e concluiu a década de 1990 com quase 260 mil” (SILVA, 2014, p. 69).

Foz do Iguaçu, foi um canteiro de transformações: em 1950 iniciou a construção da rodovia que corta todo o Estado do Paraná; em 1959, iniciou as obras da

construção da Ponte Internacional a Amizade, sobre o Rio Paraná, que liga Brasil-Paraguai; em 1974 é inaugurado o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu; em 1975 iniciou as obras da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; e em 1982 iniciou as obras da Ponte Internacional da Fraternidade, sobre o Rio Iguaçu, que liga Brasil-Argentina.

O espaço foi produzido e transformado, desta maneira o Estado é um agente transformador que, a partir das suas ações, territorializa e desterritorializa. Então “carrega sempre, indissociavelmente, o papel de destruidor de territorialidades previamente existentes, mais diversificadas, e a fundação de novas, em torno de um padrão político-administrativo mais universalizante” (HAESBAERT, 2016, p. 198).

Foz do Iguaçu é a cidade com a maior densidade populacional da Microrregião Foz do Iguaçu e acomodar milhares de pessoas na cidade é um desafio, “no ano de 2000, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Foz do Iguaçu contava com 258.543 habitantes” (PARO, 2016, p. 48)

Porém, “no censo divulgado em 2010, a população ficou no patamar de 256.088 habitantes, o que representa queda de 1%” (PARO, 2016, p. 48), ou seja, “a redução populacional deve-se ao fato de muitos moradores terem migrado para cidades da região de Santa Catarina, em busca de novas oportunidades” (PARO, 2016, p. 49), já que com o término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu ocorreu à diminuição de oportunidades de emprego.

O êxodo ocorreu, principalmente pela falta de oportunidades para os “filhos de ex-barrageiros que vieram construir Itaipu. Em plena juventude, eles não encontraram ambiente propício para se inserir no mercado de trabalho. (PARO, 2016, p. 49). No entanto, como visualizado na tabela 2, em 2016 ocorreu novamente o crescimento da população.

TABELA 2 – Evolução Populacional no município de Foz do Iguaçu

(continua)

<b>EVOLUÇÃO POPULACIONAL</b>		
<b>ANO</b>	<b>Nº HABITANTES</b>	<b>CRESCIMENTO %</b>
1889	324 habitantes	-
1920	6.430 habitantes	1884,57%
1940	7.645 habitantes	18,90%
1950	16.412 habitantes	114,68%

1960	28.080 habitantes	71,09%
1970	33.966 habitantes	20,96%
1980	136.321 habitantes	301,35%
1990	190.194 habitantes	39,52%
2000	258.543 habitantes	35,84%
2001	266.771 habitantes	3,25%
2002	272.939 habitantes	2,31%
2003	279.620 habitantes	2,45%
2004	293.646 habitantes	5,02%
2005	301.409 habitantes	2,58%
2007	311.336 habitantes	3,19%
2010	256.088 habitantes	-17,74%
2016	263.915 habitantes	2,97%

FONTE: PDDIS, 2016, p. 80.

Ainda em relação à densidade populacional, na tabela 3 contempla dados emitidos do relatório IPARDES (2018) sobre a estimativa do total de habitantes no município de Foz do Iguaçu dividido por gênero e idade, distribuídos sobre um território de 610,209 km<sup>2</sup>.

TABELA 3 – População Censitária segundo faixa etária e sexo - 2010

(continua)

<b>FAIXA ETÁRIA (anos)</b>	<b>Masculina</b>	<b>Feminina</b>	<b>Total</b>
De 1 a 4	7.993	7.787	15.780
De 5 a 9	10.637	10.233	20.870
De 10 a 14	12.506	12.008	24.514
De 15 a 19	12.290	12.391	24.681
De 20 a 24	10.954	11.772	22.726
De 25 a 29	10.204	11.493	21.697

De 30 a 34	9.975	11.450	21.425
De 35 a 39	9.641	10.640	20.281
De 40 a 44	9.155	9.986	19.141
De 45 a 49	7.757	8.872	16.629
De 50 a 54	6.542	7.114	7.114
De 55 a 59	4.959	5.369	10.328
De 60 a 64	3.522	3.906	7.428
De 65 a 69	2.560	2.630	5.190
De 70 a 74	1.648	1.903	3.551
De 75 a 79	1.020	1.175	2.195
De 80 anos e mais	826	1.160	1.986
<b>TOTAL</b>	<b>124.218</b>	<b>131.870</b>	<b>256.088</b>

FONTE: IPARDES (2018)

Em relação à população no município de Foz do Iguaçu foi identificado que existem mais mulheres que homens. Como já demonstrado anteriormente, que o fenômeno da pobreza recai mais sobre a mulher, portanto a preocupação é ainda maior na análise desta parcela da população.

Cabe considerar que segundo o IBGE (2017) a pobreza atinge duramente crianças/adolescentes, homens e mulheres pretas ou pardas e famílias formadas por mulheres chefes de família, esses grupos contam com cerca de 52 milhões de brasileiros.

Dentre o total de habitantes listados na tabela 3, destaca-se na tabela 4 a distinção do total de habitantes por gênero e por tipo de domicílio, embora seja a maioria da população urbana, ainda existe uma população significativa na área rural de Foz do Iguaçu.

TABELA 4 - População censitária segundo tipo de domicílio e sexo - 2010

<b>TIPO DE DOMICÍLIO</b>	<b>MASCULINA</b>	<b>FEMININA</b>	<b>TOTAL</b>
Urbano	123.104	130.858	253.962
Rural	1.114	1.012	2.126
<b>TOTAL</b>	<b>124.218</b>	<b>131.870</b>	<b>256.088</b>

FONTE: IPARDES (2018)

Da mesma forma, é possível perceber que a porcentagem de domicílios rurais é extritamente pequena em comparação ao urbano, portanto o fenômeno “mulheres chefes de famílias” é tipicamente urbano. Entretanto, não se extingue tal fenômeno na área rural, pois algumas regiões do Brasil, como por exemplo, a região nordeste a porcentagem é bem maior comparado a região sul.

Em relação a domicílio rural no nordeste, segundo censo de 2000, “16,8% das mulheres responsáveis por domicílios estavam na área rural” (DEMO, 2005, p. 89), acontece que, “sem condições mínimas de resistência no campo, homens migram para outras regiões, deixando para trás suas famílias que serão, então, dirigidas pela mulher” (DEMO, 2005, p. 89), tendo que enfrentar sozinha as dificuldades e muitas vezes com filhos pequenos.

De maneira geral, os municípios devem garantir a partir das secretarias de habitação programas elaborados, que garantam uma maior participação da população, por meio do planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas para garantir um programa de qualidade com o envolvimento da comunidade.

A próxima seção será dedicada á análise da política habitacional da cidade de Foz do Iguaçu, pois como analisado anteriormente o ritmo acelerado do crescimento populacional necessitou de urgência no setor urbanístico.

### 3.2 A POLÍTICA HABITACIONAL EM FOZ DO IGUAÇU - SURGE O FOZHABITA

Como já apontado neste trabalho, o cidadão para sair da linha da pobreza deve ter todos os elementos constitucionais garantidos, como, moradia, educação, saúde e infraestrutura, portanto não se podem propor políticas habitacionais de forma isolada das outras políticas sociais, ou seja, a política habitacional tem uma correlação com outras políticas de combate a pobreza.

Além de estabelecer estratégia na redução da pobreza, a política habitacional se justifica não somente pela estrutura física da casa, mas também representa o sentimento de pertença da família na comunidade onde está inserida e ao mesmo tempo a proximidade aos serviços públicos e ao trabalho.

A habitação é o item de maior despesa familiar, pois além da despesa com moradia a família precisa gastar com educação, alimentação, lazer, entre outros. Por isso, os programas habitacionais “tiveram dificuldade em atingir as famílias de mais baixa renda, devido principalmente à impossibilidade que estas têm de reunir recursos suficientes para dar entrada na moradia ou para arcar com as parcelas definidas pelo mercado” (ROLNIK, 2015, p. 126).

As famílias em situação de pobreza, não possuem renda suficiente para atender todas as despesas e caso enfrentem situações desfavoráveis, tais como o desemprego ou doença a condição torna-se mais grave. Desta forma, as políticas públicas precisam criar mecanismos de inclusão social.

A ausência de políticas habitacionais para a população de baixa renda resulta em ocupações ilegais, isso representa a única alternativa de acesso ao solo urbano, “no contexto dos países em desenvolvimento, entre 40% e 70%, em alguns casos 80%, das pessoas estão vivendo na ilegalidade, no que diz respeito às formas de acesso ao solo urbano e à produção de moradia” (FERNANDES, 2008, p. 22). Assim, “embora a narrativa dominante trate esses locais como ‘resultados da ausência do Estado’ [...], as idas e vindas de processos de formação, consolidação e remoção desses assentamentos têm sido [...] fortemente constituídas e permanentemente mediadas pelo Estado” (ROLNIK, 2015, p. 180).

Assim, nessa perspectiva, a política habitacional precisa fazer parte do dia a dia da comunidade, para fins de acompanhamento e de melhoria da qualidade de vida a todos os cidadãos brasileiros. Neste intuito, a lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, de 10 de julho de 2001 regula os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Tendo como medidas, normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Dentre os instrumentos instituídos pela Constituição Federal, utilizados na política urbana, o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. “Do ponto de vista dos municípios, o Estatuto da Cidade instituiu o Plano Diretor em um novo e estratégico patamar: ele se transformou no principal

instrumento para a gestão territorial, que regula o uso e a ocupação do solo” (BUENO; CYMBALISTA, 2007, p. 8).

Tendo em vista que, as políticas urbanas adotadas, a implantação do Plano Diretor é obrigatória para cidades com mais de vinte mil habitantes. “Desse modo, o Plano Diretor no Estatuto da Cidade é um instrumento criado para permitir a participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos, uma vez que para sua efetivação é fundamental que exista, na sua formulação, a participação popular” (DECARLI; FILHO, 2008, p. 35), significa que com tais documentos as cidades são preparadas para o crescimento.

Decarli e Filho (2008) destacam que “o Plano Diretor é um instrumento que permite um planejamento urbano da cidade, onde o gestor público, juntamente com a população, pode estabelecer propostas de melhoria do município para que a cidade cumpra devidamente sua função social” (DECARLI; FILHO, 2008, p. 37).

Em suma, o Plano Diretor é a essência para a implantação e efetivação do Estatuto da Cidade, pois é ele que estabelece os parâmetros para o cumprimento da função social. O plano diretor da cidade de Foz do Iguaçu, apresenta que as “cidades são entes mutantes, mudam a sua economia, mudam os interesses de seus habitantes, surgem novas oportunidades, aumentam os desafios para seus administradores. É nesse cenário de mudanças, que apresenta-se o Plano Diretor Municipal” (PDDIS, 2016, p. 29).

Em linhas gerais, a cidade de Foz do Iguaçu é caracterizada por ter um crescimento urbano significativo. Da sua emancipação, em 1914, até a década de 1970, a cidade não mostrou um crescimento considerável da população. Porém, em meados da década de 1970, um importante fator levou a modificar a cidade. O crescimento demográfico e populacional da cidade se deu através da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que deslocou um contingente populacional de outras regiões do Brasil para a cidade de Foz do Iguaçu.

Independente da iniciativa da Usina Hidrelétrica de Itaipu em acomodar milhares de trabalhadores, com as vilas operárias, com o término da construção da usina muitos operários continuaram a viver em Foz do Iguaçu e com “o agravamento da situação social do município, com o crescente desemprego e desenvolvimento de uma economia informal, resultou no aumento de favelas na área urbana” (PDDIS, 2016, p. 49).

Diante da intensificação do fluxo populacional, ocorreu uma maior demanda por moradias e Foz do Iguaçu precisou urgentemente minimizar o déficit de moradia para a população de baixa renda. Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Foz



do Iguaçu, implementou em 1993 a Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu – COHAFOZ, pela lei nº 1.735, de 12 de janeiro de 1993, com a finalidade de desenvolver o programa municipal de habitação e a construção de moradias populares.

A partir de 1997, com a mudança da administração municipal, reorganizou técnica e administrativamente a COHAFOZ, passando a assumir as ações do setor de habitação, priorizando a população de baixa renda, em parceria com o COHAPAR.

A lei 2.184 de 23 de dezembro de 1998, em seu art. 44 extinguiu o COHAFOZ e em 22 de maio de 2001 e por meio da Lei Nº 2.389, criou o Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu - FOZHABITA, com a finalidade de promover habitação popular por meios de programas voltados à população de baixa renda, com a missão de “retirar e regular famílias de áreas de risco e áreas irregulares, e promover ações socioeducativas” (PDDIS, 2016, p. 111). O FOZHABITA continuou os trabalhos que até então o COHAPAR exercia e em 2006, o FOZHABITA constatou:

27 agrupamentos de ocupações irregulares, sendo objeto de regularização fundiária os loteamentos e assentamentos irregulares sem infraestrutura e passíveis de serem regularizados. As demais ocupações de áreas de riscos, à beira de mananciais ou em locais de preservação ambiental, são consideradas como ocupações irregulares aptas ao reassentamento. De acordo com o FOZHABITA, até o ano de 2015, não ocorreram novas invasões em áreas públicas, alterando, no entanto, o número de ocupações ao longo dos anos (PDDIS, 2016, p. 111).

De acordo com o PPDIS (2016) ocorreram inúmeras ações habitacionais de interesse social entre os anos 2005 e 2015, com a implantação de conjuntos habitacionais destinados as famílias de baixa renda, conforme visto na tabela 5.

TABELA 5 – Número de famílias atendidas pelo FOZHABITA entre os anos de 2005 a 2015

REGIÃO	REGULARIZAÇÕES	REMANEJAMENTOS	TOTAL POR REGIÃO
REGIÃO 01 – TRÊS LAGOAS	260	969	1229
REGIÃO 02 – VILA C	1091	981	2072
REGIÃO 03 – SÃO FRANCISCO	489	168	657
REGIÃO 04 – PORTO MEIRA	237	468	705
REGIÃO 05 – JARDIM SÃO PAULO	96	0	96
REGIÃO 06 – JARDIM AMÉRICA	0	0	0
REGIÃO 07 – PARQUE IMPERATRIZ	75	24	99
REGIÃO 08 – A.K.L.P.	30	0	30

REGIÃO 09 – CENTRO	0	184	184
REGIÃO 10 – CAMPOS DO IGUAÇU	123	112	235
REGIÃO 11 – CARIMÃ	0	111	111
REGIÃO 12 – RURAL	0	0	0
TOTAL POR CLASSIFICAÇÃO	2401	3017	
TOTAL NO MUNICÍPIO		5418	

FONTE: PDDIS, 2016, p. 116.

Conforme PDDIS (2016) “a Secretaria de Governo de Foz do Iguaçu e Departamento de Informações Institucionais, dividiram o município, para efeitos administrativos, em 12 regiões homogêneas, conforme perfil da população em 2006” (PDDIS, 2016, p. 90).

FIGURA 1 - Mapa da divisão das regiões geográficas de Foz do Iguaçu



FONTE: PDDIS, 2016, p.96

Conforme figura 1, cada região recebe o nome de um bairro, que pode ser o mais velho da região. Essas regiões são identificadas a partir dos elementos físicos, econômicos e sociais. O R2 tem como nome, Região da Vila C, bairro este criado para os operários da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, região esta que consta o bairro Cidade Nova.

Para a seleção das famílias o FOZHABITA atualmente segue os critérios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal. “A prioridade para a seleção é de mulheres chefe de família, pessoas com deficiência física e idosos”, explicou o diretor superintendente do FOZHABITA em entrevista com o jornal Portal da Cidade – Foz do Iguaçu (2018).

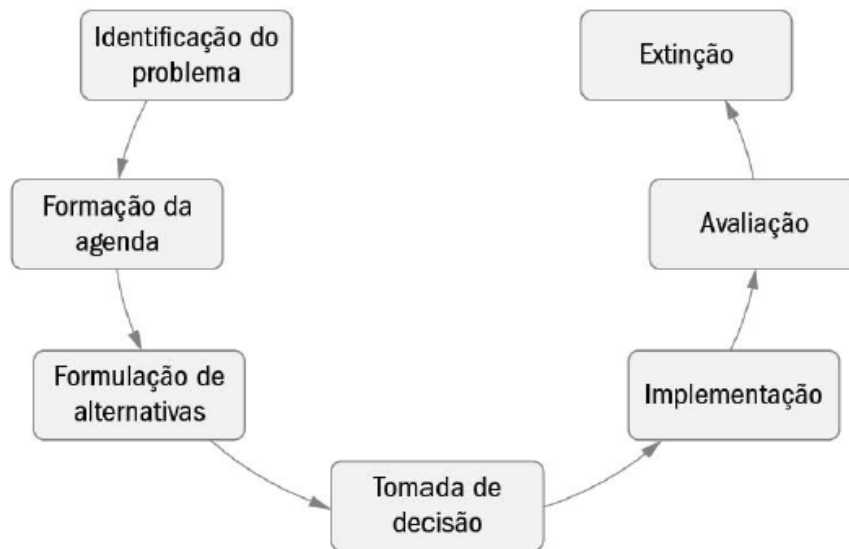
O decreto 13.809 de 04 de julho de 2001, regulamentou o FOZHABITA e apresentou de seus objetivos, como por exemplo, “estudar os assuntos e questões atinentes à habitação que surgem no município de Foz do Iguaçu, em coordenação com os diferentes órgãos da administração federal, estadual e municipal, bem como, instituições privadas” (FOZ DO IGUAÇU, 2001a). Além deste objetivo, o site do FOZHABITA exhibe ainda outros objetivos relevantes:

- Atender famílias que necessitam ser relocadas de áreas de preservação ambiental, de risco e/ou destinadas a obras públicas;
- Promover ações sócio-educativas com as famílias beneficiadas;
- Estabelecer a participação popular e sua organização;
- Incentivar novas formas de geração de emprego e renda;
- Estimular o envolvimento das famílias na busca de soluções para os problemas apresentados;
- Fomentar a criação de formas alternativas de enfrentamento da pobreza;
- Desenvolver ações de interface com as demais políticas públicas.

Os objetivos apresentados são considerados importantes para a elaboração de um bom planejamento. Porém, o processo de elaboração precisa ser desenvolvido de forma participativa em todo o ciclo da política pública. Se um ator político “tem interesse na sua resolução, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação” (SECCHI, 2015, p. 45).

Apesar dessas ponderações, “um problema público pode estar presente por muito tempo, porém não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, como o caso da favelização das periferias das grandes cidades” (SECCHI, 2015, p. 44).

FIGURA 2 – O ciclo das políticas públicas.



FONTE: Secchi, 2015, p. 43.

O ciclo das políticas públicas garante a necessidade do coletivo, com a finalidade da diminuição da desigualdade social. Portanto, para tornar possível é preciso a participação de todos os atores na elaboração das políticas públicas.

Uma definição de políticas públicas que recebe atenção é a de Souza (2006): “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26).

Além disso, SECCHI (2015) refere-se à política pública como sendo “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2015, p. 2). O autor também apresenta as diversas formas de decisão, incluindo os atores no processo da política, como por exemplo, grupos de interesse, ou seja, a sociedade, “os grupos de interesse podem ser formalmente constituídos, a exemplo de sindicatos, colegiados profissionais, associações comerciais, ou serem informais como os casos de movimentos feministas, de movimentos dos sem-teto, de grupos ambientalistas etc.” (SECCHI, 2015, p. 108).

Face ao exposto, a política pública precisa de objetivos claros, de ações bem planejadas e preparadas aos desafios decorrentes, que a política seja capaz de garantir os direitos básicos dos cidadãos e a participação popular no ciclo da política pública.

No entanto, a formulação da política pública é mais fácil que a execução.

Os programas precisam convergir e para o alcance dos resultados são primordiais os monitoramentos e a avaliação para verificação e correções dos danos ocasionados aos usuários.

### 3.2.1 Entre as remoções e o conjunto habitacional Cidade Nova

Em Foz do Iguaçu, assim como em grande parte das cidades do Brasil, há uma grande quantidade de famílias vivendo em áreas irregulares e de risco. Diante desse problema, o município passou a desenvolver, através dos programas habitacionais, ações para a remoção dessas famílias que vivem nessas áreas. O conjunto habitacional Cidade Nova, é um exemplo emblemático dessa realidade.

A maior remoção realizada até então corresponde a retirada de moradores das favelas centrais de Foz do Iguaçu/Brasil e a construção daquilo que foi denominado de Cidade Nova. Localizada a alguns quilômetros do centro econômico de município, tal experiência corresponde a um primeiro esforço mais sistematizado de limpeza social de localidades centrais no projeto da cidade turística ao permitir a construção parcial da Avenida Beira Rio, ao facilitar o acesso a partes do território não exploradas economicamente pelos grupos dominantes e, por fim, dificultar a visualização da pobreza (CARDIN; RIBEIRO, 2016, p. 77).

Segundo o projeto Cidade Nova (1998) (vide ANEXO A), as etapas de construção do conjunto habitacional compreendem uma “gleba de terras com dois milhões de metros quadrados localizada na região norte do município cujo acesso se dá por rodovia com pavimentação asfáltica a aproximadamente 10,5 Km do centro (cerca de 20 minutos em transporte coletivo ou 10 minutos em automóvel)” (PROJETO CIDADE NOVA, 1998, p.7- 8).

O projeto ainda descreve que “o perfil arquitetônico diversificado permite, também, o crescimento ordenado e planejado do novo bairro sem, no entanto, tirar-lhe o aspecto de crescimento natural da cidade” (PROJETO CIDADE NOVA, 1998, p. 8-10). Para facilitar a execução do projeto, o conjunto habitacional Cidade Nova foi dividido em cinco etapas, a saber (QUADRO 1):

QUADRO 1 – Etapas do projeto Cidade Nova

ETAPA	DEFINIÇÃO
Cidade Nova I	É a região mais elevada de toda a área, constituída de 311.000 m <sup>2</sup> . Onde foram projetados 623 lotes individuais, 422

	apartamentos em condomínios além de áreas reservadas ao comércio e áreas públicas.
Cidade Nova II	Diferencia-se da 1ª etapa, pois além dos lotes urbanos em número de 681, das áreas para condomínios com previsão para 729 apartamentos e das áreas comerciais e públicas, conta também, com 57 lotes destinados a pequenas industrias.
Cidade Nova III	São aproximadamente 600.000 m <sup>2</sup> ao sul da rodovia de acesso a subestação de Furnas, até as margens do rio Mathias Almada.
Parque Linear do Rio Almada	Ao longo do rio Mathias Almada, em uma faixa de 150 m de largura média será criado com o objetivo de preservar a vegetação nativa e a mata ciliar bastante abundante no local.
Zona de verticalização	Paralelo ao Parque Linear, com uma largura média de 80 metros, será criada uma faixa de lotes de tamanhos variados para a construção de edificações de 7 a 10 pavimentos.

FONTE: Elaborado pela autora (2018).

NOTA: Projeto Cidade Nova (1998).

O projeto inicial que contava com 5 etapas, finalizou apenas com a I e II etapa. O processo de reassentamento das famílias na segunda etapa do conjunto habitacional Cidade Nova ocorreu várias falhas. Após as máquinas abrirem as ruas iniciaram as entregas dos lotes para as famílias, portanto várias famílias viveram em condições precárias por um bom período de tempo – dias de chuva, lama, dias sem chuva, poeira – além da falta de escolas, creches, área de lazer e infraestrutura.

Algumas famílias receberam o auxílio para a construção da casa, mas a maioria ficou abandonada a própria sorte, desta forma as construções foram mal planejadas, sem engenharia e arquitetura, por conta da falta de renda. Por sua vez, a opção levou muitas famílias a morar provisoriamente em casas alugadas até o término da construção.

Segundo o prefeito da época, Daijó (2009), muitas áreas irregulares foram ocupadas e com casa sem a maior dignidade para o morador, por isso, fizeram e lançaram um grande desafio, o Cidade Nova, com características muito importantes da valorização e qualificação da habitação de Foz do Iguaçu, principalmente para as pessoas que não tinham essa possibilidade, gente com mais de 20 anos esperando sua casa foram beneficiadas.

Durante o mandato do prefeito (1997-2000), algumas imagens eram apresentadas do antes e do depois de execução das obras. Como pode-se observar na figura 3, o conjunto habitacional Cidade Nova apresentava apenas construções de casas, sem o mínimo de estrutura.

FIGURA 3 – Antes e depois do bairro Cidade Nova entre 1997-2000



FONTE: DAIJÓ (2007)

O remanejamento de pessoas ocorre em sua grande maioria por ocupações irregulares ou de risco, ou seja, o município transfere as famílias para locais preparados, como os conjuntos habitacionais. Acontece que erradicar os assentamentos no centro das cidades é supervalorizar a terra. Ao remover as famílias do corredor turístico de Foz do Iguaçu os programas erguem os conjuntos habitacionais e em razão de diminuir os custos constroem em áreas distantes, desprovidos de infraestrutura, serviços públicos e muitas vezes os meios de sobrevivência não existem no local de moradia. A população é espoliada devido à ausência de serviços de consumo coletivo. Nesta retomada, Kowarick (1979) explica que:

O resultado é que as habitações ou ficam vazias ou acabam sendo transferidas para os grupos de renda mais elevada enquanto que as pessoas a quem se destinavam os programas subsidiados pelo poder público acabam voltando às suas condições originais de moradia, que, aliás, são aquelas que imensa parcela da classe trabalhadora precisa adotar para continuar se reproduzindo nas cidades (KOWARICK, 1979, p. 60).

A solução para muitas famílias do conjunto habitacional Cidade Nova foi retornar a sua condição inicial, mas para outras foi à autoconstrução, a única forma que encontraram para construir suas casas, e após as construções, o bairro amadureceu bastante, pois a comunidade notou o quanto percorreu e o quanto se fortaleceu. “Constituiu então uma comunidade mais forte e disposta a lutar por direitos. O bairro que até então faltava os serviços básicos é cenário de reivindicações” (ROCHA, 2019, p. 152).

A maioria da população pobre urbana do planeta vive em assentamentos não planejados nem previamente urbanizados, onde os próprios moradores produzem suas casas de forma gradual, mobilizando seus próprios recursos materiais e financeiros. Até os anos 1980, os habitantes de favelas e a população pobre das cidades não eram considerados um mercado para serviços financeiros. (ROLNIK, 2015, pg. 129)

Segundo o jornalista Palumbo do Jornal da União “diante da problemática da falta de moradia no país, e da não existência de resposta positiva no sentido de se encaminhar propostas viáveis de moradia para o trabalhador de baixa renda, os movimentos estão se organizando e articulando em cima de uma última alternativa: O MUTIRÃO” (JORNAL DA UNIÃO, 1991, p. 4). Ou seja, “O mutirão é a população dando resposta ao problema da habitação e para toda a sociedade, no sentido de que é possível e perfeitamente viável construir um mundo mais justo, onde as pessoas são igualitárias e convictas da transparência, justiça, democracia e União!” (JORNAL DA UNIÃO, 1991, p. 4).

A comunidade pobre ao se deparar com a problemática da construção das moradias, respondem com a solidariedade, se reúnem para um bem comum, cooperando de forma mútua, não abaixando à cabeça a espera de solução, essa é a real resposta ao Estado. Era comum encontrar grupos de pessoas trabalhando nos finais de semana, na modalidade de mutirão, para a construção da casa própria ou de outros serviços, sem uma empreiteira ou um programa, apenas a vontade de ajudar o próximo.

Nessa perspectiva, ocorreram vários conflitos entre os moradores e Prefeitura para melhoramento do bairro. Segundo Bobbio (1998), esses conflitos são “uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos.” (BOBBIO et al., 1998, p. 225).

Com efeito, “Qualquer grupo social, qualquer sociedade histórica pode ser definida em qualquer momento de acordo com as formas de conflito e de cooperação entre os diversos atores que nela surgem” (BOBBIO et al., 1998, p. 225).



Os problemas existentes no processo de remoção fizeram com que muitas famílias retornassem para as áreas de onde foram removidas e para as famílias que ficaram a solução foi lutar por seus direitos.

Em meados da década de 70, movimentos sociais emergiram por toda a periferia. Os moradores pobres [...], que haviam sido esquecidos no silêncio das margens da cidade, aprenderam rapidamente que, se pudessem se organizar, provavelmente poderiam melhorar a qualidade de vida nos seus bairros. A mobilização política daqueles que até então haviam sido excluídos da arena política tornou visível a periferia e ajudou a população [...] a perceber o padrão de segregação social e organização espacial da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 230).

Segundo Maricato (2016) é necessário compreender que o direito à cidade é uma luta cotidiana, inclusive os trabalhadores precisam entender que cidade é uma luta de classes, onde podem conquistar um aumento de salário, melhorias no transporte público, uma moradia numa localização onde encontre todos os serviços que uma moradia urbana precisa, ou seja, a luta do operário não é apenas por condição de trabalho e salário, mas é também por condições de vida urbana.

Foram vários movimentos da comunidade do Cidade Nova para circular o ônibus dentro do bairro, asfaltar as ruas, criação de creche e colégio a melhoria do posto de saúde. O movimento social é “o acento sobre a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de integração a outro através de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos” (BOBBIO et. al, 1998, p. 787).

Dentro desse contexto, surgiram no bairro diversos movimentos espontâneos e organizados na luta por direitos. As estratégias de reivindicações desses movimentos eram organizadas através de reuniões de moradores.

Do início da construção do conjunto habitacional em 1998, somente em 2002, iniciaram as construções do Colégio Estadual Ipê Roxo e a Escola Municipal Jorge Amado e em 2004 foi construído o CMEI Amor Perfeito. O primeiro posto de saúde foi construído com o início do bairro, porém muito pequeno e com a falta de médicos para atendimento dos moradores das duas etapas do bairro Cidade Nova. Após a descontinuidade dos serviços prestados pelo módulo policial localizado no bairro, em 2004-2005, a prefeitura utilizou o prédio para o posto de saúde, com mais infraestrutura, porém ainda pequeno para o atendimento de toda a comunidade.

Em 2011, os moradores criaram o “Cidade Nova Informa” (CNI), canal que demonstra as informações do bairro Cidade Nova. Em 2012, os moradores construíram a biblioteca comunitária, importante espaço público de encontro dos moradores. No dia da

inauguração contou com a presença do Rapper GOG, ícone do Rap além dele o pessoal do Brack e de grafiteiros, tudo para incentivar a leitura e cultura, um espaço de acolhimento dos jovens.

Esse espaço de uso coletivo dos moradores é estritamente importante para as reuniões e rodas de conversas para discutir problemas e soluções. Além de receber entidades externas para debater assuntos pertinentes ao bairro.

As transformações do bairro ocorreram de forma gradativa e lenta, os serviços públicos foram alcançados com os movimentos sociais. Segundo o Governo do Município de Foz do Iguaçu (2018) por muitos anos o bairro foi esquecido pelo poder público. Buscando resgatar e restabelecer os direitos dos cidadãos, a atual gestão do governo municipal vem executando diversas obras na região, que vão desde mobilidade urbana à educação, saúde e segurança.

Atualmente, uma nova fase de construções de moradias populares se instalaram na região da Vila C, todos os conjuntos habitacionais estão no entorno do bairro Cidade Nova (figura 4). Em 2013 o FOZHBITA entregou 80 casas no Loteamento Andradina e 100 casas no bairro Vila Solidária. Em 2014, foram 234 casas no Conjunto habitacional Jardim Almada e em 2015 o conjunto habitacional Grande Lago contou com 296 apartamentos. Todas as unidades foram entregues para as famílias cadastradas no Instituto de habitação de Foz do Iguaçu, com o mesmo perfil do conjunto habitacional Cidade Nova, precisaram utilizar-se dos serviços públicos de outros bairros.

FIGURA 4- Vista Aérea do Bairro Cidade Nova em 2018



FONTE: Google Earth (2018)

Uma das últimas construções no bairro Cidade Nova foi em agosto 2018, a nova unidade de saúde, os vereadores juntamente com o prefeito, secretaria e lideranças do Estado participaram de uma vistoria na Unidade Básica. A conclusão da unidade já era muito esperada pelos moradores, uma vez que em 2016 as obras haviam sido paralisadas. A nova estrutura é considerada de porte 3, o modelo é o mais completo e vai atender aproximadamente 20 mil moradores da região, são salas amplas bem equipadas e com toda infraestrutura necessária.

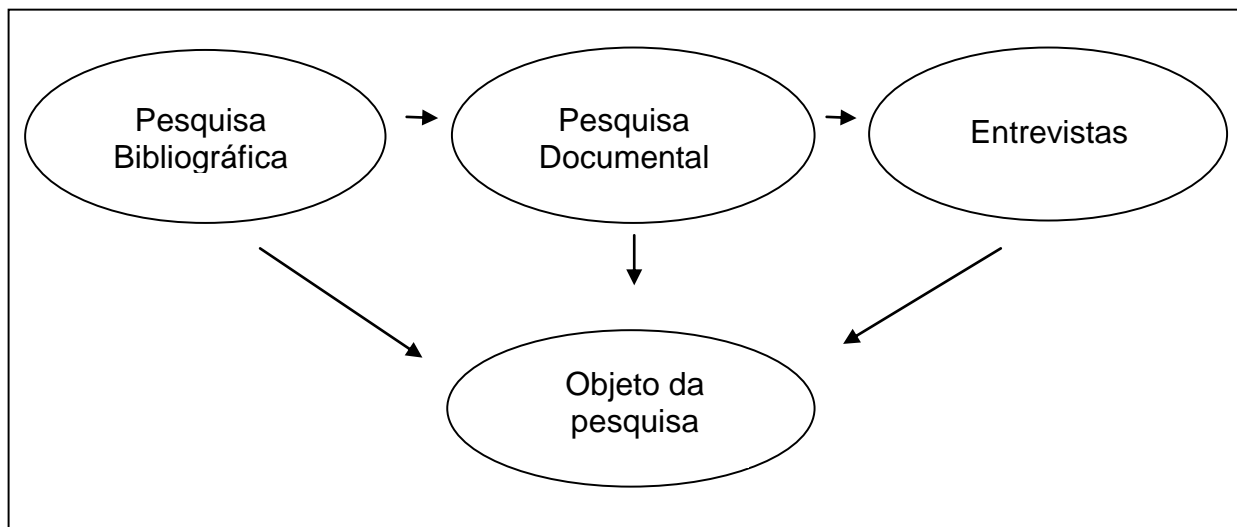
A política de remoção garante o direito à moradia de famílias pobres, porém a falta de planejamento e a transferência para moradias periféricas prejudicam principalmente as mulheres chefes de família, em virtude de sua responsabilidade pelo sustento da casa e ao mesmo tempo no cuidado com os filhos. A utilidade dos serviços públicos o deslocamento para o trabalho, a falta de pessoas para ajudar com os filhos são situações em que as mulheres necessitam para suas atividades cotidianas e inclusive sua autônoma.

Diante dessas reflexões expostas, torna-se necessário repensar as remoções como uma realidade complexa. Para tanto, o aprofundamento desta questão se dará no próximo capítulo com as narrativas das mulheres para entender essas percepções mais detalhadas.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Até o momento as técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental para expor a teoria. Para o término do trabalho será exposto o contato direto, ou seja, as entrevistas. Para melhor compreensão dos procedimentos metodológicos da pesquisa apresentamos a figura 4.

FIGURA 5 - Das técnicas de coletas de dados



FONTE: Elaborado pela autora (2018)

O objeto da pesquisa trata-se sobre “as remoções” de programas habitacionais na cidade de Foz do Iguaçu. Em outras palavras, as remoções das famílias se dá em loteamentos periféricos, distantes do consumo coletivo. Portanto, é preciso no decorrer do processo de remoção, um trabalho social de forma a promover a participação social. Significa uma intensa ação com as famílias e representantes de políticas de saúde, segurança, educação entre outros, para verificar as necessidades das famílias e minimizar a transição.

Trazer para a realidade as consequências de remoções mal planejadas é necessário apresentar além da teoria, as memórias das pessoas que vivenciaram a carência dos serviços. Para tanto, trouxemos as entrevistas das mulheres chefes de família, já que foram elas que sofreram mais com as ausências.

## 4.1 AS ENTREVISTAS

As entrevistas individuais e semiestruturadas foram o instrumento mais relevante deste trabalho para coleta de dados, pois possibilitaram atingir percepções das falas das mulheres. Foi possível também identificar os sentimentos de pertença do lugar e momentos vividos de alegrias e tristezas.

Inicialmente, na construção da qualificação deste trabalho, a proposta da pesquisa optou-se pela técnica de grupo focal para o levantamento das informações, com uma amostragem significativa do grupo de mulheres. Uma vez que este procedimento é capaz de “formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico. Neste caso, sem sombra de dúvida, torna-se necessário envidar esforços no sentido de compreender como o processo de discussão ocorre para que se avalie suas reais limitações e possibilidades” (GONDIM, 2003, p. 158).

Porém, a dificuldade em reunir as mulheres foi um obstáculo, portanto precisou refazer o caminho da pesquisa. Dessa forma optou-se pelas entrevistas individuais, que propiciou respostas focadas ao tema.

A escolha da amostragem aconteceu de forma aleatória e indicativa, ou seja, uma mulher indicou a outra, pois ocorreu um contratempo - a confiança e o tempo de moradia – algumas delas não se sentiram a vontade para as entrevistas; tinham um certo receio em expor suas memórias e muitas delas já tinham deixado o bairro. Mas, a amizade entre elas contribuiu para o avanço das entrevistas.

Na escolha das entrevistadas, buscou-se respeitar ao tempo de moradia no bairro, quanto mais antigas no bairro mais sólidas seriam as respostas. Quanto ao número de entrevistas foi tomado cuidado com um número razoável para análise mais detalhada, mas que não excedesse e se torna-se repetitivo os discursos. À vista disso, foram realizadas 8 (oito) entrevistas com mulheres chefes de família.

Aconteceu que, na sexta entrevista, os relatos começaram a se repetir e não surgiram novos elementos, portanto a partir do princípio da saturação teórica mencionada por Glaser e Strauss (1967), quando “nenhum dado adicional é encontrado que possibilite ao pesquisador acrescentar propriedades a uma categoria. [...], isto é, [...] quando o pesquisador torna-se empiricamente confiante de que a categoria está saturada” (GLASER; STRAUSS, 1967, citado por THIRY-CHERQUES, 2009, p. 23).

Ao verificar a saturação na sexta entrevista foi acrescentado 1/3 de entrevistas, ou seja, 2 entrevistas a mais para analisar, conforme recomendações Thiry-

Cherques (2009). Portanto, o ponto de saturação atingiu em 8 entrevistas, pois não apareceram outros elementos, conforme quadro 2.

QUADRO 2 - Perfil das entrevistadas

<b>Entrevistada</b>	<b>Tempo de moradia</b>	<b>Quantidade de filhos</b>	<b>Profissão</b>
1	18 anos	4 filhos	Empregada doméstica
2	18 anos	2 filhos	Auxiliar de produção
3	10 anos	5 filhos	Artesã
4	17 anos	2 filhos	Autônoma
5	16 anos	1 filho	Auxiliar de limpeza
6	18 anos	3 filhos	Atendente de creche
7	17 anos	2 filhas	Atendente
8	18 anos	4 filhas	Autônoma

FONTE: Elaborado pela autora a partir das entrevistas (2019)

## 4.2 A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após as entrevistas as gravações em áudio foram transcritas (vide APÊNDICE B para ler as transcrições na íntegra) e depois às respostas de cada uma das entrevistadas foram organizadas e analisadas.

A escolha do método da interpretação dos dados foi à análise de conteúdo. Método que analisa as comunicações. Em rigor segundo Bardin (1977) “será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31).

A organização da análise foi dividida em três etapas: a pré-análise; exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977, p. 95). A pré-análise se desenvolveu a partir de uma leitura flutuante e sistêmica das transcrições das entrevistas para elaboração de indicadores por meio de recortes dos parágrafos das entrevistas.

Por seguinte, a exploração do material, representando uma importante etapa que consistiu na definição dos elementos necessários, a codificação, classificação e

a categorização das palavras. “Para cada palavra indutora e para cada sujeito, obtém-se uma, duas, três ou quatro palavras induzidas numa pequena ficha que são substantivos, adjectivos, expressões e nomes próprios” (BARDIN, 1977, p. 52).

A terceira e última etapa, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, ocorreu uma análise reflexiva e crítica do conteúdo para permitir “estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise” (BARDIN, 1977, p. 101).

## 5. A VOZ DAS MULHERES

Os procedimentos que descrevemos de forma panorâmica e, portanto, genérica nos capítulos anteriores podem ser melhor observados e compreendidos na especificidade da história de vida das mulheres. É o que pretendemos apresentar nesta parte da pesquisa, a memória das mulheres, ou seja, o processo de relação dos moradores no contexto de garantia de direitos.

O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço (ABREU, 1998, p. 86).

A partir da questão geradora do estudo: “Como as mulheres, chefes de família, percebem sobre consequências das remoções promovidas pelo FOZHABITA”, salientando que para fins desta pesquisa consideramos a segunda etapa do bairro Cidade Nova pelo fato de que esta etapa foi a que representou mais dificuldades pelas remoções e transformações a partir das reivindicações dos moradores.

Nesse processo de reflexão as mulheres trouxeram as experiências e ações para compará-las com a teoria até então estudada. Desta forma, a análise proporciona teoria com a prática, ou seja, contextualiza a trajetória de vida das mulheres após as remoções. O que se pretende nesse estudo é buscar categorias que indiquem a percepção das mulheres sobre as consequências dessas remoções.

Sendo assim, este capítulo se embasa numa metodologia que parte do propósito das ações das pessoas, como por exemplo, percepção e sentimento. Para tanto, em busca de uma interpretação mais fiel, utilizou-se a entrevista para fins de análise.

### 5.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Ao pôr em prática a análise, o conteúdo das entrevistas constituiu-se em categorias as quais se agregaram por aproximação, assim, as primeiras impressões da fala das mulheres configurou as subcategorias, resultando em: 1) A interrupção da relação de vizinhança; 2) A violência; 3) A ausência de serviços públicos; 4) A localização 5) A participação das mulheres no ciclo das políticas públicas. Optou-se em escolher uma categoria central: A memória das mulheres, buscando responder aos objetivos dessa



pesquisa.

As subcategorias configuram a primeira impressão da realidade das mulheres. Resultaram num total de 5 subcategorias que deram suporte aos trechos selecionados das falas das mulheres. Já a categoria central expressa todas as subcategorias. Para melhor entendimento segue no Quadro 3 das categorias apresentadas:

QUADRO 3 - Categorias de análise

CATEGORIA CENTRAL	SUBCATEGORIAS
A memória das mulheres	A interrupção da relação de vizinhança
	A violência
	A ausência de serviços públicos
	A localização
	A participação das mulheres no ciclo das políticas públicas

FONTE: Elaborado pela autora (2019).

A medida que as mulheres relataram suas memórias do bairro, elas trouxeram suas trajetórias e experiências, a partir do espaço vivido. Uma vida repleta de dificuldades como consequências das remoções mal planejadas pelo programa de habitação. Nessa circunstância traremos as categorias que representam as consequências de um bairro acometido de ausências.

### 5.1.1 A interrupção da relação de vizinhança

Ao analisar as entrevistas de algumas mulheres percebe-se uma ênfase na interrupção da relação de vizinhança. Essa subcategoria tem um forte peso, pois uma vez que quebra a rede de sustentação da mulher resulta na quebra de vínculo com o lugar, isso significa que o sentimento de pertença ao lugar é rompido, pois as mulheres tentaram retornar a sua antiga moradia, já que é quase impossível sozinha trabalhar, cuidar da casa e dos filhos.

Mas eu preciso da casa, então eu me obrigo a aceitar esta casa, agora a minha crítica é como é que eu vou dar seguimento na minha vida, sem a minha rede de sustentação, o que é a rede sustentação? A minha tia, a minha mãe, a minha avó, a minha vizinha, que no momento que eu saio para trabalhar o meu filho está no contra turno da escola, ele pode estar na companhia dessas pessoas (entrevistada 3).

Antes tinha quem olhasse as crianças, se eu precisasse sair eu pedia para um vizinho cuidar do meu filho ele cuidava até eu chegar do trabalho, quando vizinho não cuidava, outro cuidava e aqui logo que eu vim não tinha nada, não tinha como usufruir de nada e não tinha vizinho era você e você não conhecia ninguém, então era gente mesmo que fazia tudo essas coisas (entrevistada 4).

A gente não tinha aquele vínculo com vizinho, né? Onde eu morava a gente já conhecia todos eles, a gente não tinha muita confiança nos mais próximos que foi com o tempo que foi acontecendo (entrevistada 6).

Eu não tinha o local para deixar minha filha tive que trazer a sobrinha da babá que cuidava dela no outro bairro que eu morava para ficar na minha casa para poder cuidar dela para eu trabalhar até eu conseguir uma creche ou alguma vizinha (entrevistada 7).

A crítica que eu tenho a respeito do processo de seleção foi que tiraram a gente do bairro que morávamos para colocar em um bairro bem distante da minha família, como eu tinha criança pequena eu dependia da minha mãe e dos meus vizinhos para me ajudar, minha mãe morava no Morumbi e eu fui morar do outro lado da cidade, na época eu tinha que pegar dois ônibus e não era integrado, eu tinha que pagar quatro passagens para ir e voltar da minha mãe (entrevistada 8).

Ao saírem do bairro em que moravam, as mulheres perderam o elo de amizade com a qual tinham com os vizinhos da antiga moradia. Este elo servia de ajuda em relação aos filhos principalmente. Com filhos pequenos, se viram no desespero de não ter com quem deixar, já que até um certo tempo não tinha creche no bairro.

Porque eu tenho que trabalhar, porque eu sou mãe, dona de casa, sozinha e preciso sustentá-los. Isso tem que ser avaliado não só na questão da moradia, mas a moradia e a questão psicossocial e econômica e isso tem que constar dentro do planejamento de novos loteamentos (entrevistada 3).

No contexto de bairro, a relação de vizinhança contribui também para o reconhecimento do indivíduo no grupo. Quando o indivíduo partilha dos mesmos serviços, ou seja, escolas, postos de saúde, ruas, praças de lazer, entre outros, a identidade comunitária é estabelecida. Porém, quando o espaço não contém tais serviços essa relação se torna completamente enfraquecida, tornando o indivíduo insociável e inseguro para lutar por qualquer direito.

A territorialidade em que “os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). De fato, a vida é composta por relações, “se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Ao longo do tempo o bairro foi se fortificando, criando espaços de

convivência e os elos de amizade, o amadurecimento foi gradativo, principalmente com as construções das escolas e do posto de saúde. Pois são nestes lugares que os moradores se encontram e conversam. A partir do momento que dialogam e percebem que todos estão na mesma condição se juntam para lutar e reivindicar por seus direitos.

Os bairros guardam relações estreitas entre vizinhos, situação que pode ser atribuída com a permanência de antigos moradores, da qual convivem e dispõem de pequenos atos, como por exemplo, o ato de se encontrar, caminhar, conversar. Atos esses que criam laços profundos de identidade.

Para não interromper o vínculo de vizinhança é preciso que os gestores deem mais atenção as remoções, ou seja, as famílias devem ser removidas para locais próximos de onde já residem ou a remoção de várias famílias de um mesmo local para dar continuidade ao vínculo já existente, ou seja, é dar a mulher uma chance de vida nova, com a ajuda de sua rede de amigos e familiares.

### 5.1.2 A violência

Ficou presente na maioria das entrevistas, a violência e a criminalidade, fazendo referência principalmente à insegurança e ao medo. O bairro Cidade Nova possuía um índice elevado de homicídios. Esses Espaços de vulnerabilidade social, falta de infraestrutura e do Estado formam territórios violentos.

As famílias se sentiram ameaçadas e uma das soluções para a proteção da família foi isolamento dentro de suas próprias moradias, impedindo o convívio saudável entre vizinhos no espaço.

Um momento crítico no bairro foi a violência, aí quando eu mudei para cá eu não tinha um muro ainda, eles entregaram a casa sem muro e eu tive que fazer o muro, a única solução para mim, ficar mais dentro de casa com as crianças (entrevistada 1).

Aqui vieram as pessoas da comunidade do Bambu, Monsenhor Guilherme e Marinha. E aí um grande entrave, o grande problema de trazer essas comunidades para cá, apesar que lá era próximo, mas havia uma área delimitada que acabavam não causando tantos conflitos, aqui por não ter transporte não ter sala de aula não ter nada eles acabavam se encontrando e por ser campo aberto se encontravam com muito mais frequência e aí vem a morte as questões das violências (entrevistada 3).

A segurança era muito fraca no começo, segurança nunca foi o forte do Cidade Nova, sempre deixou a desejar muito [...] como solução nunca deixei os meninos na rua, eu tenho dois filhos, nunca foram sozinhos para o colégio, nunca deixava sozinhos, um meio de proteger eles (entrevistada 4).

O medo maior que a gente teve, foi que tinha uma semana que a gente estava aqui roubaram nossas coisas (entrevistada 5).

No bairro o crítico que existiu e ainda existe é essa questão da violência, da falta de segurança, da falta dos órgãos de segurança presentes, e no meu caso a minha solução que eu encontrei foi ficar reclusa na minha própria casa, eu saio para trabalhar e quando eu volto entro dentro de casa fecho as portas e fico dentro de casa, não tenho contato com os vizinhos, pelo perigo, pelo risco e pela falta de segurança mesmo (entrevistada 7).

A questão de violência no bairro, todo dia a gente escutava tiros, pessoas mortas, acerto de contas, né? A gente economizou o máximo que podia, eu passei comendo miojo porque eu dava comida só para minhas filhas para poder construir o muro da minha casa, o meu vizinho entrou com a mão de obra de um lado, o outro vizinho não podia pagar eu paguei todo o muro e construir o muro, cerquei toda a casa em 5 meses eu tava com a casa cercada. Era uma insegurança muito grande morar lá, não pelas pessoas da rua porque a gente pegou uma convivência, né? Mas você não tinha paz, porque era muito assalto (entrevistada 8).

Quando ocorrem remoções de vários locais da mesma cidade para um único bairro, é necessário um estudo mais detalhado, pois o que pode ocorrer é o ajuntamento de grupos rivais no bairro ocasionando confrontos e mortes pela disputa de território. Toda semana era um noticiário nos programas policiais da época sobre a violência do bairro e a lembrança da frase de uma das entrevistadas, “mas um corpo estirado no chão do bairro Cidade Nova” (entrevistada 6).

Muitas famílias tiveram que vender suas casas para fugir da violência e da criminalidade para proteger seus filhos, pois o medo imperou por muito tempo. A desconfiança era constante o que prejudicou as relações de vizinhança. Ao se isolarem dentro da própria casa, as conversas entre vizinhos eram restritas e as necessidades do bairro nunca dialogadas.

Além desse caráter de território disputado, a violência no bairro Cidade Nova também estava relacionada à discriminação e a exclusão. Portanto, “vem a questão do desânimo das pessoas em estar no local que você sai para procurar um emprego e não consegue pela discriminação” (entrevistada 3).

Eu já tinha meu serviço, mas quem não tinha foi mais difícil porque quando chegava nos locais que estavam precisando das pessoas para trabalhar e diziam que morava na Cidade Nova, ninguém queria arrumar emprego para essa pessoa (entrevistada 6).

Segundo Haesbaert (2016), os aglomerados humanos de exclusão, ou a desterritorialização são “fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados” (HAESBAERT, 2016, p. 312).

A segregação urbana é uma das faces mais visíveis de uma sociedade desigual e excludente. A dificuldade de oportunidades de emprego, a dificuldade de acesso aos serviços públicos, o abandono do Estado são formas de violência. “Porque eu sou pobre que eu tenho que ser jogada na periferia ao Deus-dará, correndo todos os riscos” (entrevistada 3).

O preconceito, a falta de respeito ele é enraizado, você cria um ciclo de violência continuada com relação às comunidades mais pobres, mais periféricas. Pobres e periféricas estão aí para se ferrar mesmo, infelizmente essa é a real (entrevistada 3).

É preciso discutir as diversas formas de violência e identificar ações de combate. Para garantir o bem estar da comunidade o Estado deve criar ações e programas para assegurar e conduzir ações que darão suporte ao bairro.

Se as ruas da cidade estão livres da violência e do medo, a cidade está, portanto, razoavelmente livre da violência e do medo. Quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas (JACOBS, 2011, s/p).

Quando a autora refere-se à calçada, serve para explicar que é preciso os “olhos nas ruas”, ou seja, o que faz a segurança são os números suficientes de moradores circulando e observando a rua. Além disso, é inútil tornar seguro outra localidade, como por exemplo, o quintal da casa.

Nesse sentido, com o passar do tempo o cenário de violência diminuiu com o aumento do fluxo de circulação de moradores nas ruas minimizando a situação. Mas não podemos descartar uma política de segurança pública concreta, contemplando a prevenção e o enfrentamento da criminalidade.

### 5.1.3 A ausência de serviços públicos

Um programa habitacional eficiente é quando todas as outras políticas públicas estão integradas, ou seja, além das construções das casas é preciso a escola, a creche, o posto de saúde, a praça de lazer, a infraestrutura. Porém é muito comum que os conjuntos habitacionais de baixa renda sejam erguidos apenas com casas e no decorrer do tempo-espaço os prédios dos serviços públicos são concebidos com as reivindicações dos moradores.

Como sugestão, ter mais coisas aqui no bairro para nós, né? No começo foi muito dificultoso para a gente, a minha filha estudava no Porto Belo, tinha que levar ela e

filho e a gente sofreu bastante no começo. Uma das dificuldades era ter que ir para a Vila C para utilizar o posto de saúde, aí aqui era pouco ônibus tinha que ir a pé ou ir para o centro pegar um ônibus para levar as crianças no posto da Vila C (entrevistada 1).

Antes de ter creche a gente tinha que pagar alguém para cuidar, né? Porque não tinha creche, só que para mim foi normal, né? Sempre achei pessoas boas para cuidar das crianças. O pior de tudo era o barro que tinha no começo, porque não tinha calçamento, a gente sofreu um pouquinho, né? Posto de saúde, a gente ia em outros bairros, na Vila Iolanda consultava lá, aproveitava e visitava minha mãe, porque ela morava para lá. Eu não tive dificuldade, porque eu não usava muito os serviços públicos, para mim foi normal (entrevistada 2).

A dificuldade da remoção é a ausência das políticas públicas que deveriam vir junto com as moradias, quatro paredes são extremamente importante para fugir do Sol e da chuva mas as quatro paredes não é alimento, não é transporte, não é educação, não é qualidade de vida (entrevistada 3).

Era tudo isolado, barro e mais barro, não tinha com que as crianças... Não tinha Colégio, não tinha creche não tinha nada, você tinha que bancar tudo para eles estudar fora ou você botava eles nesses ônibus para levar para fora, geralmente não dava certo. Os colégios de fora não aceitava os alunos daqui do Cidade Nova, porque todo mundo criticava, mas foi difícil foi uma época bem... Logo na entrada aqui foi bem difícil, a gente venceu por Deus mesmo que a gente conseguiu vencer com muita luta. (entrevistada 4).

Quando a gente veio morar aqui era terra, não tinha nada, era pouca gente que tinha no bairro e era um lamaçal e puro mato (entrevistada 5)

No começo foi difícil porque a gente era privado de várias coisas, era falta de ônibus, não tinha calçamento, não tinha saúde nem escola perto e precisávamos levar nossos filhos para longe para estudar, faltava segurança (entrevistada 6)

Na época a maior dificuldade que eu encontrei aqui foi à parte de infraestrutura porque as ruas eram de terra não tinha calçamento, então ficava difícil em dia de chuva era muito barro, dia de sol era muita poeira e a questão de transporte, o ônibus ele vinha mas o tempo era muito demorado [...]. O postinho de saúde aqui na época só tinha um clínico geral então daí se você precisava de uma especialidade: pediatra, dentista e ginecologista eu tinha que ir lá para o Porto Belo [...]. Também a dificuldade com a creche para conseguir, se eu não me engano foi um ano que eu levei para conseguir a vaga na creche (entrevistada 7)

Era muito difícil para eu trabalhar na época até, então eu tive que pagar alguém para cuidar da minhas crianças porque não tinha como eu trabalhar, não tinha creche, não tinha escola no bairro [...]Colocaram a gente no bairro sem infraestrutura, a gente tinha que sair de casa com sacolinhas no pé quando chovia, porque o ônibus não passava perto [...]Em relação ao posto de saúde funcionava numa casinha, só tinha um clínico geral para o tanto de gente que foi para lá (entrevistada 8).

A ausência dos serviços públicos no bairro ou o não gerenciamento dos já existentes gerou inúmeras insatisfações e indignação. A situação de abandono assustou as moradoras e a revolta gera desconfiança quanto ao programa.

Os municípios não fizeram uma avaliação quali-quantitativa e de valor mesmo, do rompimento de vínculos com as políticas de atendimento onde eu estou e

ausência de políticas para onde eu vou, e todo o contexto que me rodeia. Isso precisa ser muito seriamente estudado, porque você rompe vínculos com a sociedade com a comunidade com a tua família e demora para se ambientar (entrevistada 3).

Apesar de ser uma comunidade pobre ou de pessoas de baixa renda, elas têm necessidades que devem ser atendidas, principalmente essa questão de infraestrutura, de transporte público adequado com o horário adequado a região por ser muito distante do centro e de outros bairros que teriam estabelecimentos comerciais (entrevistada 7).

As mulheres são as mais afetadas pela ausência dos serviços públicos, pois são elas que mesmo trabalhando se dedicam as tarefas da casa. A dedicação com os filhos para levar a escola, ao posto de saúde é da mulher e com a ausência dos serviços reduz seu tempo já que terá que se locomover para outros bairros, gerando desgaste físico e afetando a saúde.

A ausência dos serviços públicos essenciais para uma vida digna corrobora para o retorno das famílias aos loteamentos ilegais. Ao escolher essas áreas as famílias terão acesso a serviços que até então não existiam nos bairros.

Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidade de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural (MARICATO, 2003, p. 79).

As ocupações irregulares são um reflexo de políticas habitacionais inadequadas, ou seja, a falta de alternativa da comunidade residente em um bairro pobre em acessar serviços necessários para a dignidade.

Outro motivo que impulsionou a urbanização de assentamentos ilegais está na vontade dos moradores, que muitas vezes preferem permanecer onde estão por conveniência de localização - oferta de trabalho, rede de amigos e familiares, oferta de equipamentos e serviços urbanos, etc. (MARICATO, 2003, p. 84).

Famílias removidas de ocupação ilegal ao se depararem com o novo bairro repleto de problemas pelo mau planejamento do poder público retornam para novas ocupações, por vez, mais precárias do que era antes. Para tanto, a política habitacional deve prever na criação de programas para a população de baixa renda além de moradias adequadas os serviços essenciais que garantam melhor qualidade de vida. Isso é viver com dignidade, se sentir protegido pelo Estado.

#### 5.1.4 A localização

Dentre os problemas do bairro destacou-se nas entrevistas, a localização do bairro. Por muito tempo os moradores do bairro Cidade Nova ficaram desprovidos dos serviços públicos, precisando assim utilizar-se dos serviços de outros bairros. As entrevistadas apresentaram as dificuldades com distância do bairro ao utilizar as escolas e os postos de saúde dos bairros vizinhos ou no centro da cidade. “Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem” (SANTOS, 2007, p. 144).

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para a suprimir ou atenuar (SANTOS, 2007, p. 141).

Uma vez que, a política habitacional eficiente visa que os indivíduos não sejam excluídos pelo lugar onde mora. O Estado deve garantir normas e leis que contribuam para a construção de bairros com todos os direitos essenciais e uma moradia de qualidade, para que a família não precise utilizar-se de serviços públicos de outras localidades. Uma das entrevistadas se exalta e revela “Aqui é muito longe [...]” (entrevistada 1).

Eu preciso aí sim do poder do Estado para me defender, é nesse momento que é uma política de habitação ela é contraditória, quando ela te retira do centro do teu centro de convivência e te joga lá longe, te colocando em maior vulnerabilidade do que é que tu já estava, isso é contraditório (entrevistada 3).

Antes eu morava no jardim Petrópolis, enfrentei a pior época do bairro [...] então quer dizer, você saiu de lá do conforto para vir para um lugar onde você não conhecia nada, não tinha nada, então vai estranhar, a dificuldade foi grande. (entrevistada 4).

Precisávamos levar nossos filhos para longe para estudar (entrevistada 6).

A distância daqui para Vila Portes ou para o Centro que seriam as regiões com comércio melhor é muito grande além de ter essa dificuldade do tempo né? (entrevistada 7).

Então assim, escola longe, tudo longo e tinha que pegar dois ônibus, ficou muito difícil (entrevistada 8).

Além da distância, as entrevistadas compararam o bairro em que moravam com o bairro Cidade Nova. O município ao utilizar o programa não estudou os



impactos em que uma família é retirada de um local provido de serviços e colocar em um bairro totalmente carente e isolado.

O centro tá Elite, a periferia é quem carece de oportunidades, a elite vai ao teatro, vai daqui para Curitiba para ir no teatro, num canto lírico. A periferia não tem dinheiro para chegar no centro porque o ônibus custa R\$ 3,75. E para voltar? Volta a pé? E aí depois das 11 horas, meia-noite não tem mais ônibus, e aí a acessão terminou 11:49, o ônibus passou 11:45, então tu fica na rua. Então preferi não ir para não ficar na rua na madrugada. Então a gente tem que ter tudo isso em mente a moradia não é dignidade é um teto é um canto para morrer, a residência é espaço, tudo que eu tenho direito (entrevistada 3).

O uso do espaço urbano condiciona aos mais pobres a viverem á distancia de locais bem abastecidos de instituições coletivas, como por exemplo, museus e teatros, boas escolas, entre outros. A população pobre inserida em territórios deficientes de serviços está em desvantagem em relação aos mais privilegiados. Tal efeito é mencionado por Bourdieu (2008):

O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem frequentados (A posse de capital assegura, além disso, a quase ubiquidade que torna possível o domínio econômico e simbólico dos meios de transporte e de comunicação – e que é muitas vezes reduplicada pelo efeito da delegação, poder de existir e agir à distância através de um preposto). (BOURDIEU, 2008, p. 164)

A localização e a acessibilidade do território recebe influência do poder público, a especulação imobiliária no espaço da cidade gera a valorização do solo nesse efeito expulsa a população pobre dessas áreas valorizadas.

Completamente construída sob a lógica econômica e adaptada aos ritmos e estratégias do mercado, especialmente os dos incorporadores e promotores de investimentos imobiliários para os setores de maior renda, a legislação urbana serve basicamente para definir e lhes reservar as melhores áreas, impedindo sua “invasão” pelos pobres. Sua maior função – é a construção de barreiras invisíveis para conter a penetração de territórios populares nas áreas de melhor localização, garantindo sua destinação para os produtos imobiliários dos grupos de mais alta renda na cidade. (ROLNIK, 2015, p. 186).

A transformação do solo em mercadoria constitui-se de acordo com os interesses capitalistas, fato que produz um processo desigual de apropriação, já que os investimentos em determinada área melhor localizada garantem o aumento do preço do solo, configurando a população da cidade um acesso diferenciado de infraestrutura,

moradia, transporte, educação e saúde entre os mais pobres e os detentores do capital.

O bairro Cidade Nova, é sem dúvida um bairro periférico pobre distante e segregado, reflete as desigualdades existentes na cidade de Foz do Iguaçu, apresenta traços que demonstram a dinâmica de uma cidade. É importante frisar ainda que a localização dos bairros ricos, quando distantes não são considerados periferias.

#### 5.1.5 A participação das mulheres no ciclo das políticas públicas

É preciso explicar que esta categoria, mesmo não sendo algo que as famílias sofreram no bairro, mas é exatamente pela falta de participação das mulheres nas políticas públicas que prejudica mais a construção da política e conseqüentemente a criação de um programa não pensado nas mulheres.

O planejamento urbano deve levar em conta o caráter inclusivo e participativo da sociedade, voltado para a perspectiva de gênero, como forma de enfrentar uma sociedade capitalista e patriarcal. A discussão debate a “necessidade de incluir mulheres no planejamento das cidades, como agentes transformadoras e usuárias do espaço urbano” (RODRIGUES, 2017, p. 1).

Nessa situação as populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhe diz diretamente respeito, e sobre a qual não dispõem de um recurso institucional para que a sua voz seja ouvida (SANTOS, 2007, p. 147)

Ao analisar as narrativas das mulheres percebe-se o desconhecimento do processo de criação das políticas, mas que acham importante a participação de mulheres nas políticas públicas. Apenas uma das entrevistadas mostrou capacidade de percepção sobre a falta de mulheres na política.

As mulheres nas políticas públicas tem que participar mesmo, né? Para ficar a par de tudo (entrevistada 1).

Eu acho importante a participação das mulheres, porque as mulheres tem mais visão, né? Sabe o que mais precisa para a família no bairro (entrevistada 2).

A minha opinião com relação a participação política das mulheres nas políticas públicas, infelizmente hoje são poucas as mulheres das comunidades principalmente das periferias que tem acesso há possibilidade de estar dentro de um conselho, de conhecer uma câmara de vereadores, de conhecer o que é a política pública (entrevistada 3).

Eu acho importante a mulher nas políticas públicas, mas para mulheres que gostam para mim não. Para quem gosta de fazer essas politicagens é bom, agora para mim mesma não. É importante porque a mulher é mais determinada, né?

trazer alguma coisa para o bairro então por isso que é importante (entrevistada 4).

Eu acho importante que as mulheres participem das políticas, porque as mulheres sabem mais o que precisa dentro da casa, dos filhos e também fora, porque elas sempre estão sempre conversando com todo mundo (entrevista 5).

Em minha opinião, é muito importante a participação das mulheres nas políticas, porque nós mulheres temos um olhar diferente do lugar que moramos, né? Porque necessitamos de ônibus, de escola e creche, de posto de saúde e muitas vezes as nossas vozes e opiniões não são ouvidas e é por isso que precisa de mais mulheres nas tomadas de decisão nas políticas (entrevistada 6).

Eu acredito que o envolvimento da mulher nas políticas públicas é muito importante porque ela tem o conhecimento de fato sobre a família, as necessidades, o conhecimento sobre o que precisamos nos bairros, ela tem muito mais esse envolvimento, ela que convive com as crianças (entrevistada 7)

Eu acho importante a participação das mulheres na política, principalmente as habitacionais, porque elas têm um visão diferente dentro da sociedade, os homens não têm essa visão, porque quem leva a criança na escola geralmente é a mãe, quem precisa da creche é a mãe, a maioria das famílias hoje é chefiada por mulheres, não tem marido. Então as mulheres tem essa visão do que necessita: a escola, o posto de saúde, uma praça para as crianças passear, um parquinho decente, uma quadra de futebol, aqueles aparelhos de ginástica para uma qualidade de vida para a família não só para a mulher e para a criança, mas também para o idoso (entrevistada 8).

Além disso, a entrevistada 3 explica a necessidade de se empenhar para entender a política pública. Sua presença nos conselhos é de seu interesse em saber como funciona a política e conhecer sobre os problemas dos bairros para dialogar.

É bom que se ressalte isso eu tiro do meu bolso o dinheiro da minha passagem ou de um lanche para eu estar dentro dos conselhos, já estive no de saúde por 10 anos já estou no de assistência pelo segundo, a primeira vez fiquei 5 anos e agora já estou indo para 4 anos outra vez. No conselho da mulher fiquei 10 anos, no conselho de Cultura já estou há cinco. Mas isso é um empenho meu querer entender a política pública a partir do controle social (entrevistada 3).

E pondera:

As pessoas se utilizam das políticas públicas, mas não sabem como que elas são criadas, não sabem como que elas devem ser trabalhadas [...] ele se exime enquanto cidadão por medo do desafio, por não ter conhecimento da política de fato, porque você precisa estudar muito sobre as políticas (entrevistada 3).

Muitas das mulheres estão aprisionadas em seu próprio mundo, na espera da boa vontade de outras pessoas, dos políticos, dos homens e de políticas assistencialistas que tornam-na dependente ao invés de auxiliá-las a ser tornar mais independente. Portanto, muitas não percebem a necessidade de participar e o conformismo impera.

é muito difícil para a mulher participar da política, ao mesmo tempo que ela é a pessoa que mais conhece é a pessoa que tem mais dificuldade de participar exatamente porque a maioria das casas hoje em dia, isso é no Brasil inteiro, é a mulher que trabalha fora e que traz a renda para dentro de casa, então ela trabalhando fora e chegando em casa ainda tendo que fazer as atividades de casa, cuidar dos filhos da casa ela não tem tempo para poder participar e não há nenhuma política de ajuda a mulher para que ela tenha mais tempo disponível para fazer essa participação (entrevistada 7)

Ou melhor, muitas são vistas como beneficiárias passivas, pois deixam de participar e discutir sobre o planejamento das políticas públicas. Essa perspectiva explica uma limitação em suas vidas, historicamente excluídas que se mantém até hoje. Essa exclusão representa insegurança e vulnerabilidade nos espaços, que se adaptam na forma de se viver em um determinado lugar.

A sociedade regulada pelo mercado capitalista não pode ser tolerada, porque depreda não só a natureza, mas principalmente a sociedade. Em particular a miséria das chefes de domicílios e ainda mais a miséria de seus filhos clamam aos céus. A sociedade que se permite esse nível de massa de manobra não tem qualquer dignidade histórica, apontando não só para a destituição política dessas mulheres pobres, mas igualmente para a insensibilidade da sociedade. (DEMO, 2005, p. 177)

A concepção de uma política pública surge de diversos atores com interesses. Desses atores os movimentos populares, as associações de bairros e sindicatos são os mais interessados e a mulher tem um papel fundamental para a criação de uma política pensada nas suas necessidades, pois são atribuições femininas a responsabilidade pelo cuidado da casa e da família referente as questões relacionadas a saúde, educação, entre outros.

A gente precisa entender que com as novas diretrizes implantadas dentro dos governos dentro das políticas públicas as mulheres terão ou deverão ter prioridades no atendimento, porque a maioria das mulheres é abandonada com 2, 3 filhos, quando não mais e são elas quem provém toda a questão de sustentação da casa, saúde educação, alimentação, tudo né? (entrevistada 3)

Ocorre que quase sempre a gestão local não reconhece a função das mulheres no desenvolvimento das cidades. Portanto, o debate sobre a igualdade política das mulheres e dos homens é profundamente importante, só assim a representatividade feminina nos espaços de poder será significativa. Portanto, é preciso que nos bairros fortifique grupos de mulheres para incentivar e discutir os problemas, só assim a mulher terá espaço e voz na decisão.

### 5.1.6 A memória das mulheres

Para identificar os efeitos das remoções foi preciso resgatar as lembranças do bairro, como eram as ruas e as casas, a infraestrutura e os serviços públicos do bairro, uma vez que as moradoras antigas têm histórias da época que não há mais no presente, além de descrever as condições do passado.

Para tanto, a categoria central, traz as memórias, as lembranças e o desprezo do Estado. É a categoria que emerge todas as subcategorias e provoca um pensamento que até então tinha sido adormecido, pois o processo de remoção confrontou as mulheres de forma mais aguda, não somente pela ausência de infraestrutura, localidade e serviços essenciais, como creches, escolas e saúde, mas também pelo rompimento com os laços de solidariedade e ajuda necessárias para sua autonomia.

Refletir os problemas vivenciados pelas mulheres ajuda a construir estratégias para melhoria do bairro, suas vozes são um grito para a sociedade do abandono desses aglomerados. Ao mesmo tempo avaliar o programa, já que a ocupação do espaço não teve base em um planejamento urbano prévio.

Todas as entrevistadas expressaram seus sentimentos diante das consequências da remoção, apresentando as dificuldades, as angústias, os anseios. Ao mesmo tempo dando sugestões e propostas.

Ampliar as desgraças é quando eu coloco essa mesma família que tava no barracinho que foi para uma casinha sem nenhuma outra condição, ela vai trabalhar, ela vai comer, ela vai andar de ônibus, ela vai botar o filho na escola, de que forma? Se eu não te dei condição para isso, moradia é importante, mas ela não pode ser a moradia por si só (entrevistada 3).

Passamos dificuldades normal como todos os outros lugares enfrentam, antigamente todos os lugares que era novo passava por isso, de barro, até que venham as melhores coisas, agora eles fazem os loteamento eles fazem o asfalto. Todos os bairros eram assim para pior, nós temos é que agradecer, eu falo mesmo, o povo reclama do Cidade Nova, eu falo o Cidade Nova é um dos melhores bairros que tem em tudo e eu brigo (entrevistada 5).

A entrevistada 5, mesmo reconhecendo os problemas decorrentes do bairro e a trajetória de luta por melhorias se recusava a dizer sobre as dificuldades e momentos críticos, defendeu e demonstrou orgulho em morar no bairro.

Para as mulheres, os programas habitacionais voltados à população de baixa renda é uma oportunidade importante para o direito à moradia e para quem não tem condição de pagar uma prestação comum.

Apesar disso, houve um reconhecimento acerca das carências do

conjunto habitacional em uma área isolada e precisou de tempo para se adaptarem a nova condição de vida. Outro aspecto analisado na entrevista foi os conjuntos habitacionais construídos no entorno do bairro Cidade Nova, verificou que moradores vizinhos utilizam dos serviços públicos do bairro aumentando a demanda pelos serviços.

Com a construção de novos bairros no entorno do Cidade Nova hoje em dia nós estamos precisando dos mesmos serviços que precisávamos, porque são mais moradores e os serviços de hoje estão sobrecarregados, como as escolas o posto de saúde, as creches, a segurança então mais moradores. Então esse serviços públicos que nós temos estão ficando pouco e pequeno para tanta gente (entrevistada 6).

As entrevistadas do bairro Cidade Nova contribuíram para a compreensão de aspectos sobre as consequências das remoções sem o devido planejamento. Os problemas de viver no bairro – violência, ausência de políticas públicas, a localização, interrupção da relação de vizinhança – afetou drasticamente essas famílias, principalmente as chefiadas por mulheres. Portanto “os processos de industrialização e de urbanização concentram nas áreas urbanas numerosos problemas sociais, dentre os quais surgia, de modo explícito, o grave problema da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 109).

Os problemas que enfrentaram prejudicou a convivência no bairro e por falta de alternativas muitas famílias retornaram aos seus antigos bairros. Porém as que ficaram, hoje gostam de viver no bairro e além do fato da nova relação com os vizinhos.

Eram pessoas que não tinham condições, porque as pessoas que moravam nas favelas eles não pagavam passagem, tinham tudo, então eles acabaram voltando para o lugar que eles foram tirados, a maioria das pessoas venderam suas casas e voltaram a morar na favela de novo, porque não tinha condições de se manter, não foi criado nada para a comunidade se manter naquele lugar, então assim, era tanta dificuldade que eles passavam ali, violência, tudo... Que tava pior do que quando eles moram na favela, eles acabaram fazendo o que? Voltaram para favela (entrevistada 8).

Para muitos a realização da casa própria foi mais forte que conviver com a insegurança, falta de comércio, ausência de escolas e creches, o barulho da subestação de Furnas, a sacolinha no pé. Porém, para alguns, como explica a entrevistada 8, a dificuldade de viver em um bairro fadado ao abandono foi o estopim para retornar as favelas. E é por isto que as mulheres precisam despertar sua consciência “não apenas para os seus problemas como também para todos os problemas do mundo moderno, que, a última instância, a afetam direta ou indiretamente” (SAFFIOTI, 2013, p. 382).

O programa apenas solucionou o problema da falta de moradia, mas a casa por si só não resolve os problemas das famílias. A solução parcial remete a

sociedade um descaso do poder público. Assim, o processo de remoção exibe uma deficiência em que o direito à moradia não inclui elementos necessários para o bem viver.

Para as mulheres, o não cumprimento desse direito acarreta consequências que não se averiguam do mesmo aspecto que os homens. É preciso levar em conta essa diferença entre as mulheres e os homens para elaborar políticas públicas pensadas justamente nas mulheres.

Esse processo de construção depende da participação da população, como sujeitos conscientes, em razão de integrar as políticas habitacionais com as outras políticas, além de avaliar e monitorar constantemente, para correções futuras.

Por fim, é preciso ainda apresentar um dos projetos de extensão da UNILA realizado em 2017. O projeto “livros de pano: expressões da vida urbana” capturou a percepção dos moradores do bairro Cidade Nova sobre suas experiências no contexto urbano. Para isto o grupo pensou e criou o livro “O peso das remoções urbanas”, ou seja, as dificuldades que passaram e passam no bairro.

O projeto dá voz a grupos geralmente excluídos da tomada de decisões sobre o planejamento urbano, como crianças, jovens e mulheres, e iniciar um processo de fortalecimento de identidades locais. Para isso, propõe-se o estabelecimento de um espaço democrático de troca de experiências – conhecimento, práticas, memórias.

O projeto de extensão foi importante, pois demonstrou como os moradores já pensam e se preocupam com as consequências das remoções. Cada página apresentou as dificuldades e aflições das famílias removidas.

O livro tem um enorme significado, consiste a memória daqueles que viveram num lugar marcado por ausências. Só tem sentido para aqueles que sofreram toda dor e humilhação devido às consequências de um programa mal planejado que removeu famílias de várias regiões de Foz do Iguaçu. Segue algumas das páginas do livro (figura 5).

Já em sua primeira página, as torres de Furnas, uma lembrança do som contínuo e agudo que com o tempo caiu no esquecimento, já que o ouvido acostumou-se. As ruas sem asfalto, quando chovia era necessário usar sacola no pé para não sujá-lo ao ir trabalhar ou estudar e quando não chovia as roupas na corda eram inundadas de poeira vermelha e ainda era preciso fechar toda a casa com o propósito de mantê-la limpa, tudo em vão é lógico.



FONTE: Livro de pano “O peso das remoções” (2017)  
 DADOS: A guarda do Livro está na Biblioteca Cidade Nova.

A recordação de um bairro “sem transporte, educação e saúde”, é praticamente chocante para os que escutam e para os que lembram apenas tristezas. Os transportes não tinham a possibilidade de entrar no bairro, pois atolavam, foram momentos desesperadores. A página mais impactante é a das fitinhas pretas de luto, muitos jovens foram arrancados desse mundo, a violência e a criminalidade tomaram conta. Toda semana os programas policiais de TV tinham matérias sobre o bairro Cidade Nova. Era um bairro conhecido em toda a cidade de Foz do Iguaçu, e sua fama não era das boas.

A memória individual pode contribuir, portanto para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável. (ABREU, 1998, p. 83)

A busca da identidade dos lugares é uma busca do passado, o fato é que para uma memória é preciso estabelecer uma relação social. A vivência no bairro dá inúmeras memórias diferentes uma das outras, porém correlacionadas ao bairro de conflitos, sofrimentos e cooperação. Além disso, muitas memórias são perdidas no tempo



e é por isso a importância de registrá-la para não cair no esquecimento.

Diante do exposto, as memórias das mulheres do bairro Cidade Nova mostram-se significativas como instrumento de análise do referido estudo, apresentando história de lutas para a atual infraestrutura, transporte e serviços públicos que num momento passado eram ausentes.

Ao tratarmos a memória das mulheres, trouxemos a tona um passado que as mesmas não queriam reviver. A dificuldade em trazer para o presente trouxe revolta e indignação que até então não tinham percebido. É um momento do despertar, do pensar e transformar.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse por esse tema de estudo se deve em grande parte por minha trajetória de vida. No ano de 1999 minha família foi contemplada com uma das casas do conjunto habitacional Cidade Nova. Nos anos iniciais da construção do bairro, entre 1998 a 2002, os moradores sofreram com todas as problemáticas explícitas na pesquisa, desde ruas sem asfalto, falta de transporte público, posto de saúde precário, a falta de creche/escolas e do comércio, a violência, a distância e o isolamento.

O bairro foi ocupado por moradores de várias comunidades de baixa renda da cidade de Foz do Iguaçu, os conflitos entre jovens aconteceram de maneira hostil, muitas mães sofreram a perda de seus filhos. Muitas famílias abandonaram o bairro a procura de uma vida melhor. Assim, grande parte destas pessoas retornaram à loteamentos irregulares a fim de encontrar oportunidades de emprego e segurança.

As dificuldades vivenciadas me levaram a questionar as políticas habitacionais da cidade de Foz do Iguaçu, sobretudo a participação da população em todo o ciclo da política pública, já que inicialmente a segunda etapa do bairro Cidade Nova foi construída sem nenhuma infraestrutura. Portanto, investigar as atividades do poder público é importante, mas considerar a participação popular para que os futuros bairros de baixa renda atendam a necessidade da comunidade é mais relevante ainda. Entendo que a construção do espaço de vivência vincula o indivíduo com o lugar e o sentimento de pertencimento se torna um elo e ao mesmo tempo em que o cuidado das pessoas com o lugar modifica e transforma.

Como foi afirmado anteriormente, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar a percepção das mulheres sobre as remoções promovidas pelo programa habitacional voltado à população de baixa renda, executado pelo FOZHABITA, no território de Foz do Iguaçu. Buscou-se também, discutir a participação das mulheres na política pública e verificar o que ficou na memória das mulheres sobre o início bairro Cidade.

Com as entrevistas puderam-se destacar os danos da remoção mal planejada através das narrativas das mulheres da segunda etapa. As dificuldades que enfrentaram tornaram-nas mulheres sensíveis ao lugar, essa capacidade de sentir e perceber de maneira diferenciada transformou-as em pessoas que percebem tudo à sua volta e as dos outros.

Pode-se dizer ainda que suas memórias estão repletas de sentimento e

emoção. Essa capacidade de armazenar os acontecimentos está relacionada com as experiências vividas. Salientamos que a recordação só aconteceu, pois vivenciaram o momento com dificuldades.

Além disso, há consciência de que, a participação das mulheres nas políticas é muito importante, apesar de anunciar um discurso de desconhecimento sobre a questão, a maioria delas não tem interesse em participar do ciclo da política pública e muito menos encontra tempo de envolver-se na questão. Contudo, uma das entrevistadas participa e se impõe como agente transformadora que debate, discute e reflete de forma a contextualizar a problemática do bairro.

A análise de conteúdo das narrativas extraídas das entrevistas das mulheres moradoras da segunda etapa do bairro Cidade Nova concorreu para o entendimento de que houve uma insatisfação com o bairro, nas percepções e sentimentos dessas mulheres. Sobretudo, ficou entendido que essas mulheres ao lembrarem-se da sua trajetória no bairro desenvolveram um processo de reflexão, estimulado pelas entrevistas.

Outrora, consideramos necessário reconhecer que nem toda questão foi resolvida e mais ainda outras questões apareceram na medida em que as abordagens iam sendo escritas. Portanto, ao concluir a pesquisa não se encerram os questionamentos.

A necessidade de se trabalhar mais com a questão da participação popular na formulação e execução das políticas públicas. É preciso muitos encontros, oficinas para discussões e conscientização, quanto mais se debate sobre um assunto mais interesse e disposição a pessoa fica para participar. Incentivar as mulheres é uma forma de ativar suas capacidades de exercer sua cidadania, para tanto é imprescindível um trabalho contínuo.

No decorrer das entrevistas as mulheres estavam inibidas e preocupadas com as respostas, porém ao término, na informalidade, as mesmas tinham um comportamento diferenciado. Nesse intuito, percebemos que o tempo com as mulheres foi mínimo para ganhar sua confiança e certamente seria necessário passar mais tempo com elas. Decidimos prosseguir, dialogando com quem queria falar, e outro contratempo nos apunhalou, nos deparamos com a dificuldade de encontrar moradoras antigas, isto porque os problemas do bairro fizeram com que muitos moradores, principalmente as mulheres chefes de família, distanciassem da carência de serviços públicos, ou seja, retornaram para suas antigas comunidades.

Para compreender a trajetória das mulheres, este trabalho percorreu um caminho de leituras, buscando assimilar as teorias que envolvem a mulher em um contexto do espaço urbano. Para tanto, trouxemos como base o território e suas abordagens geográficas.

No Brasil, a mulher com a condição de chefe de família está crescendo e na maioria das vezes está ligada à pobreza. Nessa perspectiva, o planejamento e a implementação de políticas públicas deve ter como meta o combate à pobreza associado inclusão social, no qual compreenda causas e consequências relacionadas à pobreza.

A situação da mulher é exaustiva por causa da dupla jornada de trabalho. Além de seu papel familiar de cuidar da casa e dos filhos, o trabalho muitas vezes é distante. Além das dificuldades de acesso aos serviços públicos não permite uma qualidade de vida. A política pública deve promover igualdade de oportunidades, de modo que os programas sejam pensados na questão de gênero e respeitem a condição específica em que vivem as mulheres.

A responsabilidade do cuidado com os filhos, está totalmente vinculada em políticas voltadas à moradia, à educação, a saúde e ao lazer no intuito de levar o filho para a escola, a creche, a uma Unidade Básica de Saúde e a brincar no bairro. Nesse sentido, o planejamento do espaço urbano deve facilitar e apoiar as funcionalidades da mulher.

A pesquisa apresentou que a política habitacional do município de Foz do Iguaçu tem favorecido mais as questões quantitativas, número de moradias construídas, ignorando outras questões, tais como educação, saúde, localização, transporte público, entre outros que constitui o direito à moradia.

Para tanto é preciso repensar as formas de atuação. Avaliar é uma etapa fundamental para aperfeiçoar a política pública, aprimorar a qualidade de serviços e promover a eficiência na elaboração e execução da política.

## 7. REFERÊNCIAS

ABREU, M de A. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série Vol. XIV, Porto, 1998, p. 77-97.

ARAÚJO, J. A. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 133 - 142, 2012.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. Ed. 17. São Paulo: Globo, 2005.

BARDIN. L. **Análise de Conteúdo**. Ed 70. Lisboa 1977.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política** Vol. I. Trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU. P. **A Miséria do mundo** / sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo et. al. 17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 159-166.

BRANCALEON, B.B. et al. **Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Material didático para Ensino a Distância, Universidade de São Paulo. Nov. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) . Acesso em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.812**, de 13 de setembro de 1943. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm) Acesso em 04 de setembro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) Acesso em 04 de setembro de 2018.

BUENO, L. M. DE M. CYMBALISTA, R (orgs). **Planos Diretores Municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.

CALDEIRA. T. P do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: ed. 34 Ltda. 2000.

CARDIN, E. G. RIBEIRO, D. G. **Uma cidade em disputa: reforma urbana e luta de classes na construção de uma cidade de fronteira**. Revista História & Luta de Classes, v. 11, p. 69-79, 2016.

CATTANI, A. D. DÍAZ, L. M. **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Traduzido por Ernani Ssó. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CATTANI, A. D. Riqueza Substantiva e Relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto e CATTANI, Antonio. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

CODES, A. L. M. de. A. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1332.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf) . Acesso em 10 de setembro de 2017.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: editora Ática, 2004.

DAIJÓ, H. **Um governo de realizações**. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mj8hRiAu4ok> Acesso em 21 de novembro de 2018.

DAIJÓ, H. Resumo de suas obras (parte I). 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rjdce9T-39A> Acesso em 21 de novembro de 2018.

DECARLI, N. FILHO, P. F. **Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos**. Senatus, Brasília, v. 6, n. 1, p. 35-43, maio 2008.

DEMO. P. **Dureza: pobreza política de mulheres pobres** - Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ENTREVISTADA 1. [Nov. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Sobral Rocha. Foz do Iguaçu, 2018. 1 arquivo. Mp3 (4 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no ANEXO A desta dissertação.

ENTREVISTADA 2. . [Nov. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Sobral Rocha. Foz do Iguaçu, 2018. 1 arquivo. Mp3 (5 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no ANEXO A desta dissertação.

ENTREVISTADA 3 . [Dez. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Sobral Rocha. Foz do Iguaçu, 2018. 1 arquivo. Mp3 (34 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no ANEXO A desta dissertação.

ENTREVISTADA 4 . [Dez. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Sobral Rocha. Foz do Iguaçu, 2018. 1 arquivo. Mp3 (12 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no ANEXO A desta dissertação.

ENTREVISTADA 5 . [Dez. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Sobral Rocha. Foz do Iguaçu, 2018. 1 arquivo. Mp3 (16 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no ANEXO A desta dissertação.

ENTREVISTADA 6 . [Jan. 2019]. Entrevistadora: Fernanda Sobral Rocha. Foz do Iguaçu, 2019. 1 arquivo. Mp3 (6 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita ANEXO A desta dissertação.

ENTREVISTADA 7. . [Fev. 2019]. Entrevistadora: Fernanda Sobral Rocha. Foz do Iguaçu, 2019. 1 arquivo. Mp3 (16 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no ANEXO A desta dissertação.

ENTREVISTADA 8 . [Fev. 2019]. Entrevistadora: Fernanda Sobral Rocha. Foz do Iguaçu, 2019. 1 arquivo. Mp3 (16 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita ANEXO A desta dissertação.

FERNANDES, E. Cidade Legal x Ilegal. In: VALENÇA, M. M. (org). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 1735, de 12 de janeiro de 1993. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1993/173/1735/lei-ordinaria-n-1735-1993-dispoe-sobre-a-criacao-da-companhia-de-habitacao-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias> Acesso em 04 setembro de 2018.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº. 1.383, de 14 de março de 1914.. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=1626> . Acesso em 04 de setembro de 2018.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 2389, de 22 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=10788> Acesso em 15 de junho de 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Decreto nº 13.809, de 04 de julho de 2001a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2001/1381/13809/decreto-n-13809-2001-aprova-o-regulamento-interno-do-instituto-de-habitacao-de-foz-do-iguacu-fozhabita> Acesso em 15 de junho de 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 2184, de 23 de dezembro de 1998. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1998/219/2184/lei-ordinaria-n-2184-1998-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-estado-do-parana-revoga-as-leis-n-1729-93-1937-95-e-1941-95-e-da-outras-providencias-1999-12-22-versao-consolidada> Acesso em 04 de setembro de 2018.

FOZHABITA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=555> Acesso em 15 de junho de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU. **Cidade Nova: Prefeitura executa serviços complementares antes da inauguração do novo CMEI**. 2018. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=42565> Acesso em 12 de dezembro de 2018.

GOMES, M. da SILVA. Espaço e território usado em uma política habitacional. In: STEINBERGER. M. (org). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

GONDIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação Qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, 2003,12(24), 149-161.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Set. 2004. Disponível em:

[http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogero\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogero_HAESBAERT.pdf) Acesso em: 05 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista Geographia, v. 9 n. 17 2007a. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/213> Acesso em 05 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. BECKER, B. (org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007b.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. – 10ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martinsfontes, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza**. 2017. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza> Acesso em 18 de setembro de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho**. 2018. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html> Acesso em 18 de setembro de 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico: Município de Foz do Iguaçu. 2018. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85850> Acesso em 18 de setembro de 2018.

JORNAL DA UNIÃO. **Multirão: O trabalhador dando respostas ao problema da moradia popular**. Jornal da União. São Paulo, Março, 1991. 1-4.

<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PUMMOSP031991000.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2017.

JORNAL GAZETA DO POVO. **Um novo ciclo para Foz do Iguaçu**. 2010 Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/um-novo-ciclo-para-foz-do-iguacu-afxophb45uij3i178a9c4yo9a/> Acesso em 11/10/2018.

JORNAL PORTAL DA CIDADE- FOZ DO IGUAÇU. **Foz do Iguaçu ganha um novo bairro na região norte**. 2018. Disponível em:

<https://foz.portaldacidade.com/noticias/educacao/foz-do-iguacu-ganha-um-novo-bairro-na-regiao-norte> Acesso 20 de novembro de 2018.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. **Número de lares chefiados por mulheres sobe de 23% para 40% em 20 anos**. 2017. Disponível em:



<https://www.valor.com.br/brasil/4889492/numero-de-lares-chefiados-por-mulheres-sobe-de-23-para-40-em-20-anos> . Acesso em 09 de Junho de 2018.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos brasileiros; v. 44)

LEDEZMA, G. G. GUANAES, S. A. **Cultura: Olhares sob a perspectiva do ICAL e a Linha de Pesquisa Cultura, Colonialidade/Descolonialidade e Movimentos Sociais**. RELACult. v 2. 2016.

Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/380/105> . Acesso em: 02 de agosto de 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEGUIZAMÓN, S. Á. A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano. In: CIMADAMORE, Alberto e CATTANI, Antonio. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARICATO, E. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, L. B. (Org). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 78-96.

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. **Cidade é luta de classes!** 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU&t=9s> Acesso em 10 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Defende a Reforma Urbana**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3ajuvlZI-E&t=1065s>. Acesso em 10 de Maio de 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011. Disponível em: <https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922> . Acesso em 06 de maio de 2017.

MIRALES, R. **Violência de gênero: dimensões da lesão corporal**. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade**. 18ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MPOG E GESTÃO E A SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Projeto apoio aos diálogos setoriais união Européia – Brasil. **Relatório: Participação social na administração pública federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação.** Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/participacao%20social%20na%20administracao%20publica%20federal.pdf> acesso em 12 de junho de 2018.

NOLASCO, L. G. **Mulheres na política: entraves e conquistas.** s.n.t. Disponível em: [http://www.unigran.br/revista\\_juridica/ed\\_anteriores/23/artigos/artigo05.pdf](http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/23/artigos/artigo05.pdf) Acesso em 20 de Junho de 2018.

PARO, D. **Foz do Iguaçu: do descaminho aos novos caminhos.** Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2016.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

PESCAROLO, J. K. **Sociologia urbana e da violência** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PINSKY, C. B; PEDRO. J. M. Mulheres. In: PINSKY, J. et al. **O Brasil no contexto: 1987 – 2017.** São Paulo: Contexto, 2017.

PDDIS. PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL. VOLUME I. ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA, 2016. Disponível em:

<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=102425> Acesso em 15 de outubro de 2018.

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - Secretaria Municipal de Saúde – 2010/2013. Disponível em:

<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=10950> Acesso em 15 de outubro de 2018.

PNDU. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Caderno MCidades Desenvolvimento Urbano. Ministério das Cidades. Nov. de 2004. Disponível em:

[https://www.unc.br/mestrado/mestrado\\_materiais/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf](https://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf) Acesso em 15 de outubro de 2018.

RAFFESTIN. C. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, R. A. **Formação sócio-espacial da antiga vila operária de Chico City, região metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo.** Dissertação ( Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. Disponível em

<http://repositorio.ufes.br/handle/10/3575> Acesso em 18 de novembro de 2018.

ROCHA, F. S. **Mutirão como forma de cooperação: uma alternativa para construção de casas da população pobre.** Revista Orbis Latina. 2019. P. 143-156.

RODRIGUES, C. F. **A mulher no espaço público – Uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13<sup>th</sup> Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTORO, P. F. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Polulacionais, realizado em Caxambu – MG – Brasil, 2008.

SANTOS, B. S. **A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória**. São Paulo: Puc/SP, Anais do Seminário Estudos Territoriais de desigualdades sociais, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. 2 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos;1).

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pobreza urbana** - 3.ed. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. Ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. – 2 ed – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA, J, B da. Estatuto da Cidade versus estatuto de cidade – eis a questão. In: CARLOS, A. F. A; LEMOS, A. I. G. (orgs). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, M. A.da. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

SINGER, P. **Urbanização e desenvolvimento**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2017. – (Pensadores do Brasil: do tempo da ditadura ao tempo da democracia)

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16, Jul/dez 2006, p. 20-45.

STEINBERGER, M. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, M. (org). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

SUAS. **Configurando os Eixos de Mudança**. Capacita Suas Volume 1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento**. Revista PMKT, 2009, p. 20-27.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### As Mulheres do bairro Cidade Nova

- 1) Qual sua opinião sobre a participação das mulheres nas políticas públicas, principalmente, habitacionais em Foz do Iguaçu?
- 2) Como você tomou conhecimento do programa, como foi o processo de inscrição e seleção, como ocorreu a entrega da casa?
- 3) Quais críticas você faria ao processo de seleção, construção e entrega das moradias? Que sugestões você faria?
- 4) Fale sobre a sua história no processo de construção do bairro, como foi o início?
- 5) Quais dificuldades você enfrentou depois da remoção, tendo em vista a localização do bairro, a oferta de serviços públicos (saúde, educação, transporte, segurança)?
- 6) Você vivenciou algum momento crítico no bairro, conte o que ocorreu e quais as soluções encontradas por você?
- 7) Você participa de algum grupo no bairro? Qual?
- 8) Comente sobre o espaço da biblioteca comunitária CNI.
- 9) Em sua opinião o bairro hoje o que ainda precisa?

## APÊNDICE B - AS ENTREVISTAS NA INTEGRA

### ENTREVISTADA 1

As mulheres nas políticas públicas tem que participar mesmo, né? Para ficar a par de tudo, né? Tomei conhecimento do programa foi uma ex-patroa minha que falou que estavam fazendo essa inscrição, aí ela me levou lá e fiz, aí onde consegui, me chamaram consegui pegar o papel, eles ligaram falando que era para 30 pessoas, nós foi lá, dei meu nome aí falou que eu tinha ganhado a casa, aí eles já foram fazendo tudo os papel, aí eu consegui pegar a casa. Então aí teve a segunda reunião, como eu não levei os pedreiros tinha que ter pedreiro, eu não tinha, aí peguei lá, daí já pegaram o cheque, as coisas, assinamos tudo, eles fizeram a casa para mim. Não tenho crítica ao processo de seleção para mim correu tudo bem, graças a Deus, eu peguei minha casa, mas como sugestão, ter mais coisas aqui no bairro para nós, né? No começo foi muito dificultoso para a gente, a minha filha estudava no Porto Belo, tinha que levar ela e meu filho, a gente sofreu bastante no começo. Uma das dificuldades era ter que ir para a Vila C para utilizar o posto de saúde, aí aqui era pouco ônibus tinha que ir a pé ou ir para o centro pegar um ônibus para levar as crianças no posto da Vila C. Um momento critico no bairro foi a violência, aí quando eu mudei para cá eu não tinha um muro ainda, eles entregaram a casa sem muro e eu tive que fazer o muro, a única solução para mim, ficar mais dentro de casa com as crianças. Não participo dos grupos do bairro, nunca fui na Biblioteca Comunitária, mas acho importante porque as crianças estão precisando muito daquilo ali. O bairro precisa de mais ônibus, o mercado que aqui nós não tem, é muito longe. Aqui é muito longe.

### ENTREVISTADA 2

Eu acho importante a participação das mulheres, porque as mulheres tem mais visão, né? Sabe o que mais precisa para a família no bairro. Eu fiz a inscrição, demorou uns nove anos, né? Eu me inscrevi e daí eu nem achei que ia ver casa, né? Mas eu confiei, tive fé em Deus e consegui a casinha. As pessoas falavam que eu podia fazer a inscrição, porque eu não tinha onde morar eu pagava aluguel, daí eu me inscrevi fui na Fozhabita, ali no centro. Eu acho que para mim tá bom, não tenho nenhuma critica, foi tudo certo. Antes de ter creche a gente tinha que pagar alguém para cuidar, né? Porque não tinha creche, só que para mim foi normal, né? Sempre achei pessoas boas para cuidar das

crianças. O pior de tudo era o barro que tinha no começo, porque não tinha calçamento, a gente sofreu um pouquinho, né? Posto de saúde, a gente ia em outros bairros, na Vila Iolanda consultava lá, aproveitava e visitava minha mãe, porque ela morava para lá. Eu não tive dificuldade, porque eu não usava muito os serviços públicos, para mim foi normal. Aqui não tinha perigo nenhum, era seguro mais que agora, a gente podia dormir com a janela aberta. Eu não participo de nenhum grupo do bairro, por causa do meu trabalho, não dá tempo de eu fazer nada só trabalhar. Conheço o espaço da biblioteca, não usei, mas já fui em um evento do pessoal da UNILA que vem apresentar. O bairro hoje precisa de uma praça de lazer para as crianças, porque aqui não tem. O ônibus não está muito bom, porque para a gente do Cidade Nova II temos que descer lá em cima, porque o ônibus não tá vindo até aqui ou da volta lá no Cidade Nova I, para nós dificultou bastante, se a gente ir no horário certo que o ônibus vai passar pega o ônibus. A única dificuldade é isso, que a gente quando chove, principalmente, se não dá volta na Vila para chegar até a dois né? Então a gente tem que descer ali e vir a pé.

### **ENTREVISTADA 3**

Moro no Cidade Nova desde 2008, não acompanhei o processo inicial do bairro, mas no entorno, porque eu morava em outro bairro, mas eu frequentava muito o bairro Cidade Nova. Acompanhei algumas questões inclusive de violência na comunidade, alguns familiares de pessoas conhecidas e tal, mas assim muito superficialmente desde o seu início até 2008. Em 2008 por enes questões eu fui, comprei uma casa aqui e estou aqui desde então. O que eu senti de diferente de onde eu vim para onde eu estou, é que eu sempre tive acesso pelo menos no bairro onde eu estava eu tinha mais acesso a bens de consumo tipo: supermercado, lotérica, farmácia. Tudo muito mais fácil né, então sofri durante o período até me adaptar. Em 2011 eu continuava trabalhando e fazendo as minhas coisas, enfim até que surgiram outras possibilidades que a gente precisa entender como possibilidades pessoais, mas muito particularmente como possibilidades coletivas, na perspectiva da construção coletiva, participativa e organizacional. A minha opinião com relação a participação política das mulheres nas políticas públicas, infelizmente hoje são poucas as mulheres das comunidades principalmente das periferias que tem acesso há possibilidade de estar dentro de um conselho, de conhecer uma câmara de vereadores, de conhecer o que é a política pública, porque? Não interessa aos gestores que as mulheres pobres da periferia tenham a capacidade de se apropriar para lutar por melhores



direitos. Eu sou louca, então eu encaro de frente os desafios que vem, a política pública somos nós cidadãos que produzimos e damos aos gestores o poder de execução no momento do voto, “tá tu vai lá e vai fazer”, mas eu enquanto cidadã e nós enquanto cidadãos precisamos entender que os gestores só estão lá para cumprir com ordens nossas. Quando damos ordens aos gestores? Dentro das conferências municipais de saúde, educação, assistência social e não é diferente na habitação. Tem um conselho ou deveria, não sei se há, o Conselho Municipal de habitação, e esse não é governamental, esse é participação social, todos os conselhos tem lá na sua organização governamental trabalhadores e sociedade civil organizada ou usuários dos serviços, infelizmente a participação social dentro dos conselhos se dá na maioria das vezes por instituições, representantes de usuários o único conselho que conheço em Foz do Iguaçu que tem representação de usuários de fato da política é o conselho de Assistência Social de Foz do Iguaçu, eu estou no meu segundo mandato enquanto conselheira Municipal de assistência social, representando usuários e tem mais um outro cidadão que também é representante de usuários mas nos outros conselhos eles são as instituições que representam os usuários, isso para mim não é representação. Porque que eu tenho que ter uma biblioteca Comunitária do Cidade Nova para falar em meu nome quanto Cultura? Porque a lei obriga, a lei que cria o conselho, ela coloca dentro de um quadradinho, é aquilo ali, a gente precisa avançar nisso, para isso deveriam estar acontecendo os fóruns municipais e estaduais de usuários e usuárias das políticas públicas, os fóruns de controle social das políticas públicas que não tá com a gente não consegue avançar porque não há um entendimento, as pessoas se utilizam das políticas públicas, mas não sabem como que elas são criadas, não sabem como que elas devem ser trabalhadas. “Ahhh eu vou na pré-conferência de saúde”, ai vai na unidade aí ele vai para conferência Municipal de Saúde mas lá na hora de lutar pelo direito ao voto a cadeira está no espaço de poder ele se exime deixa aqui um outra instituição participe e ele se exime enquanto cidadão por medo do desafio, por não ter conhecimento da política de fato, porque você precisa estudar muito sobre as políticas. Cada política é uma política, cada política é uma diretriz, cada diretriz uma obrigação cada obrigação uma prestação de serviço e gratuita. É bom que se ressalte isso eu tiro do meu bolso o dinheiro da minha passagem ou de um lanche para eu estar dentro dos conselhos, já estive no de saúde por 10 anos já estou no de assistência pelo segundo, a primeira vez fiquei 5 anos e agora já estou indo para 4 anos outra vez. No conselho da mulher fiquei 10 anos, no conselho de Cultura já estou há cinco. Mas isso é um empenho meu querer entender a política pública a partir do controle

social. Esse é um desafio, na habitação é importante que se ressalte os programas são programas de governo quando a habitação ela é produzida são programa através de programas, programas, projetos e serviços de governo, 90% das vezes de cima para baixo do Governo Federal para o Municipal direto e aqui embaixo há aquela questão a defasagem de moradia nível Nacional, mas Foz do Iguaçu não é diferente é uma fila de espera muito grande e a gente precisa entender que com as novas diretrizes implantadas dentro dos governos dentro das políticas públicas as mulheres terão ou deverão ter prioridades no atendimento porque maioria das mulheres são abandonadas com 2, 3 filhos, quando não mais e são elas quem provém toda a questão de sustentação da casa, saúde educação, alimentação tudo né? Então porque que a casa tem que estar no nome do homem, então esse nosso entendimento de que a mulher é quem fica segurando as pontas na hora do pega pra capa. Os programas de habitação do município, todo mundo sabe onde fica o Fozhabita e vai lá e se inscreve eu fiz isso eu fui lá e me inscrevi, na época tinha negociata não posso negar isso e tinha um vereador conhecido e ele me indicou e eu acabei recebendo uma das casas lá no bairro onde eu morava, então hoje não posso te assegurar que está dessa forma porque as coisas mudaram maioria dos contratos já são feitos direto na Caixa Econômica Federal, mesmo assim a gente tem informações de que o Fulano foi que indicou para Caixa Econômica que o Ciclano recebesse, mas isso é um outro caso, o processo de seleção é o que eu mais tenho preocupação, a palavra é preocupação, o processo de seleção e a entrega da construção, entrega das moradias porque eu me inscrevo num programa de habitação, aí as casas vão sair, vamos colocar, nós estamos na região Norte, na região Nordeste lá no sol de maio na estrada que vai para o Alto da Boa Vista, o transporte coletivo é ruim de lá para cá e mais ainda daqui para lá, mas eu preciso da casa, então eu me obrigo a aceitar esta casa, agora a minha crítica é como é que eu vou dar seguimento na minha vida, sem a minha rede de sustentação, o que é a rede sustentação? A minha tia a minha mãe a minha avó a minha vizinha que no momento que eu saio para trabalhar o meu filho está no contra turno da escola, ele pode estar na companhia dessas pessoas. Enquanto os municípios não fizerem uma avaliação quali-quantitativa e de valor mesmo, do rompimento de vínculos com as políticas de atendimento onde eu estou e ausência de políticas para onde eu vou, e todo o contexto que me rodeia. Isso precisa ser muito seriamente estudado, porque você rompe vínculos com a sociedade com a comunidade com a tua família e demora para se ambientar, a casa onde tu está vivendo tem minimamente uma cerca lá vai estar a céu aberto, você tem calçamento lá vai estar no

barro, você tem uma CMEI e tem uma escola municipal, mas tu tem uma criança num e outra noutro, os horários são divergentes, não batem os horários da aula das crianças, então de manhã meu filho fica com alguém à tarde a minha filha fica com outro alguém porque eu tenho que trabalhar porque eu sou mãe, dona de casa, sozinha e preciso sustentá-los. Isso tem que ser avaliado não só na questão da moradia mas a moradia e a questão psicossocial e econômica e isso tem que constar dentro do planejamento de novos loteamentos, é para classe média baixa baixa baixa baixa de zero. Não tem problema “meu”, não é porque eu sou pobre que eu tenho que ser jogada na periferia ao Deus Dará correndo todos os riscos. Eu preciso aí sim do poder do Estado para me defender, é nesse momento que é uma política de habitação ela é contraditória, quando ela te retira do teu Centro de Convivência e te joga lá longe Te colocando em maior vulnerabilidade do que é que tu já estava, isso é contraditório. Falar sobre o início da construção do bairro para mim é um pouco difícil, o bairro ele foi fundado em 1998 não era para ser um bairro Residencial ele era para ser uma vila rural mas as pessoas que seriam alocados aqui não aceitaram e então foram levadas Para o Alto da Boa Vista onde tem uma vila rural e aqui vieram as pessoas da comunidade do bambu, Monsenhor Guilherme e marinha. E aí um grande entrave o grande problema de trazer essas comunidades para cá, apesar que lá era próximo, mas havia uma área delimitada que acabavam não causando tantos conflitos, aqui por não ter transporte não ter sala de aula não ter nada eles acabavam se encontrando e por ser campo aberto se encontravam com muito mais frequência e aí vem a morte as questões das violências e vem a questão do desânimo das pessoas em estar no local que você sai para procurar um emprego e não consegue pela discriminação. Hoje melhorou já não existe tanta discriminação quanto a 20 anos atrás mesmo assim dependendo da empresa eles não pegam né. Tem casos de jovens aí que são menores aprendizes que fazem curso por uma instituição e quando diz que é do Cidade Nova a vaga acaba ali, o preconceito ele é enraizado. O preconceito, a falta de respeito ele é enraizado, você cria um ciclo de violência continuada com relação às comunidades mais pobres, mais periféricas e pobres. Pobres e periféricas estão aí para se ferrar mesmo, Infelizmente essa real. Tem mudado? Tem, mas eu não posso dizer que melhorou, sabe por quê? Em 20 anos a escola Ipê roxo é o mesmo de 20 anos atrás, foi inaugurado em 2000, não foi construído pelo governo do Estado uma única sala de aula, nós éramos três, quatro mil pessoas, hoje nós recebemos 5 novos bairros nos últimos 7 anos e não foi construído uma sala de aula, a nível Estadual a população jovem de 12 a 29 anos que é quando ela tá em processo de formação. Fundamental e Médio e

indo para Universidade ele tá acabando desestimulado, porque ele tem que estudar na Vila C, Porto belo, no Petrópolis porque não tem sala de aula suficiente no Cidade Nova, isso é grave e o governo do estado não tem nada planejado para essa região, infelizmente nos últimos 20 anos e aí é uma crítica que eu faço ao sistema Habitacional e de educação é que nos últimos 20 anos nós recebemos três escolas estaduais: Sol de Maio, Cataratas e Ipê Roxo, foram as três últimas escolas construídas pelo governo do Estado do Paraná em Foz do Iguaçu. Isso é muito grave porque aí ampliou a PF1, PF2, ampliou cadeia e ainda teve que aumentar o barracão para as mulheres encarceradas e ainda criou o SENSE que não existia, então assim quando eu não invisto em qualidade de vida, educação eu vou automaticamente ter que investir em prisão, e isso é um processo da moradia, ele tem que vir, os processos tem que vir acompanhados, moradia te dar o direito a um canto para fugir do sol e da chuva mas a residência te dá direito a casa para o sol e a chuva e todas as outras políticas públicas, ai tu reside senão tu se esconde. Quem não sofre dificuldades em qualquer situação? A dificuldade da remoção é a ausência das políticas públicas que deveriam vir junto com as moradias, quatro paredes são extremamente importante para fugir do Sol e da chuva, mas as quatro paredes não é alimento, não é transporte, não é educação, não é qualidade de vida, as quatro paredes te dão abrigo não qualidade de vida. Qualidade de vida é um processo mais detalhado, trabalhado, organizado, implantado e implementado, porque eu implanto um Condomínio eu implemento as políticas públicas e dou condição de vida saudável para o indivíduo, se não eu não estou fazendo, eu estou minimizando a miséria ou ampliando as desgraças depende do ponto de vista, porque minimizar a miséria é tirar de um barraco de lona e colocar numa casinha com quatro parede e um telhado. E ampliar as desgraças é quando eu coloco essa mesma família que tava no barraquinho que foi com uma casinha sem nenhuma outra condição, ela vai trabalhar, ela vai comer, ela vai andar de ônibus, ela vai botar o filho na escola de que forma se eu não te dei condição para isso, moradia é importante, mas ela não pode ser a moradia por si só. Momentos críticos? Um bairro como Cidade Nova foi fundado 98 governo Harry Daijó, que só recebeu as suas primeiras salas de aula em 2002 o Colégio Jorge Amado e em 2004 o CMEI, isso é encarar dificuldades isso é ter que mendigar por um direito o que é teu, é você ter que queimar pneu, fechar rua, para poder exigir que a gestão entenda que você tá ali, não por favor você é vítima dessa m\*\*\*\* que eles fazem, o transporte coletivo que não é funcional, mas aí o gestor não perguntou para o usuário do transporte coletivo “qual é a demanda que ele tem”, ele vai lá assina o contrato e decide o que ele quer junto com os bambambam do

transporte coletivo e o usuário que se ferre, o usuário que se exploda, como dizia Chico Anysio. Então assim a gente tem que ter o discernimento de entender que as demandas das comunidades não podem ser tratadas por meros gabinetistas, o povo de gabinete não tem poder e não deve ter poder de decisão sobre as nossas prioridades, é que se possa vir nas comunidades conversar com elas, pois liderança não sei porque eu não conheço liderança eu acho que cada um tem um potencial, mas você precisa entender : Qual é a demanda? Qual é a prioridade daquela comunidade? juntar 30, 50 pessoas, foi só isso que vieram, são só esses, mas esses aqui vão ter que me dar um norte na decidam. Gestores tem mania de decidir o que eles acham o que é bom para nós eu não aceito eu acho que tem que ter o meu dedo “Sim”, sou eu que vou estar usufruindo somos nós que vamos estar utilizando esse espaço, então nada melhor do que nós decidimos por nós mesmo. Vamos aceitar? Não sei, vai depender, porque o cara disse que vai tirar um ônibus aqui, ele não vai tirar porque nós vamos se rebelar. Você entendeu? Então assim, a gente tem que ter esse discernimento, o gestor tá lá porque eu coloquei, ou eu o outro, eu nunca sei quem coloquei, porque eu nunca coloco ninguém mesmo, normalmente meus candidatos não se elegem porque eles pensam que nem eu. Eu vim para cá em 2008 e fiquei perdida, não tinha infraestrutura, não tinha e não tem infraestrutura, pouco conhecimento eu tinha também na comunidade, então foi bem complicado, mas em 2011 surgiu um grupo de trabalho que seria para cobrar política pública, fazer as críticas ao poder público que estava a 8 anos sem colocar uma grama de cimento e “olha que eu não quero pedra e não quero areia”, cimento na comunidade o grupo começou não pode, não pode não pode, vamos nos reunir, nos reunimos e começamos com o jornalzinho, era para ser só um informativo, esse jornal fazendo as críticas, mas também tentando apontar soluções e a gente vem vindo nesse processo, no ano seguinte 2012 de janeiro, fevereiro a gente se reuniu novamente e fizemos em reunião acabamos acordando que a gente criaria um espaço de cidadania cultural, esse aqui é um espaço de formação cultural e de cidadania: cultura, arte, lazer ,dança, música, respeitando as peculiaridades, respeitando as potencialidades, um bairro que tem mulheres semianalfabetas que escrevem poesia no poste do nosso, esquecido, porque? Porque a política pública de incentivo à cultura ela vem fragmentada ela não é planejada, ordenada, e trabalhada com a visão de que não é no centro, o centro tá Elite, a periferia é quem carece de oportunidades, a elite ela vai no teatro vai daqui para Curitiba para ir no teatro num canto lírico, a periferia não tem dinheiro para chegar no centro porque o ônibus custa R\$ 3,75 e para voltar, volta a pé, e aí depois das 11 horas meia-noite não tem mais

ônibus, e aí a sessão terminou 11:49, o ônibus passou 11:45, então tu fica na rua, então preferi não ir para não ficar na rua na madrugada então a gente tem que ter tudo isso em mente a moradia não é dignidade é um teto é um canto para Morrer, residência é espaço tudo que eu tenho direito a biblioteca existe desde 2011 com tudo legalizado, devidamente registrado, CNPJ, estatuto, regimento interno, Ela é a política? não é aqui que nós fazemos política pública de fato. É poder potencializar e num grupinho de 15 a 20 pessoas fazendo cursinho, colocar 5 a 6 dentro do espaço de poder com emprego com salário com responsabilidade, mas também com direito, eu tô ali porque é direito meu, eu moro na periferia e tenho direito de tá lá dentro. É poder fazer um cursinho e entrar 2, 3, 4 e 5 para uma universidade 2 e 3 para outra e potencializar a comunidade. É poder conversar com crianças de 8 a 10 anos e eles fazer a crítica aos governos Municipal, Estadual e Federal dentro do que eles entendem como necessidade pessoais deles, é esse o espaço de Poder sem um centavo de dinheiro público que a gente avança, que formação, formadores de opinião, crescimento, desenvolvimento podendo fazer falar de forma clara, rápida sem muita burocracia, porém com organização de todos os assuntos da criança e o adolescente até o idoso passando por todas as políticas, que são direitos nossos constitucionalmente garantidos. É poder discutir isso sem medo não sei por quanto tempo, mas a gente tenta, é isso que a gente faz aqui. Hoje o bairro precisa de uma lotérica, precisa concluir a rede de esgoto que há 20 anos só esse ano aqui que começou a construção da rede de esgoto. Então rede de esgoto, “gente pelo amor de Deus quem vai trabalhar, construção de novos equipamentos de moradia pelo amor de Deus não faça o telhado e deixem o alicerce sem fazer”, faça primeiro a rede de esgoto, porque isso é que vai diminuir inclusive as doenças dentro da unidade básica de saúde vai diminuir a demanda lá dentro da unidade básica de saúde, sem infraestrutura de rede de esgoto pelo amor de Deus não comecem a fazer um novo loteamento. Isso já é lei Mas alguns não querem cumprir. Uma lotérica ampliar rede de esgoto construir mais escolas municipal e estadual colocar mais cursinhos no entorno, para que as crianças e adolescentes possam sair da inércia da sala da aula quadrada com uma grade curricular que é arcaica da década de 80 a 90 e que precisa de reforma na educação, mas não é retirando filosofia e outras áreas mais da educação que você vai melhorar a qualidade da educação é dando formação continuada para os professores entenderem que a escola ela não pode ser a escola que afasta ela tem que ser a escola que acolhe que protege. Quando a escola é protetora ela dá ao estudante e eu não gosto não suporto a palavra aluno é ela dá ao estudante a possibilidade de dizer para o professor “hoje eu não estou

bem eu preciso conversar com alguém”, porque a escola tem esse papel “ahhh mas a escola não educa quem educa é pai e mãe” concordo, pai e mãe tem obrigação de educar os seus filhos, a escola orienta, fomenta e implementa a capacidade de raciocínio, “ah mas o fulaninho é muito danado eu não quero esse menino na minha sala”, gente para e avalia, não estigmatizem não diagnostiquem, a criança pode ser está com uma série de problemas em casa e que ele vem descarregar na sala de aula, é uma questão mais de sensibilidade, porque enquanto a escola não for acolhedora e protetora nós não vamos avançar na qualidade da educação para isso nós precisamos de formação continuada para os professores, uma outra coisa que nós precisamos de forma urgente espaços de convivência social e comunitária, sem esses espaços de convivência social e comunitária você não avança também na política pública porque as pessoas preferem ficar fechadas nas suas casas porque não tem para onde ir, se eu não tenho para onde ir Qual é a minha válvula de escape é ficar dentro de casa assistindo televisão e o que é que a televisão me orienta? Praticamente nada, ou 99% nada, por que ela vem no processo de construção de lavagem cerebral e essa construção ela tem sido gradativa de forma crescente né ela está só crescendo cada dia uma lavagem diferente e aí na contramão de tudo isso vem a escola sem partido, a lei da mordalha nos professores que tentam se sobressair E com isso nós vamos ter as próximas gerações de analfabetos políticos em políticas públicas Já não basta o que nós temos hoje.

#### **ENTREVISTADA 4**

Eu acho importante a mulher nas políticas públicas, mas para mulheres que gostam para mim não. Para quem gosta de fazer essas politicagens é bom, agora para mim mesma não. É importante porque a mulher é mais determinada, né? trazer alguma coisa para o bairro então por isso que é importante. Tomei conhecimento do programa através de um amigo, fizemos inscrição de uma casa aí quando eles passaram para a gente, avisaram para a gente que teria um terreno no bairro novo que iria abrir e seria o Cidade Nova. A gente pegou um terreno aqui e aqui cada tijolo que tem é construído pelas nossas mãos, com amigos, foi um mutirão, no começo era uma meia água que quando chovia a gente se segurava, que o vento era muito forte, né? Mas foi a gente que construiu mesmo, não recebemos nenhuma verba para a construção. O que poderia ter melhorado que no tempo que eles soltaram os terrenos deveria ter uma verba para ajudar a começar, né? A gente pagava aluguel aí sai um terreno e você precisava mudar. Ou você pagava aluguel

ou você comprava o material, então se tivesse uma verba que te ajudasse no começo, né pelo menos? Nem que cobrasse depois. Nossa passei muita coisa no bairro, era difícil no começo. Porque tinha um ônibus no meio da semana a cada três horas no sábado e Domingo nem tinha ônibus era tudo isolado, barro, não tinha com que as crianças... Não tinha Colégio, não tinha creche não tinha nada, você tinha que bancar tudo para eles estudar fora ou você botava eles nesses ônibus para levar para fora, geralmente não dava certo. Os colégios de fora não aceitava os alunos daqui do Cidade Nova, porque todo mundo criticava, mas foi difícil foi uma época bem... logo na entrada aqui foi bem difícil, a gente venceu por Deus mesmo que a gente conseguiu vencer muita luta. Antes eu morava no Jardim Petrópolis, enfrentei a pior época do bairro, porque eu morava há duas quadras longe do Colégio, os meninos estudavam no Paganoto e o pequeno nem estudava ainda, então quer dizer você sai de lá do conforto para vir para um lugar onde você não conhecia nada não tinha nada, então vai estranhar, a dificuldade foi grande, muito grande, tinha posto de saúde, meus filhos tinham dentista, ia lá na hora tinha dentista tudo certinho, tinha quem olhasse as crianças, se eu precisasse sair eu pedia para um vizinho cuidar do meu filho ele cuidava até eu chegar do trabalho, quando vizinho não cuidava, outro cuidava e aqui logo que eu vim não tinha nada, não tinha como usufruir de nada e não tinha vizinho era você e você não conhecia ninguém, então era a gente mesmo que fazia tudo essas coisas. A segurança era muito fraca no começo, segurança nunca foi forte da Cidade Nova, né? Sempre deixou a desejar muito e a infraestrutura também sempre deixou, porque os presidentes de bairro nunca fez muito por nós, conflitos entre jovens, nunca deixei os meninos na rua, eu tenho dois filhos nunca foram sozinhos para o colégio, nunca deixava sozinhos, um meio de proteger eles, conflito tinha bastante. Não participo dos grupos do bairro, conheço o espaço da biblioteca, já fui assistir bastante ali, mas não que eu tenha participação, gosto de ver, gosto de assistir as coisas. O bairro precisa ainda de muita coisa, não temos asfalto quase 20 anos de bairro essa avenida sem asfalto, continua a insegurança, a violência ainda é muito forte. Para mim, graças a Deus, sempre fui bem atendida no posto de saúde, o transporte público melhorou 100 %, falta mais ainda porque é sempre cheio, né? Em vista do começo, está muito bom.



## ENTREVISTADA 5

Eu acho importante que as mulheres participem das políticas, porque as mulheres sabem mais o que precisa dentro da casa, dos filhos e também fora, porque elas sempre estão sempre conversando com todo mundo. Eu trabalhava no correio e falaram para mim do programa, porque eu morava de favor com minha irmã e aí eu batalhei, mas eu consegui o terreno. Eles não me deram nenhuma verba, eu tinha trazido R\$ 300,00 quando vim para cá para Foz lá do estado de São Paulo, o que meu esposo deixou para mim eu vendi e deu R\$ 300,00 naquele tempo, aí gastei com passagem, com criança que eram duas, aí viemos embora para cá e o que sobrou eu guardei, aí esse que eu guardei e com meu trabalho eu fiz um quarto, uma cozinha e um banheiro, aí eu entrei sem forro, fui fazendo aos poucos aí depois saiu o empréstimo da caixa econômica, aí peguei e fiz com ajuda do meu cunhado, eu fazia o concreto eu aterrei o terreno sozinha, eu passei massa corrida, agora paguei para pintar. Não posso reclamar do programa, eles falaram para mim, “espera que eu vou te dar coisa melhor”, eu falei “eu quero agora”. O medo maior que a gente teve, foi que tinha uma semana que a gente estava aqui roubaram nossas coisas. Transporte público normal eu não posso reclamar. Quando a gente veio morar aqui era terra, não tinha nada, era pouca gente que tinha no bairro e era um lamaçal e puro mato. A nossa casa não tinha piso. Passamos dificuldades normal como todos os outros lugares enfrentam. Antigamente todos os lugares que era novo passava por isso, de barro, até que venham as melhores coisas. Agora quando eles fazem os loteamentos eles fazem o asfalto. Todos os bairros eram assim para pior, nós temos é que agradecer, eu falo mesmo, o povo reclama do Cidade Nova, eu falo “o Cidade Nova é um dos melhores bairros que tem em tudo e eu brigo”. Eu participo do grupo da igreja, eu acho importante o espaço da biblioteca, só não deixo ainda minha neta ir, pois é pequena.

## ENTREVISTADA 6

Em minha opinião é muito importante a participação das mulheres nas políticas, porque nós mulheres temos um olhar diferente do lugar que moramos, né? Porque precisamos de ônibus, de escola e creche, de posto de saúde e muitas vezes as nossas vozes e opiniões não são ouvidas e é por isso que precisa de mais mulheres nas tomadas de decisão nas políticas. Como eu morava de aluguel a minha vizinha me falou do programa aí fui me inscrevi, fui selecionada e recebi um terreno e aí eu não fui morar no mesmo

instante, porque eu precisei construir e como eu morava de aluguel eu não tinha o dinheiro, né? Então eu precisei de ajuda de alguns colegas na construção, fizeram um mutirão para ajudar. No começo foi difícil porque a gente era privado de várias coisas, era falta de ônibus, não tinha calçamento, não tinha saúde nem escola perto e precisávamos levar nossos filhos para longe para estudar, faltava segurança e até mesmo a gente não tinha aquele vínculo com vizinho, onde eu morava a gente já conhecia todos eles e tinha todos os serviços públicos e no Cidade Nova a gente não tinha muita confiança nos mais próximos que foi com o tempo que foi acontecendo, né? Como não tinha asfalto muitas vezes tínhamos que usar sacolinha no pé para não sujar porque quando chovia e aí sujava o sapato e outra coisa eu já tinha meu serviço, mas quem não tinha foi mais difícil porque quando chegava nos locais que estavam precisando das pessoas para trabalhar e diziam que morava na Cidade Nova, ninguém queria arrumar emprego para essa pessoa, né? Foi muita dificuldade para essas pessoas que foram morar lá, todo mundo achava que aqui era um lugar diferente, como se fosse uma favela, mas não era isso todo mundo precisava de serviço, né? E tinha que sair mais cedo de casa para pegar ônibus que passava em horários muito afastados um do outro então a gente tinha que sair mais cedo porque os ônibus eram muito cheios e dificultava para nós que morava ali. No começo eu vivenciei sim muita violência, era nas ruas muita morte, até mesmo na minha casa nós fomos assaltados, por dois rapaz encapuzado cada um deles com uma arma, lembro de uma frase que sempre dava no programa policial “mas um corpo estirado no bairro Cidade Nova”. Foi um momento difícil, eu e minha família só saía para trabalhar ou para estudar ou a gente só sai em emergência para ir no médico ou ir no mercado não ficava do lado de fora de casa do portão, só dentro de casa, a gente não confiava nas pessoas, via com outros olhos, depois que nós passamos esse assalto foi muito difícil conviver. Hoje eu não participo de grupos no bairro, mas já participei, eu trabalhei no programa do EJA “alfabetização de jovens e adultos”. Eles não conseguiam os alunos para mim, eu que tinha que ir de casa em casa para fazer uma entrevista, perguntando se eles queriam participar desse programa, tinha bastante alunos, agora eu é que tinha que correr atrás dos alunos e materiais, porque muito deles não tinham dinheiro para comprar material, eu que tinha que conseguir, caderno e lápis. Quando faltava aluno eu voltava no local da moradia para perguntar porque estava faltando, se estava com algum problema. A biblioteca comunitária, eu acho que é um espaço fundamental né? Porque ali tem curso, até mesmo para jovem e adultos para os idosos podem ir lá conversar, tem as reuniões de bairro, podem procurar livros, os alunos da comunidade para fazer alguma atividade,

algum trabalho, então é importante a Biblioteca no local. Com a construção de novos bairros no entorno do Cidade Nova hoje em dia nós estamos precisando dos mesmos serviços que precisávamos, porque são mais moradores e os serviços de hoje estão sobrecarregados, como as escolas o posto de saúde, as creches, a segurança então mais moradores. Então esse serviços públicos que nós temos estão ficando pouco e pequeno para tanta gente.

## **ENTREVISTADA 7**

Eu acredito que o envolvimento da mulher nas políticas públicas é muito importante porque ela tem o conhecimento de fato sobre a família, as necessidades, o conhecimento sobre o que precisamos nos bairros, ela tem muito mais esse envolvimento, ela que convive com as crianças. No geral ela tem mais conhecimento, só que é muito difícil para a mulher participar da política, ao mesmo tempo que ela é a pessoa que mais conhece é a pessoa que tem mais dificuldade de participar exatamente porque a maioria das casas hoje em dia, isso é no Brasil inteiro, é a mulher que trabalha fora e que traz a renda para dentro de casa, então ela trabalhando fora e chegando em casa ainda tendo que fazer as atividades de casa, cuidar dos filhos da casa ela não tem tempo para poder participar e não há nenhuma política de ajuda a mulher para que ela tenha mais tempo disponível para fazer essa participação, esse seria meu ponto de vista, inclusive a questão até de as vezes ter um local para deixar as crianças ou um local que forneça vamos supor a janta, um local publico que ela possa deixar as crianças que possa ter janta para que esse tempo livre ela possa disponibilizar para participar, ou que seja até no mesmo local onde são feitos os projetos ou as conversas, que seja disponibilizado um espaço para as crianças e para alimentação para que ela possa ir tranquilamente fazer essa participação. No meu caso em particular, a minha mãe já tinha feito a inscrição no Fozhabita que era na época, lá todo ano as pessoas iam fazer uma inscrição. Então eu tinha conhecimento de que tinha esse programa, você se inscrevia e ficava aguardando numa fila para receber a casa, logo que eu pude eu fui e fiz a minha inscrição aguardar por um tempo, não lembro quanto tempo foi, mas foi quase um ano, e surgiu para mim a oportunidade, porque essa casa que eu tenho ela já era uma casa habitada do projeto Vila Rural e nesse projeto eles alteraram por ser uma área de cidade e criaram um projeto Vila Rural fora da cidade na área que é rural e retiraram as pessoas que viviam nessas casas que seriam urbanas né, então eu peguei uma casa que ela já era usada e ela já não estava mais em bom estado

e várias pessoas que estavam na minha frente nessa fila tinham vindo ver a casa, como ela era uma casa que já estava usada, tinha vidros quebrados, toda suja, uma casa que estava já bem deteriorada pelo uso da família anterior, então se não me engano veio umas 5 pessoas viu a casa e não quis, porque as pessoas que estavam na fila estavam esperando casas novas e essa casa já era uma casa usada e deteriorada. Daí chegou a minha vez, porque as pessoas recusaram eu vim ver mesmo ela estando feia, já bem usada, bem estragada eu acabei aceitando, porque eu tinha medo de não aceitar e depois não aparecer novamente oportunidade, eu aceitei ela assim e vim morar na casa do jeito que ela tava. Na época a maior dificuldade que eu encontrei aqui foi a parte de infraestrutura porque as ruas eram de terra não tinha calçamento, então ficava difícil em dia de chuva era muito barro, dia de sol era muita poeira e a questão de transporte, o ônibus ele vinha mas o tempo era muito demorado, o intervalo entre os horários do ônibus era muito longo. Além disso o ônibus vinha e ele passava e fazia toda volta no bairro São Sebastião ele quase ia na Vila C fazia a volta lá por cima então além do tempo dele vir ser muito prolongado a demora para ele fazer esse percurso e seguir era muito maior. Então a distância daqui para Vila Portes ou para o Centro que seriam as regiões com comércio melhor é muito grande além de ter essa dificuldade do tempo né? O postinho de saúde aqui na época só tinha um clínico geral então daí se você precisava de uma especialidade: pediatra, dentista e ginecologista eu tinha que ir lá para o Porto Belo, eu lembro que eu fui em ginecologista, marcava consulta lá no postinho de Porto Belo a ia lá para dentista, ginecologista, pediatra não tinha aqui, o postinho de saúde era só clínico geral e era só! A farmácia tinha que ir lá no posto da Vila C lá no Madeirão, era lá que era a farmácia que disponibilizava. Na época que eu vim para cá também a dificuldade era com a creche para conseguir, se eu não me engano foi um ano que eu levei para conseguir a vaga na creche e a sugestão que eu faria era que antes deles projetarem esse tipo de local para habitação que eles pensassem primeiro em fazer a infraestrutura. Porque apesar de ser uma comunidade pobre ou de pessoas de baixa renda, elas têm necessidades que devem ser atendidas, principalmente essa questão de infraestrutura, de transporte público adequado com o horário adequado a região por ser muito distante do centro e de outros bairros que teriam estabelecimentos comerciais. Então ela teria que ter um fluxo de transporte com menor tempo, as linhas serem adequadas para chegarem mais rápido. Então, hoje já são 17 anos que moro aqui, agora que estão colocando a rede de esgoto, a parte de infraestrutura do calçamento de você passar tantos anos andando no barro então teria que ser verificado isso antes de ser colocadas as pessoas para morar

no local. Eu vim para o bairro ele já tinha alguns anos que existia, mas a maior dificuldade que as pessoas encontraram aqui no início era realmente a infraestrutura e o transporte, fora isso a criminalidade que ainda é um grande problema aqui, a falta de policiamento, não há um policiamento ostensivo, então faz com que a criminalidade seja mais alta porque daí não há um setor da segurança aqui presente. As dificuldades que eu enfrentei aqui na verdade foi mais o transporte público pelo tempo e a distância, muito distante do centro então essa dificuldade também porque no bairro até hoje ainda não tem muita infraestrutura de comércio então tudo que você tem que comprar o que você precisa tem que buscar fora, então e ele por ser muito distante é muito ruim por isso aí se você tem no início o transporte também ele vinha até um determinado ponto, ele não passava aqui na frente ele vinha só aqui fazer a volta de quem tá muito longe para sacola de compras descer do ônibus andar de lá para cá, a distância é muito grande, o posto de saúde ele só fazer um pré-atendimento né. Eu não tinha o local para deixar minha filha tive que trazer a sobrinha da babá que cuidava dela no outro bairro que eu morava para ficar na minha casa para poder cuidar dela para eu trabalhar até eu conseguir uma creche ou alguma vizinha, então foi a maior dificuldade no início. Sai de um bairro que eu tinha toda a estrutura próxima para um bairro que eu não tinha nada próximo, porém como eu trabalho no centro eu pegava tudo lá, só que aí o transporte ficava muito longe tinha que andar muitas quadras com as compras né? No bairro o crítico que existiu e ainda existe é essa questão da violência, da falta de segurança, da falta dos órgãos de segurança presentes, e no meu caso a minha solução que eu encontrei foi ficar reclusa na minha própria casa, eu saio para trabalhar e quando eu volto entro dentro de casa fecho as portas e fico dentro de casa, não tenho contato com os vizinhos, pelo perigo, pelo risco e pela falta de segurança mesmo. Então assim tem muita violência, tem muitas mortes. No momento eu não participo de nenhum grupo no bairro, pela falta de tempo mesmo, trabalho o dia inteiro e a noite quando chego em casa tenho os afazeres da casa, então não consigo participar dos grupos do bairro NE. A Biblioteca Comunitária eu fiquei sabendo que ela existia já faz algum tempo eu achei muito interessante muito importante, é algo que eu gostaria que fosse mais ambientado para as crianças, que fosse mais incentivado, que o município desse mais estrutura para a biblioteca, fornecesse maiores recursos porque a biblioteca é muito importante para formação de qualquer cidadão principalmente da criança, mesmo que eu não vá na biblioteca, mas eu tenho praticamente uma biblioteca para o meu filho dentro de casa, tem muitos livros, incentivo muito, tanto que incentivava minha filha mais velha, como incentivo meu filho agora, ali para formação é muito

importante, então precisava de mais incentivo tanto dando mais estrutura como dando mais divulgação colocando para comunidade o quanto é importante. Na minha opinião o que o bairro ainda precisa seria o fornecimento de cursos técnicos, cursos de formação e cursos de línguas que fossem ofertados para crianças nos contra turno escolar, por que uma das causas desse número alto de violência e criminalidade no bairro é realmente o tempo que as crianças têm livre para ficar na rua, então se elas tivessem um programa de contra turno escolar no bairro, mas um contra turno escolar que elas não ficassem apenas brincando, mas que elas tivessem atividades um curso de informática, um curso de inglês ou alguma coisa assim que fosse servir para o futuro delas, mas que desde o início da faixa escolar pudesse participar mesmo crianças de 7 anos. “ahhh... mais é um curso de inglês apropriado para criança de 7 anos”, conforme a faixa etária um curso de informática apropriado para criança, um curso de artes de desenho, meu filho ele tem 7 anos ele adora desenho, tivesse um curso de artes no contra turno escolar para ele, ou com incentivo a música, mas que houvesse cursos para que essas crianças não ficassem na rua e não ficasse com tanto tempo ocioso, e que elas pudessem aprender coisas que fariam um diferencial para a vida delas quando adultas, né. Então esse para mim seria o que tá faltando que precisa ter ainda no barro.

## **ENTREVISTADA 8**

Eu acho importante a participação das mulheres na política, principalmente as habitacionais, porque elas têm um visão diferente dentro da sociedade, os homens não têm essa visão, porque quem leva a criança na escola geralmente é a mãe, quem precisa da creche é a mãe, a maioria das famílias hoje é chefiada por mulheres, não tem marido. Então as mulheres tem essa visão do que necessita: a escola, o posto de saúde, uma praça para as crianças passear, um parquinho decente, uma quadra de futebol, aqueles aparelhos de ginástica para uma qualidade de vida para a família não só para a mulher e para a criança, mas também para o idoso. Então é tudo isso, até a calçada quem anda com carrinho de bebe na calçada é a mulher, o homem não anda, se vai andar de bicicleta é no meio da rua. Então geralmente quem anda na calçada é a mulher, portanto a mulher dentro da política tem outras visões que os homens não conseguem enxergar. Eu tive acesso à inscrição das casas através da minha mãe, ela que me avisou que ia ter inscrição da casa e eu fiz o cadastro e sempre eu ia renovar esse cadastro e nunca deixei passar muito tempo para ir lá renovar sempre o endereço, o telefone para não

ter problema quando fosse chamado, só que esse cadastro demorou 8 a 9 anos para sair, não tô me recordando, e a gente foi sorteado na minha etapa foi umas 20 famílias que era uma quadra só de um lado da quadra e era próximo a Vila Rural, foi marcado a data para o sorteio dos lotes e aí nesse sorteio a pessoa escolhia o lote que ia ficar e depois desse sorteio aí foi marcado a data da construção que você podia pegar o cheque para construir, esses cheques eram entregues por etapas, o valor agora não me recordo, mas era entregue, por exemplo, para fazer a fundação você recebia o dinheiro para o material necessário e o pedreiro e depois o fiscal olhava se estava pronto a e repassava os outros cheques até o final da construção. A crítica que eu tenho a respeito do processo de seleção foi que tiraram a gente do bairro que morávamos para colocar em um bairro bem distante da minha família, como eu tinha criança pequena eu dependia da minha mãe e dos meus vizinhos para me ajudar, minha mãe morava no Morumbi e eu fui morar do outro lado da cidade, na época eu tinha que pegar dois ônibus e não era integrado, eu tinha que pagar quatro passagens para ir e voltar da minha mãe, era muito difícil para eu trabalhar na época até, então eu tive que pagar alguém para cuidar da minhas crianças porque não tinha como eu trabalhar, não tinha creche, não tinha escola no bairro, uma das minhas filhas estudava na Unioeste, a outra teve que estudar no Carmelita, porque na época não tinha no Porto Belo. Eles colocaram pessoas de várias favelas junto com pessoas de bairro que não sabia conviver com essas pessoas. Eu ainda tive sorte que eu morei na parte debaixo do Cidade Nova, lá tinha o pessoal que veio de outros bairro também, mas o pessoal da parte de cima tiveram muito problema, teve muita morte, porque colocaram favela da Marinha, do Cemitério e do Monsenhor, tudo num lugar só, tudo próximo. Então no Cidade Nova teve muita morte devido a essas brigas entre favelas. Colocaram a gente no bairro sem infraestrutura, a gente tinha que sair de casa com sacolinhas no pé quando chovia, porque o ônibus não passava perto, tanto é que a primeira reunião de moradores que eu participei, que elegeu o presidente de bairro, a primeira coisa que pedimos para esse novo presidente era para vitalizar a rua, fazer a manilha do riozinho que impedia a passagem do ônibus, que passava por fora do bairro. Depois que fizeram essa manilha ali, passaram um cascalho lá, aí ficou um pouquinho melhor, o ônibus já passava dentro do bairro. Em relação ao posto de saúde funcionava numa casinha, só tinha um clínico geral para o tanto de gente que foi para lá. Então assim eram pessoas que não tinham condições, porque as pessoas que moravam nas favelas eles não pagavam passagem, tinham tudo, então eles acabaram voltando para o lugar que eles foram tirados, a maioria das pessoas venderam suas casas e voltaram a

morar na favela de novo, porque não tinha condições de se manter, não foi criado nada para a comunidade se manter naquele lugar, então assim, era tanta dificuldade que eles passavam ali, violência, tudo... Que tava pior do que quando eles moram na favela, eles acabaram fazendo o que? Voltaram para favela. Eu saía de casa de manhã, não sabia se eu ia chegar em casa e encontrar alguém com bala perdida dentro de casa, foi muito difícil e a polícia quando você chamava e falava que era do Cidade Nova nem ia. Então assim, escola longe, tudo longo e tinha que pegar dois ônibus, ficou muito difícil. A questão de violência no bairro, todo dia a gente escutava tiros, pessoas mortas, acerto de contas, né? A gente economizou o máximo que podia, eu passei comendo miojo porque eu dava comida só para minhas filhas para poder construir o muro da minha casa, o meu vizinho entrou com a mão de obra de um lado, o outro vizinho não podia pagar eu paguei todo o muro e construir o muro, cerquei toda a casa em 5 meses eu tava com a casa cercada. Era uma insegurança muito grande morar lá, não pelas pessoas da rua porque a gente pegou uma convivência, né? Mas você não tinha paz, porque era muito assalto. Eu não participo de grupos no bairro. Eu acho importante uma biblioteca Comunitária no bairro, porque é onde a pessoa pode estudar né? Quem faz concurso. Hoje em dia mesmo, quem não tem internet? Todo mundo tem internet e pode acessar e tem as resposta ali, mas a criança ela buscando nos livros, não só criança, mas o adulto também, ela buscando nos livros eu aprendi assim a pesquisar nos livros não só apertar no Google e achar a resposta então é interessante a criança aprender a procurar, porque quando era pequena eu tinha que sair do meu bairro ir lá no centro para ir na biblioteca, a gente não tinha livro em casa porque os livros eram caríssimos. E as crianças tendo o livro na biblioteca não só para pesquisar, mas também para leitura. O Cidade Nova é um bairro que as pessoas ainda são muito pobres e não tem condições de comprar um livro todo mês para o filho, então seria interessante para incentivo a leitura. Eu acho que o Cidade Nova, não só ele, mas em todos os bairros de Foz do Iguaçu precisa de mais creche, porque demora muito para construir uma creche e nasce criança todo dia, então assim, Foz do Iguaçu é uma cidade que está em crescimento ainda e aqui como tem muitas pessoas de baixa renda e pessoas que não têm instrução, nenhuma mulher tem dez filhos hoje porque ela quer gente, é porque não tem instrução, geralmente não tem estudo e essas pessoas precisam de mais apoio e eu não vejo isso da gestão pública. E no bairro eu acho que precisa de um contra turno para as crianças maiores, porque hoje não pode trabalhar com 16 anos, só como menor aprendiz, e o adolescente fica a tarde inteira sozinho em casa, sai para rua e se não tiver um lugar que ele possa ficar, eu acho





que o que falta nesses bairros pobres seria um lugar para que as crianças ficar a tarde aonde elas não teriam contato com coisas erradas na rua entendeu? Não seria só o esporte, poderia ser música, alguma outra coisa.

**ANEXO**

2002 FÉLIX  
 ANO ESPECIAL DO ECOTURISMO

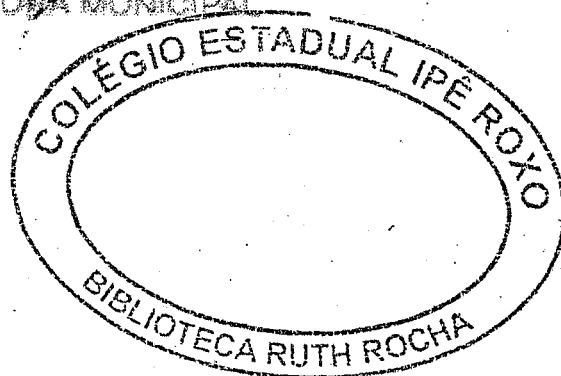
EXIBIÇÃO  
 (10)  
 41032881  
 378/1031  
 50623  
 PRO-ESCOLO



  
**turismo**  
 0800-45 1516  
 Fundação Turismo Foz do Iguaçu



PREFEITURA MUNICIPAL



# PROJETO CIDADE NOVA

FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ

PREFEITO HARRY DAIJÓ

  
**COHAFOZ**  
 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU  
*Mais casa para gente mais feliz!*



PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITO MUNICIPAL: HARRY DAIJÓ

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU - COHAFOZ

Diretor Presidente: EDSON MANDELLI STUMPF

Diretor Administrativo e Financeiro: CELSO RIOS

Diretor Técnico: EDSON GASPAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Secretário: ELSÍDIO EMÍLIO CAVALCANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretário: IRANI GARCIA

COMPANHIA DA HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR

Diretor Presidente: RAFAEL BERNARDO DELY

## 1. Foz do Iguaçu

No extremo oeste do estado do Paraná, nas proximidades da confluência dos rios Iguaçu e Paraná, encontra-se a cidade de Foz do Iguaçu (foto 01). As suas belezas naturais e a localização estratégica, numa tríplice fronteira com a Argentina e o Paraguai, firmam Foz do Iguaçu como uma das mais importantes cidades brasileiras.

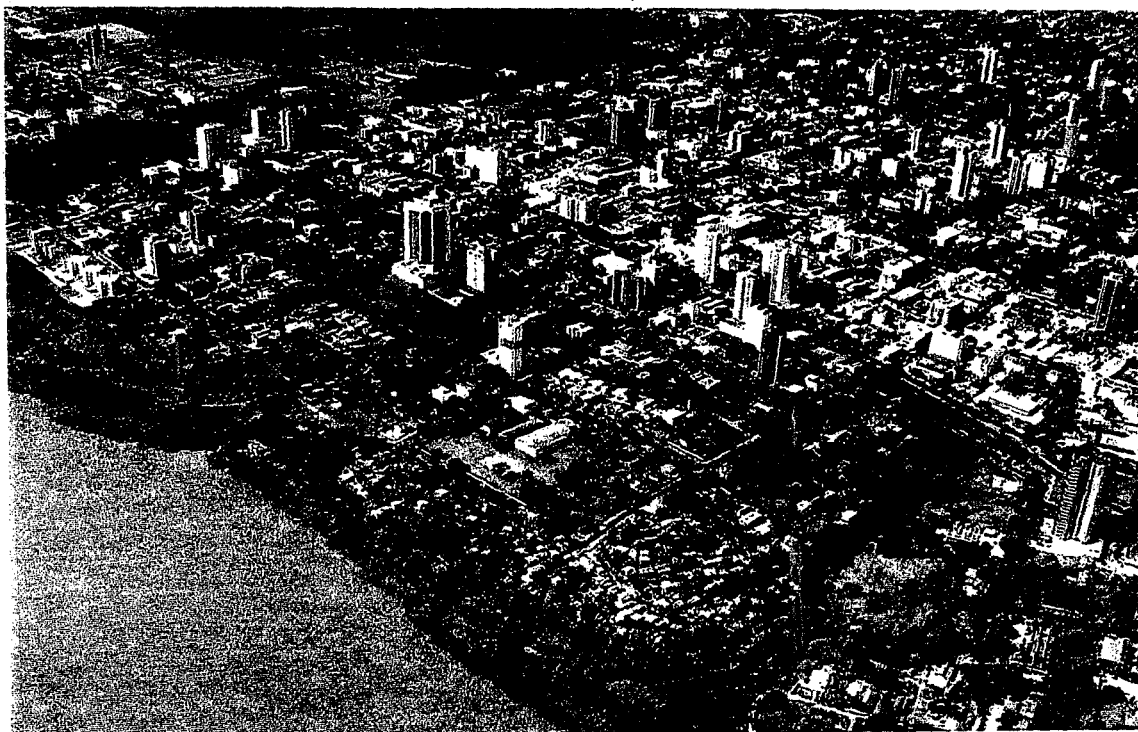


foto 1

Se Deus foi generoso ao premiar o município com um dos mais belos espetáculos da natureza, as Cataratas do Rio Iguaçu (foto 02) com seus 275 saltos, o homem, por sua vez, domou as águas do rio Paraná com a construção da barragem de Itaipu (foto 03), a maior hidrelétrica do mundo com capacidade de geração de 12,6 milhões de KW, dois importantes pontos turísticos do País.

A área territorial total do município de 428,7 Km<sup>2</sup> é assim distribuída:

Área Urbana.....	248,50 Km <sup>2</sup>
Área Rural.....	57,20 Km <sup>2</sup>
Área do Parque Nacional..	106,60 Km <sup>2</sup>
Área de Itaipu.....	16,40 Km <sup>2</sup>

O início do povoamento efetivo da região deu-se por volta de 1888 quando nela habitavam, segundo o historiador Romário Martins, 324 pessoas.

O primeiro ciclo econômico ocorreu ainda nas décadas de 30 e 40, com a extração de erva-mate. Alguns anos mais tarde, modestamente a atividade turística começava a ganhar corpo com a construção dos primeiros hotéis na cidade.

Foi a partir do início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, em 1974, que Foz do Iguaçu experimentou uma fase de crescimento e uma explosão demográ-

fica. A população da cidade subiu de 30 mil habitantes, em 1970, para 150 mil, em 1995. No auge da construção da usina, pelo menos 40 mil operários foram incorporados aos habitantes locais.

A construção da maior usina hidrelétrica do mundo ajudou a promover turisticamente a cidade e, de forma indireta, seu maior atrativo, as Cataratas do Iguaçu. Dezenas de hotéis foram construídos para atender a crescente demanda de visitantes nacionais e estrangeiros. A rede hoteleira ampliou-se ainda mais com o terceiro ciclo econômico de Foz: o turismo de compras, que cresceu vertiginosamente a partir da segunda metade da década de 80.

Hoje, Foz é um dos principais pólos turísticos do país e a quinta maior cidade do estado do Paraná com cerca de 250 mil habitantes formados por mais de 20 etnias

diferentes, como as colônias árabe, chinesa, coreana, italiana, portuguesa, alemã, japonesa e tantas outras, que incorporaram-se à

população local formando uma verdadeira miscelânea de raças e costumes que convivem harmoniosa e pacificamente.



foto 2

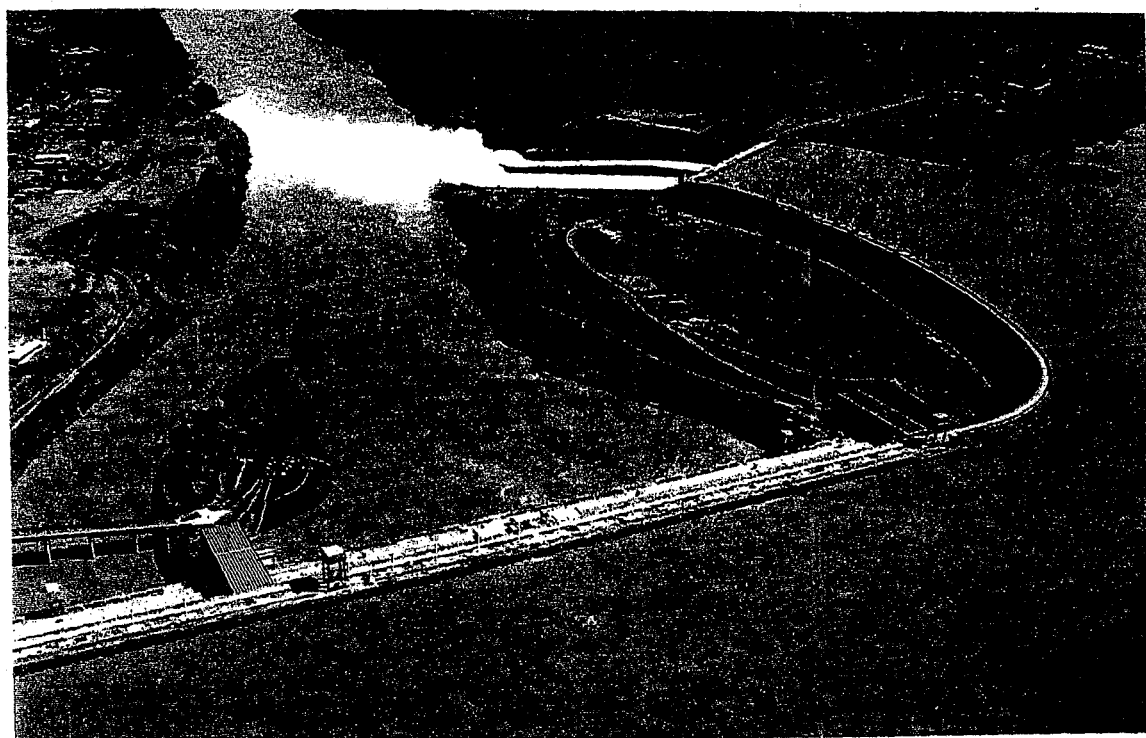
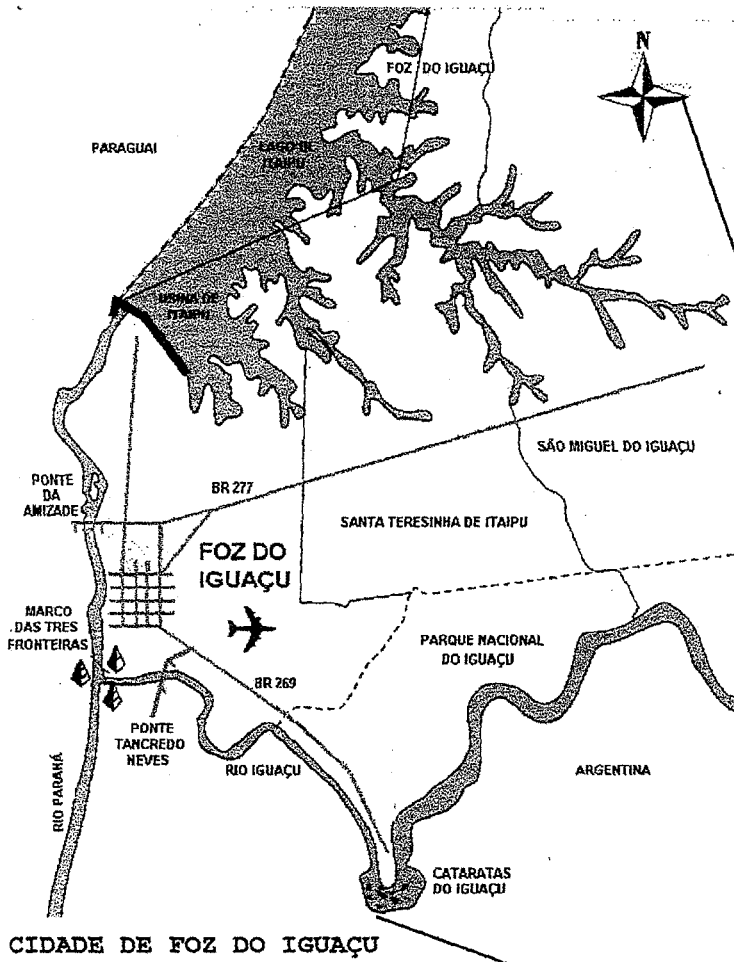
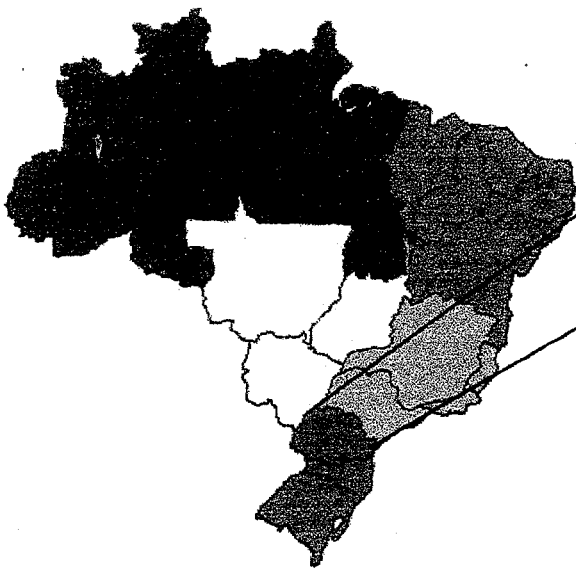


foto 3



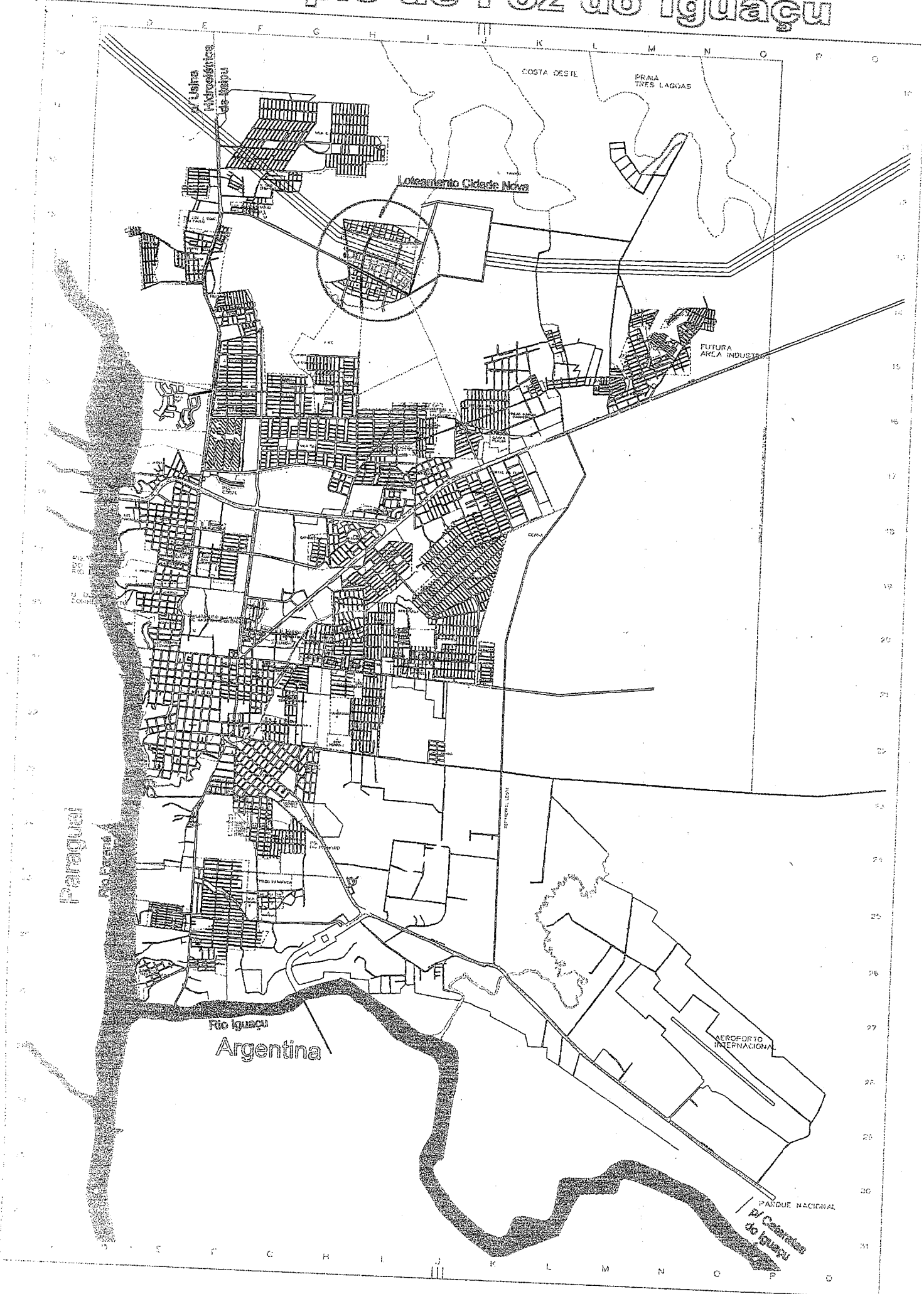
CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ



MAPA DO BRASIL

# Município de Foz do Iguaçu





## 2. A questão habitacional



Favela Monsenhor Guilherme

O problema habitacional não só de Foz do Iguaçu, como o de todo o país, liga-se a um sistema de causas que transcende o âmbito do setor. Políticas de crédito agrícola, incentivos à indústria, entre outros, repercutem diretamente na renda familiar e nos movimentos migratórios, alterando a demanda e as condições de acesso as moradias. Em Foz, particularmente, a inserção do município numa região fronteira torna a economia e, conseqüentemente, a renda das famílias sujeitas, também, às alterações políticas e econômicas ocorridas nos países vizinhos.

Isto, aliado ao ritmo acelerado do crescimento populacional e a falta de uma coordenação planejada da evolução urbana por parte do poder público, resultou num processo conturbado de urbanização.

### 2.1 - A Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu - COHAFOZ.

Em busca de soluções para a crise habitacional, cujo déficit atual gira em torno de quinze mil moradias, sendo que destas pelo menos sete mil são em favelas, foi criada em

1993, a Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu - COHAFOZ, sociedade de economia mista em cuja constituição de capital comparece o Município com 98%.

A partir de 1997, quando assumiu a administração municipal o prefeito Harry Daijó, houve uma completa reorganização da COHAFOZ, adequando-a, técnica e administrativamente, à magnitude do problema a ser enfrentado. Diante deste contexto, o Governo Municipal, através da COHAFOZ, passou a se posicionar como diretor das ações do setor habitacional priorizando o atendimento das populações mais necessitadas, mas incluindo, também,

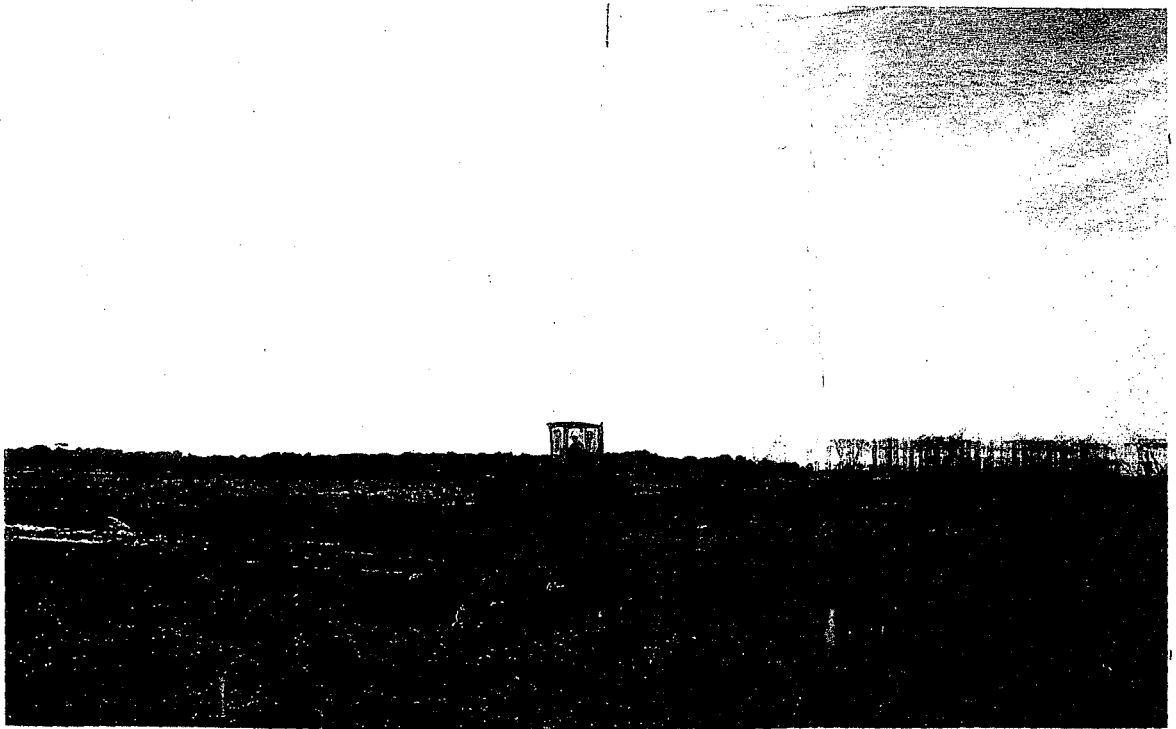
alternativas para a população de maior renda, para que esta não passe a competir nas soluções concebidas para a população carente.

## 3. O projeto "Cidade Nova"

Buscando uma rápida resposta ao crescente acirramento dos movimentos populares reivindicatórios, foi concebido o projeto do loteamento "Cidade Nova". Sob a coordenação da COHAFOZ, com participação importante da Secretaria Municipal da Coordenação e Planejamento e da Companhia de Habitação do Estado do Paraná-COHAPAR, o Cidade Nova está sendo projetado para atender, após concluído, cerca de 4.500 famílias que aspiram a sua casa própria.

### 3.1 - Localização, Topografia e Confrontações

Compreende a área do projeto em uma gleba de terras com dois milhões de metros quadrados localizada na região norte do município cujo acesso se dá por rodovia com pavimentação asfáltica a aproximadamente



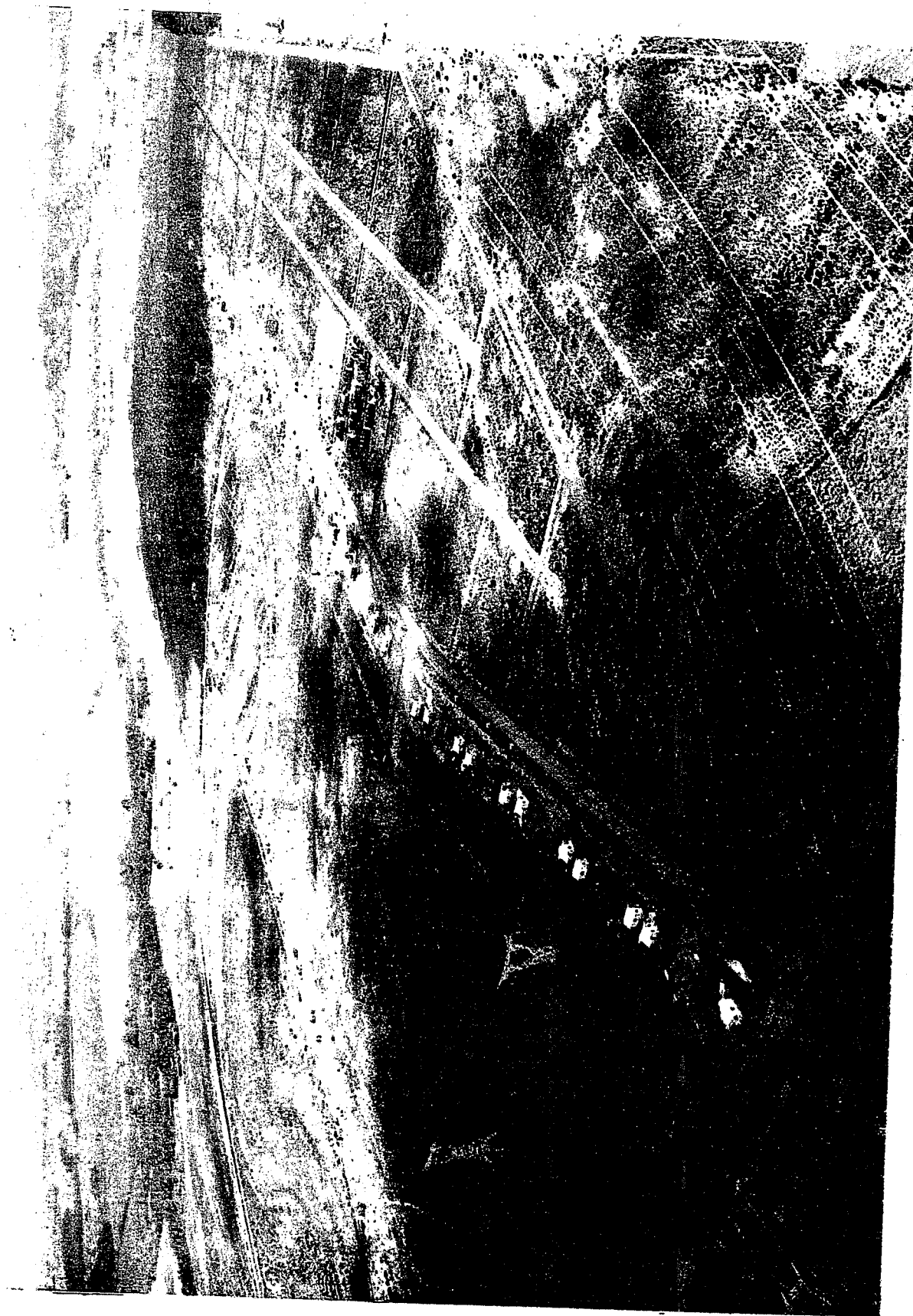
Vista parcial da área do projeto

10,5 Km do centro (cerca de 20 minutos em transporte coletivo ou 10 minutos em automóvel) e a aproximadamente 1,0 Km do campus da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE. A topografia é praticamente plana em sua parte mais ao norte, onde confronta-se com áreas particulares atualmente ocupadas para cultura de soja ou milho. Torna-se levemente inclinada na sua região central e mantém-se com declividade pouco acentuada (inferior a 10%) até sua extremidade sul onde faz divisa com o Rio Mathias Almada, pequeno afluente do Rio Paraná. A área é cortada em sua região central no sentido leste-oeste por uma faixa de servidão com aproximadamente 425.000 metros quadrados por onde passam as linhas de transmissão de energia gerada na Usina Hidrelétrica de Itaipu em direção à Subestação de Furnas que confronta-se com a área do projeto em sua divisa leste. A oeste confronta-se com o loteamento Universitário das Américas II, destinado à classe média baixa cuja ocupação se acentuou após o início das obras do Cidade Nova.

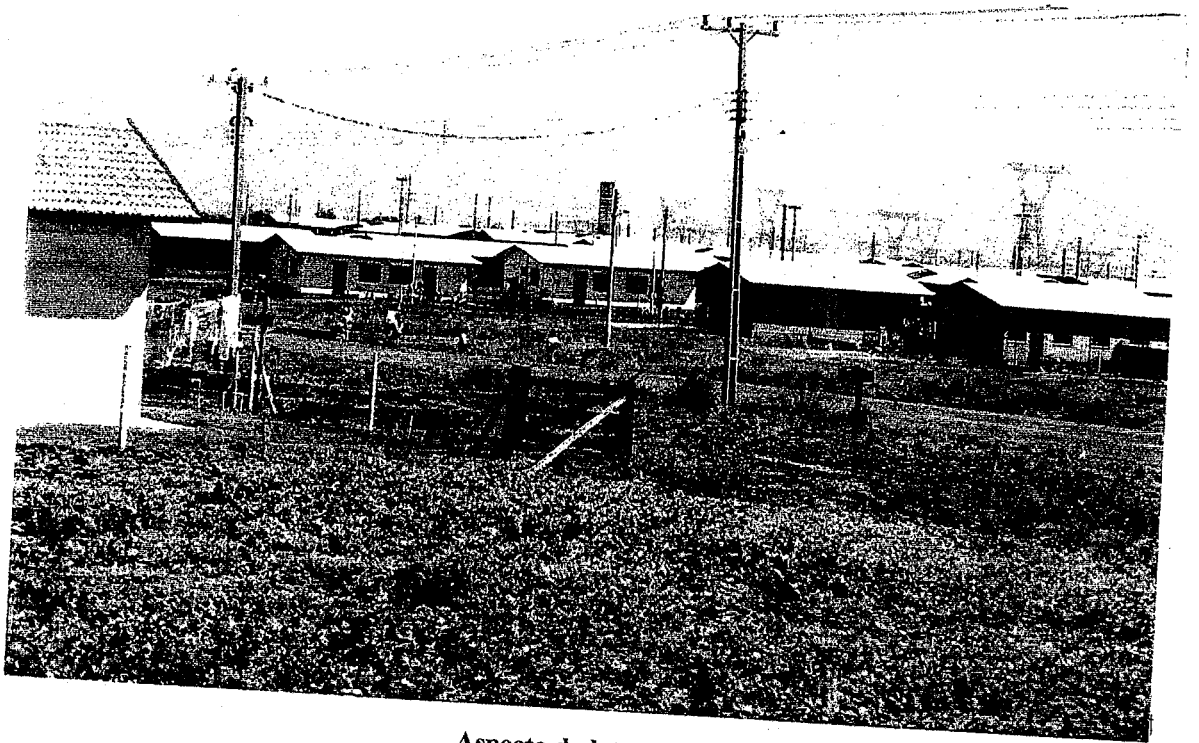
### 3.2 - O Projeto

A preocupação básica na concepção do partido urbanístico do loteamento Cidade Nova foi de integrar o novo projeto à paisagem urbana e ao sistema viário básico do município. O partido urbanístico do loteamento Cidade Nova teve desde a sua concepção básica a preocupação em integrar o novo loteamento. Foram projetadas três avenidas na direção norte-sul e outras três na direção leste-oeste com largura total mínima de 23 metros e duas vias de tráfego, que se interligarão a outros importantes corredores urbanos proporcionando fácil acesso a qualquer região do município. As demais ruas terão largura mínima de 12 m e pavimentação adequada ao tráfego local.

A diversificação no projeto das moradias e a preocupação de atendimento de diferentes classes de renda busca fugir do conceito tradicional dos projetos habitacionais, onde a padronização das residências não considera as diferentes necessidades de cada família beneficiada. O perfil arquitetônico diversificado permite,



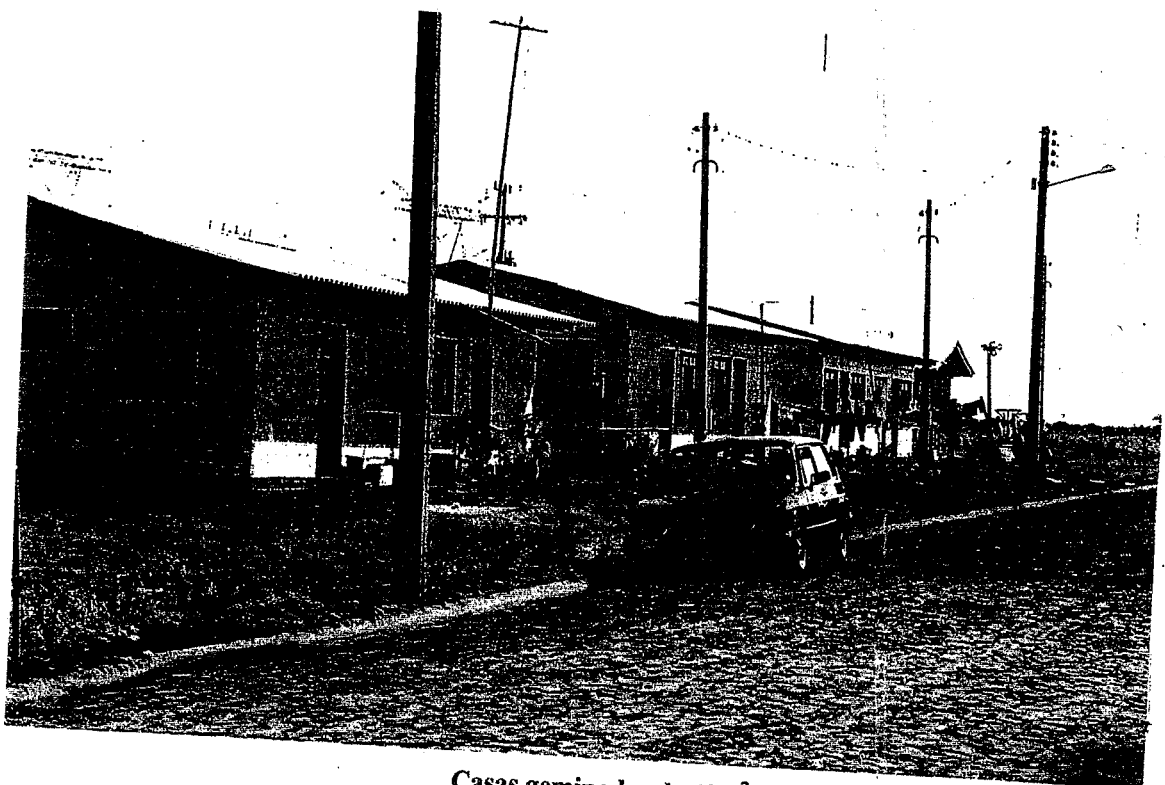
Vista aérea da região do Cidade Nova



Aspecto do loteamento

também, o crescimento ordenado e planejado do novo bairro sem, no entanto, tirar-lhe o aspecto de crescimento natural da cidade.

Toda infra-estrutura básica como abastecimento de água potável, energia elétrica, pavimentação, iluminação pública, os



Casas geminadas de 40m<sup>2</sup>

serviços públicos essenciais de coleta de lixo, transporte coletivo bem como os equipamentos urbanos tais como creches, escolas centros de saúde, módulos policiais e centros comunitários serão gradativamente implantados obedecendo a um cronograma de ocupação previamente estabelecido.

Para facilitar o detalhamento e execução do projeto, o mesmo foi dividido em cinco etapas, a saber:

### 3.2.1 - Cidade Nova - primeira etapa

É a região mais elevada de toda a área, constituída de 311.000 metros quadrados ao norte das linhas de transmissão de energia elétrica da usina hidrelétrica de Itaipu, onde foram projetados 623 lotes individuais, 422 apartamentos em condomínios além de áreas reservadas ao comércio e áreas públicas.

Esta etapa teve início em janeiro de 1998 sendo que até o mês de fevereiro de 1999 estarão concluídas aproximadamente 450 casas de diversos padrões.



Família reassentada na Vila Rural (antes/depois)



Família reassentada na Vila Rural (antes/depois)

### 3.2.2 - A Vila Rural

A Vila Rural é um projeto diferenciado que visa o aproveitamento agrícola da área ocupada pelas linhas de transmissão de energia elétrica. São duas faixas totalizando 245 lotes voltados para duas avenidas paralelas aos limites norte e sul da faixa de servidão. Entre estas duas faixas, ou seja, sob o "linhão", onde o uso do solo é restrito, o terreno foi subdividido em 78 lotes de aproximadamente 5.000 metros quadrados. Estes lotes são destinados à exploração agrícola, principalmente hortaliças, por famílias moradoras do local. Este projeto é oriundo de uma parceria entre o Município de Foz do Iguaçu e o governo do Estado do Paraná, que através da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR financiou as 78 casas enquanto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente coordena a parte agrícola.

É importante salientar o alcance social deste projeto uma vez que além de proporcionar moradia, também gera emprego e renda às famílias beneficiadas.

### 3.2.3 - Cidade Nova II - segunda etapa

Esta segunda etapa que já está em execução localiza-se entre a rodovia de acesso a subestação de Furnas e a Vila Rural. Diferencia-se da primeira etapa pois além dos lotes urbanos em número de 681, das áreas para condomínios com previsão para 729 apartamentos e das áreas comerciais e públicas, conta também, com 57 lotes destinados a pequenas indústrias. Estima-se que nestas indústrias serão gerados cerca de 250 empregos para a população local.

### 3.2.4 - Cidade Nova III - terceira etapa

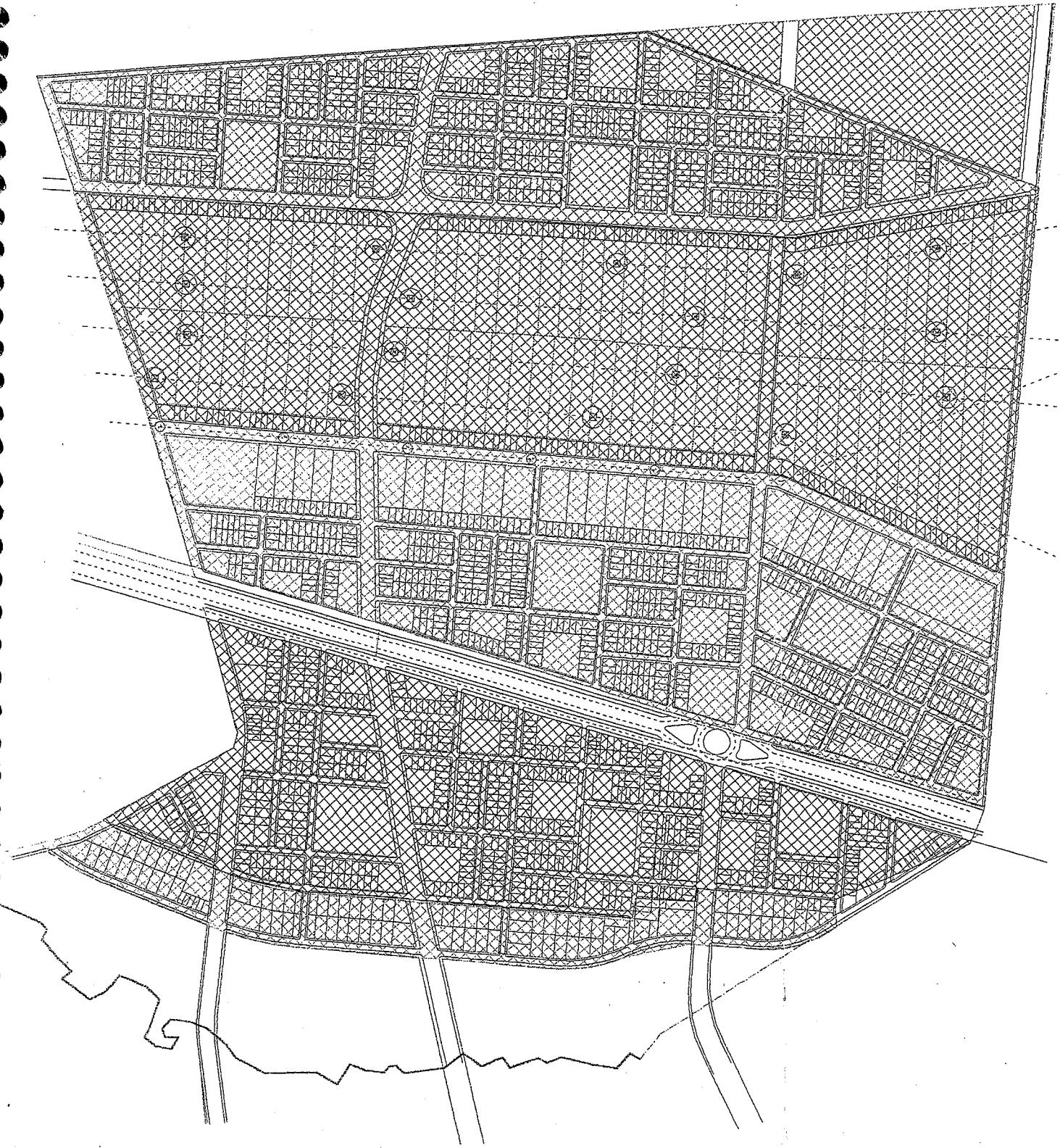
São aproximadamente 600.000 metros quadrados ao sul da rodovia de acesso a subestação de Furnas, até as margens do rio Mathias Almada. O projeto final desta etapa ainda não está completamente definido mas basicamente será dividido em três regiões distintas.

#### 3.2.4.1 - Parque Linear

Ao longo do rio Mathias Almada, em uma faixa de 150 m de largura média será criado o Parque Linear do Rio Almada com o objetivo de preservar a vegetação nativa e a

1ª Etapa  
Vila Rural  
2ª Etapa

Zona de Verticalização  
Vila Solidária  
Parque Linear



mata ciliar bastante abundante no local. Serão implantados, também, equipamentos públicos para recreação e lazer.

### 3.2.4.2 - Zona de verticalização

Paralelamente ao Parque Linear, com uma largura média de 80 metros, será criada uma faixa de lotes de tamanhos variados para a construção de edificações de 7 a 10 pavimentos. Serão projetados diversos edifícios de apartamentos com um, dois e três dormitórios cujo público alvo são as famílias de renda superior a 12 salários mínimos.

### 3.2.4.3 - A Vila Solidária

Projeto piloto com esforço de uma parceria constituída a partir da primeira CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.

Objetiva fazer uma experiência de construção coletiva envolvendo a sociedade civil organizada para gerir esse novo embrião de vila alternativa que visa promover a **solidariedade** entre os moradores desse projeto.

Organizados em uma Cooperativa de consumo e produção em auto construção e outros gêneros, essa vila coíbe iniciativas privadas a explorar nem uma atividade econômica.

A vila solidária será de 500 lotes podendo ela abrigar até mil moradores se conseguirmos recursos para fazer casas geminadas de um andar acima do térreo.

Essas casas serão construídas em regime de auto construção, com tecnologias apropriadas, com a implantação de uma usina de entulhos de material de construção para produzir os blocos a serem usados na construção, também esse projeto inclui uma serralheira e marcenaria para produzir as aberturas e as estruturas do telhado das casas.

Enfim esse projeto visa gerar trabalho e renda para os moradores da comunidade.

## 4. - Projeto Social

A COHAFOZ - Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em

parceria com a Caixa Econômica Federal, apresentam este Programa de Ação Social, cumprindo sua parcela de contribuição em prol de uma vida mais digna para a população oriunda de aglomerados sub-normais, que por vários anos habitaram às margens do Rio Paraná, formando entre outras, a favela Monsenhor Guilherme. Hoje, beneficiando-se de programa habitacional destinado a usuários de baixa renda, muitas famílias transferem-se para o bairro Cidade Nova.

As famílias, compostas em sua maioria por homens e mulheres que, atraídos para a fronteira em busca de melhores condições de vida e de trabalho, acabaram por tornar-se força de trabalho excluída do mercado formal, sobrevivendo de subempregos (catadores de papel e latinhas, "laranjas" (transportadores de mercadorias que outros adquirem no Paraguai acima da cota permitida, cruzando com elas a Ponte da Amizade e, as vezes, levando-as até outros locais/cidades/estados), diaristas, empregadas domésticas, trabalhadores braçais).

Pela facilidade do acesso de marginais e contraventores, crianças e adolescentes habituaram-se a conviver com o roubo, as drogas, a violência.

Portanto, entendemos que não basta mudar o local de moradia, é preciso um trabalho social consistente, capaz de permitir a essa população o resgate da auto estima, da capacidade de discernimento, da cidadania.

Por outro lado, sabemos que os resultados deste trabalho serão melhores e mais rápidos na mesma proporção em que pudermos contar com o apoio de outras secretarias municipais e outros órgãos e instituições públicas e privadas.

### 4.1 - Programa de Promoção Social

Consiste no planejamento e desenvolvimento de atividades que contribuam para o aumento da renda familiar a curto, médio e longo prazo. Tem como objetivos gerais:

- estimular a vida em grupo, favorecendo as relações interpessoais;
- criar condições para que os participantes das atividades



- expressem sua vida afetiva e intelectual, sob diferentes formas, contribuindo para o desenvolvimento do seu potencial criativo;
- estimular os participantes a desenvolverem uma consciência mais real de suas potencialidades e contribuir para o resgate da cidadania.

#### 4.1.1- Projetos

##### 4.1.1.1 - Organização e acompanhamento de cursos

###### Objetivos específicos:

- estimular atitudes reflexivas diante das questões do dia a dia (família, vizinhança, convivência em comunidade);
- oferecer alternativas para o aprendizado e/ou aperfeiçoamento de atividades lucrativas.

###### Atividades propostas:

- cursos específicos para cada grupo de moradores (senhoras, homens, adolescentes, crianças) ou mistos, dependendo dos interesses demonstrados;
- aulas de ginástica, iniciação esportiva e outras formas de expressão artística.

###### Como fazer:

- levantamento de interesses através de reuniões, visitas domiciliares, contatos informais;
- organização dos grupos de interesse;
- contato com "professores", dando preferência aos próprios moradores quando capacitados para determinados cursos (pão caseiro, flores artificiais, doces caseiros);
- os outros profissionais deverão ser solicitados a outras secretarias e/ou entidades do município;
- divulgação dos cursos implantados através de boletins informativos e cartazes;

- abertura de inscrições;
- acompanhamento constante dos grupos, pelos técnicos da área social à disposição da COHAFOZ, que deverão avaliar, levantar questões de interesse da comunidade, estabelecer debates etc.;
- sempre que possível relacionar o curso com campanhas educativas (higiene, organização doméstica, doenças sexualmente transmissíveis e outros, com o apoio de recursos externos (postos de saúde, vigilância sanitária e profissionais que se disponham a contribuir com o projeto);
- motivar e sensibilizar os participantes para outras atividades de interesse da comunidade (promover gincanas que tragam benefícios à comunidade como por exemplo, plantio de árvores, organização de biblioteca, construção de áreas esportivas).

###### Quando fazer:

A partir da 2ª quinzena de setembro e durante o ano todo, aperfeiçoando e ampliando cada vez mais o leque de alternativas oferecidas e o número de participantes.

##### 4.1.1.2 - Oficinas de aprendizado

Para jovens e adultos:

- conserto de eletrodomésticos;
- fabricação e conserto de móveis;
- artesanato em madeira e/ou outros materiais recicláveis;
- outros, de interesse da comunidade.

###### Objetivos específicos:

- proporcionar aos participantes condições de aprendizado de atividades produtivas;
- proporcionar aos participantes mais oportunidades de participação, aumentando gradativamente o grau de autonomia na execução das atividades;
- criar condições para que o aprendiz estabeleça seus próprios critérios de

avaliação de progressão, sem perder de vista os objetivos a que se propôs;

- criar condições para que o participante compartilhe de experiências em comum, estimulando a espontaneidade;

#### **Atividades propostas:**

- levantamento de interesses através de reuniões, visitas domiciliares e contatos informais;
- contratação e/ou solicitação de profissionais nas áreas escolhidas;
- montagem das oficinas;
- campanhas para arrecadação de matéria prima (para o caso de oficinas de trabalho com material reciclável);
- especificar atividade após escolha das oficinas consideradas prioritárias pela comunidade e com condições concretas de serem implementadas;
- contatos para exposição e venda dos produtos do trabalho.

#### **Como e quando fazer:**

- a partir da 2ª quinzena de setembro e durante o ano todo, em horários compatíveis com a disponibilidade dos grupos;
- aproveitar todas as oportunidades para discutir e informar sobre os assuntos de interesse do grupo;
- iniciar e desenvolver o aprendizado de como calcular o custo do serviço executado (valor final do produto);

#### **4.1.1.3 - Escola de construção civil**

##### **Objetivos específicos:**

- as parcerias implantadas no Programa Habitacional Cidade Nova, com a COHAPAR, Caixa Econômica Federal, possibilitaram variantes em metodologias construtivas importantes para o cidadão
- a preocupação em otimizar a utilização dos recursos destinados à construção da moradia popular, democratizando as decisões do

mutuário nas suas relações de proprietário do crédito concedido, criou-se o sistema da auto construção.

- entretanto, muitos mutuários contemplados ao receberem os recursos para aplicação em mão de obra, apesar de desempregados, não tinham nenhuma qualificação para desenvolverem qualquer atividade ligada à construção civil. Desta forma tiveram que tercerizar os serviços.
- a Prefeitura de Foz do Iguaçu, através da COHAFOZ, implanta a Oficina de Ensino para construção civil, cujos objetivos visam o ensino e a profissionalização das pessoas iniciantes na área, gerando oportunidades de serviço com melhor qualidade.
- público alvo: contemplados no programa (titular e familiares).
- matérias curriculares: matemática básica; pesos e medidas, líquidos, sólidos em área e volumes métricos; segurança no trabalho; desperdício, um gasto inútil, economia com qualidade; noções de topografia; conceitos de alvenaria, massa, argamassa, alicerce, pisos, paredes, revestimentos; hidráulica e saneamento; eletricidade; cobertura e esquadrias; técnicas de pintura; noções de paisagismo.

#### **4.1.1.4 - Horta, jardinagem e cultivo de plantas medicinais**

##### **Objetivos específicos:**

- formar mão-de-obra especializada abrindo alternativas de trabalho no mercado formal e/ou informal;
- introduzir hábitos saudáveis na alimentação das famílias residentes no local;
- contribuir para aumentar e/ou despertar o interesse para o conhecimento das ervas medicinais e suas propriedades curativas;
- desenvolver o sentido coletivo (comunitário) e o senso de responsabilidade.

### **Atividades propostas:**

- noções teóricas e práticas sobre plantio e manuseio de plantas (hortaliças, ornamentais, medicinais);
- preparo do local para o plantio;
- plantio e tratos culturais;
- colheita e comercialização do excedente;
- divisão do produto entre os participantes;
- concursos de hortas caseiras com instituição de prêmios.

Deste projeto deverão surgir outros como curso de culinária básica e utilização de ervas medicinais, fabriquetas de doces caseiros (mamão, abóbora seca, batata doce, banana etc.)

### **Como e quando fazer:**

- motivação da comunidade através de reuniões, visitas domiciliares, cartazes e outros;
- solicitação de área para a atividade;
- abertura de inscrições e formação dos grupos de trabalho;
- contato com secretaria municipal da agricultura, EMATER, para solicitar apoio técnico e matéria prima (sementes, mudas e insumos).

#### **4.1.1.5 - Atividades ocupacionais com crianças e adolescentes**

##### **Objetivos específicos:**

- ocupar o tempo ocioso da criança e do adolescente, tirando-os das ruas;
- contribuir para o desenvolvimento da criatividade;
- criar condições para que os participantes compartilhem de experiências em comum, estimulando a espontaneidade e a alegria;
- desenvolver o sentido de responsabilidade e o senso crítico;
- oferecer condições para que os participantes desenvolvam o sentido de organização, do estético e a busca do belo.

##### **Atividades propostas:**

- acompanhamento das tarefas escolares;

- iniciação ao teatro;
- atividades circenses;
- artesanato com sucatas;
- jogos e brincadeiras;
- iniciação nas várias atividades esportivas.

### **Como e quando fazer:**

- reuniões para motivação e levantamento de interesses;
- inscrições;
- captação de recursos humanos, materiais e físico para a implementação das atividades.

A partir de outubro de 1998.

## **4.2 - Programa de ação comunitária**

Consiste na realização de medidas que visem desenvolver na população o sentido de pertencer ao seu bairro, fazendo com que este se assemelhe o mais possível a uma comunidade.

### **4.2.1 - Projetos**

#### **4.2.1.1 - Organização e assessoria à associação de moradores**

##### **Objetivos específicos:**

- estimular a vida em grupo, favorecendo as relações interpessoais;
- proporcionar o desenvolvimento de atitudes de busca, observando, levantando questões, pesquisando, reformulando ou não o pensamento inicial, propondo, testando, concluindo;
- capacitar e estimular o interesse do grupo pelo entrosamento com outros grupos;
- incentivar o interesse pela realização de atividades na comunidade e abertas à comunidade;
- estimular a iniciativa e a reflexão.

##### **Atividades propostas:**

- preparar as eleições para a 1ª diretoria;
- realizar reuniões periódicas da diretoria da associação com os demais moradores para planejar

ações e/ou discutir problemas da comunidade;

- promover campanhas na comunidade;
- promover e/ou apoiar programas educativos e de lazer para a comunidade;
- realizar reuniões com órgãos públicos ou privados que possam contribuir para o desenvolvimento do bairro.

#### **Como e quando fazer:**

- assessoria direta e/ou indireta à associação de moradores (reuniões, contatos, encaminhamentos, sugestões);
- realizar reuniões para preparar as eleições da 1ª diretoria, discutindo com os moradores sobre a importância de uma associação organizada, forte e voltada para os interesses da comunidade;
- discutir com a diretoria eleita e a assembléia de moradores os estatutos da associação;
- nas reuniões periódicas com a comunidade convidar sempre os grupos de interesses comuns (igreja, trabalho, lazer...) além do convite aberto aos demais moradores;
- manter a associação sempre informada sobre os eventos e realizações de interesse da comunidade (alcoólicos anônimos, escola, outros).

#### **4.2.1.2 - Grupo de jovens (idade 15 a 25 anos)**

##### **Objetivos específicos:**

- incentivar os participantes a conhecer, utilizar e criar condições de lazer dentro do seu próprio meio;
- proporcionar condições para que os participantes tenham contato com as diversas formas de manifestação artística;
- proporcionar o desenvolvimento de atitudes de curiosidade, estimulando o interesse por situações novas;

- estimular a iniciativa e o interesse pela realização de atividade na comunidade.

#### **Atividades propostas:**

- reuniões para motivação e formação do grupo, levantamento de interesses;
- processo de eleição e posse da diretoria;
- formação dos núcleos de interesse (teatro, equipes esportivas e outros);
- promoção e apoio a torneios esportivos, campeonatos, shows, campanhas, festas populares e outros.

#### **Como e quando fazer:**

A partir de 15 de outubro e à medida em que forem sendo implantados os equipamentos comunitários necessários para a prática das atividades (centro comunitário, quadras esportivas e outros).

OBS: As campanhas a serem desenvolvidas pela associação de moradores e grupo de jovens deverão priorizar eventos de interesse da comunidade e contribuir sempre para o aumento do nível de informação (ex.: semana da comunidade, prevenção do uso de drogas, acidentes domésticos, acidente de trânsito, alcoolismo, limpeza e preservação do meio ambiente, raiva animal, prevenção e combate a incêndios, doenças sexualmente transmissíveis e outros).

#### **4.3 - Recursos necessários**

##### **Humanos:**

- os profissionais da área social (assistente social ou psicólogo) com experiência em serviço social de comunidade para coordenar os trabalhos e prestar assessoria aos grupos organizados (associação de moradores, grupo de jovens etc...);
- 1 professor de educação física (cedido ou contratado) para coordenar atividades esportivas e formar monitores da própria comunidade;

- professores para os cursos de interesse da comunidade (contratados ou cedidos), - por tempo determinado;
- 3 agentes comunitários ou auxiliar social, com experiência em dinâmica de grupo para desenvolver atividades de recreação, acompanhamento escolar, iniciação artística e outras de interesse de crianças e adolescentes.

**Materiais:**

- material de escritório (lápiz, caneta, papel, cadeiras, bancos etc...)
- material esportivo (bolas, redes, tabelas de basquete, petecas etc...)

**Físicos:**

- centro comunitário (ou barracão provisório) para desenvolvimento de reuniões, cursos, atividades recreativas em geral;
- quadras- esportivas ou área destinada ao futebol de campo, futebol de areia, vôlei de areia, peteca e outros.